SÉCULO

Atualidade e Cultura

José Ozildo
Natal - RN

Fundação Cultural
Padre João Maria

24-09-2002

Ano II - Nº 3
Dezembro de 1998

Homenagem
ao Historiador e Folclorista
Luiz da Câmara Cascudo
no Centenário do seu Nascimento

Fundação Cultural "Padre João Maria"
MANTENEDORA DO JORNAL "A VERDADE",
REVISTA *SÉCULO* E COLEÇÃO DE LIVROS - *CULTURA*
CGC 12 738 456/0001-32
Telefone: (084) 222-1529
Av. Floriano Peixoto, 381 "A" - Tirol
CEP 59020-110 - NATAL/RN

DIRETORIA

Presidente - Carlos Rosalvo de Oliveira Serrano
Vice-Presidente - Paulo Pereira dos Santos
Secretaria - Irmã Maria Geny Pereira Pontes
Primeiro Tesoureiro - Perônio Fernandes Cabral de Macêdo
Segundo Tesoureiro - Rosaldo Moreira de Aguiar
Contabilista - Flávio Cláudio Siminéia
Consultor Jurídico - Vivaldo de Lima
Consultor Doutrinário - Itamar de Souza
Diretora do Jornal - Auricéia Antunes de Lima

CONSELHO EDITORIAL
-Itamar de Souza – Coordenador
-Paulo Pereira dos Santos – Vice-Coordenador
-Jurandyr Navarro da Costa
-Rosaldo Moreira de Aguiar
-Enélio Petrovich
ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA
-Luiz G. M. Bezerra
-Jurandyr Navarro da costa
-Francisco Dantas Guedes
-Cristalino Regalado Costa
CONSELHO FISCAL
Efetivos
- Eufran de Oliveira Lima
- Jairo Tonelli
- Maria Zélia Braz Gomes
Suplentes:
- Firmino Firmo de Moura
- Ernani Alves da Silveira
- José Gurgel Guará
CONSELHO CONSULTIVO:
- Lauro Gonçalves Bezerra
- Raimundo Nonato Costa
EDITOR
-Arlindo de Melo Freire
DIGITAÇÃO
-José Maria F. de Lima
PROGRAMAÇÃO VISUAL E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
-Edenildo Simões DRT - 614/RN
CAPA
-Emanuel Amaral
FOTO
-Carlos Lyra
IMPRESSÃO
-Departamento Estadual de Imprensa - DEI

SUMÁRIO

Economia 9
Crítica 17
Reflexão sobre o Shoah 21
Farmácia 31
A LDB 33
Filologia 37
Artigo de Capa 39
Literatura 43
Ponto de Vista/Comunicação 47
Assitência Judiciária e o Defensor Público 49
O Pai da Ciência Econômica 51
Cascudo,as razões da minha preferência 57
Trabalhos e livros de Manoel Rodrigues ainda
são lembrados 61
Padre Anchieta - O Educador do Brasil 65
Gerardo Guará 69
Existência e Existência 73
Agronomia 77
Direito 85
A Biblioteca 89
O Movimento Trovadoresco no Rio Grande do Norte 93
Cascudo, velho amigo 97
Duas palavras sobre Silvio Pedroza 99
O Sangue Depõe 101
Equipes Estrangeiras Contra Clubes Norte-Riogandenses 103

Apresentação

Megadesafio do Século

Neste final de século, o mundo tem encontro com um megadesafio que se chama política neoliberal do sistema de globalização, em fase de implantação pelos países ricos e poderosos.

As reviradas neste sentido, são feitas por menos de 400 famílias que procuram definir os destinos das nações, na sua maioria constituidas de pobreza e miséria.

Os resultados das transformações adotadas, são por demais comprometedores para toda a humanidade, sem haver indicações de que a curto e médio prazos, os novos problemas serão resolvidos.

As guerras, fome, doença, desemprego, ignorância e abandono continuam tendo maior projeção nos quatro cantos do globo, sem haver o propósito de solução, tampouco de entendimento com esse fim.

Nas famílias e grupos sociais, os conflitos se repetem, até mesmo de irmão para irmão - como efeito e causa da rivalidade, luta pela sobrevivência ou falta de pão sobre a mesa em cada dia da semana.

O ser humano está perdendo a noção de racionalidade, negando a sua unidade e solidariedade, voltando a ser, talvez, o animal que está regredindo ou sem evolução.

Ao contrário disto - observa-se a existência de uma minoria que resiste aos costumes e hábitos modernos, buscando a paz, consciência e harmonia, segundo os princípios humanisticos e sociais criados pelo homem de algumas civilizações.

No plano globalizante esta face do megadesafio entra sem ocupar grande espaço na tecnologia, pois o efeito do compacto recusa, automaticamente os aspctos do porque, como, onde e quando se deve fazer as transformações.

No caso brasileiro e especialmente do Nordeste, a globalização vem castigando e massacrando o homem e sua família, através do desemprego e outros absurdos, inclusive a simples privatização do patrimônio coletivo ou social.

No dia em que houver coerência governamental e política, então será possível reconhecer os direitos e deveres dos governados que aspiram e esperam ser tratados na condição de mulheres e homens menos ludibriados pelos semelhantes.

Antes que seja tarde - esta expectativa pode ser uma constante na vida humana dos adultos, jovens e crianças que estão ligados e pretendem se manifestar no mundo em que vivemos.

O ser racional da humanidade contemporânea - sabe e pode escolher o seu caminho na perspectiva do futuro, enfrentar o megadesafio e, ao mesmo tempo, determinar o seu destino - via organização e unidade de sua potencialidade com que faz a história.

Retorno ao Pai

É dezembro.
É Natal.
Época de Retorno
de nossas mentes
à Casa do Pai,
através do Filho.
É aniversário.
É nascimento.
É esperança.

Com esta Mensagem
dos que trabalham
na **Fundação Cultural**
Padre João Maria
mantenedora
do jornal A VERDADE
e da revista SÉCULO
está o desejo
de Feliz Natal
e Feliz Ano Novo

Carlos Rosalvo Serrano
Presidente

Economia

Aluísio Alberto Dantas*

Educação, Emprego e Exclusão Social: Desafios do Capitalismo Contemporâneo

1. INTRODUÇÃO

O presente ensaio tem por objetivo refletir alguns aspectos da realidade educacional do país e do Rio Grande do Norte, principalmente no que se refere à influência que a educação exerce sobre as condições de vida e de sobrevivência de significativa parcela da população. Trata-se, especificamente, da interpretação analítica de alguns estudos desenvolvidos sobre a educação profissional, mercado de trabalho e exclusão social, cujos temas têm sido destacados como desafiadores e protagonistas de significativa parcela das políticas públicas contemporâneas.

Com o propósito de participar do debate da *"Campanha da Fraternidade de 1998 - Educação A Serviço da Vida e da Esperança"* (CNBB, 1998:7), procurando explicações contextuais para o grave quadro social de miséria humana do nosso povo e com o objetivo de contribuir com a missão desafiadora de resgate da dignidade humana, formulou-se o presente texto que consta de uma resenha analítica e teórica do mundo do trabalho e do quadro de pobreza e de exclusão social, bem como das condições que desafiam a sociedade e a própria condição de "estabilidade" do capitalismo contemporâneo.

O conteúdo do presente texto contempla e/ou coordenadas pelo autor junto à Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Fundação Norte-rio-grandense de Pesquisa e Cultura (FUNPEC) e referentes ao processo de avaliação do Plano Nacional de Educação Profissional e Plano Estadual de Qualificação.

2. EDUCAÇÃO E DESEMPREGO

A literatura econômica contemporânea destaca o desemprego como mais preocupante efeito de política econômica capitalista, principalmente após a depressão dos anos trinta, quando a extensão do fenômeno do desemprego em massa acarretou mudanças profundas nos princípios, concepções teóricas e metodológicas do processo do pensamento econômico, no caráter ideológico do processo de acumulação e de circulação da riqueza e, com mais ênfase, na formulação de política econômica onde o Estado capitalista passou a ver no emprego o seu principal objetivo no campo econômico.

Essa literatura tem o seu referencial dado pela ***Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro,*** desenvolvida pelo economista inglês John Maynard Keynes e publicada em

**Mestre em Economia, professor da UFRN e do Seminário São Pedro.*

1936 (Keynes, 1983), a qual se transformou em políticas macroeconômicas principiadas pela demanda efetiva e garantiu a estabilidade do mercado e a eliminação do desemprego em quase todas as economias capitalistas desenvolvidas, no período correspondente aos anos quarenta e cinqüenta.

As políticas e padrões de desenvolvimento, implementados a partir dos anos sessenta, produziram uma sociedade desigual e excludente e condicionaram o ressurgimento do desemprego, acompanhado de significativas mudanças nas relações de trabalho e sociais nos países não-desenvolvidos, constituindo-se em causa fundamental da miséria e da desigualdade social nesses países. (Singer, 1979: 1).

Com uma relativa estabilidade nos anos setenta, as duas últimas décadas têm sido excessivamente penalizadas com a crise de emprego, fruto do processo de reestruturação produtiva e de mudanças nos padrões de relação de trabalho. As transformações econômicas e sociais do mundo globalizado, cuja atuação e funcionamento dos blocos de mercado exigem a máxima competitividade empresarial, avanço tecnológico e modernização produtiva, têm provocado instabilidades no mundo do trabalho e exigido novos sistemas de regulação e de adequação das relações de trabalho às condições de flexibilidade e de competitividade produtivas e ocupacionais (FUNPEC, 1998: 6).

As mudanças estruturais do mundo do trabalho constituem os mais agressivos desafios da sociedade. O desafio atual passa, obrigatoriamente, por uma política educacional desafiadora e comprometida com a realidade presente e futura. "A educação é urgência nacional e que, sem ela, a sociedade não pode mudar" (Oração da CF-98).

As mudanças paradigmáticas por que passam as relações sociais de produção ocorrem com a construção de novas normas e exigindo novos ordenamentos e relacionamentos gerencial, sindical e social, ou seja, promovendo a ***construção do imaginário*** (Castro, 1997: 3-7) e uma nova ***normatividade*** capaz de presidir o relacionamento entre os diversos atores sociais que se degladiam na penosa busca de sobrevivência no mercado de trabalho. Tudo isto em função do processo atual de reestruturação produtiva e de negociação da flexibilidade de ocupação e renda.

O ensaio teórico do ***novo paradigma, cujas*** categorias capitalistas estão em processo de abstração científica, tem o seu enfoque centrado no avanço conceitual, na articulação institucional e no apoio à sociedade civil, visando a construção democrática de formas hegemônicas e pluralista de uma ***nova institucionalidade*** que contemple as tendências e desafios das relações sociais de produção e de distribuição do mundo globalizado e tecnologicamente evoluído.

As tendências e desafios contemporâneos passam pela transformação do ***Estado*** populista, autoritário, centralizador e executor, em um Estado que busque a construção democrática, a descentralização, a participação e a articulação na execução de políticas públicas que manifestem as demandas sociais e atendem aos objetivos e anseios sociais, principalmente no sentido de corrigir injustiças e promover o bem-comum. E, principalmente, em uma nova institucionalidade adequada às novas condições da economia, contempladas no processo de abertura e de constituição de blocos de mercado com elevada competitividade, tanto do capital quanto do trabalho. São novas relações capital-trabalho que substituam a tutela estatal pela negociação; onde os direitos individuais deverão dar espaço aos direitos coletivos e cuja rigidez deverá ser substituída pela flexibilidade nas relações de trabalho.

vêm superando o antigo e convencional modelo apoiado no ***Taylorismo-Fordismo*** - enquanto norma de produção rígida que pressupõe o equilíbrio automático do mercado da produtividade com o salário real. Modificam substancialmente o tradicional modelo de institucionalidade, em que a ordem do bem-estar", o ***welfare state*** era centrado na presença do Estado capitalista e regulador das bases sociais.

3. EDUCAÇÃO E EMPREGABILIDADE

A educação é, sem dúvida, a mais consistente ação dirigida para a promoção do desenvolvimento pessoal, para a formação da vida fraterna e para a cidadania. A crise do mercado de trabalho é preocupante e desafiadora, exigindo políticas públicas, principalmente de educação profissional, voltadas para as condições de vida e de sobrevivência dos indivíduos. Indicam os estudos a necessidade de políticas educacionais dirigidas para a qualificação e requalificação do trabalhador, como forma inadiável de intervir no grave quadro de deterioração das relações de trabalho, no sentido de modificar a precarização do rendimento do trabalhador e das novas formas de ocupação produtiva.

A ***empregabilidade*** do trabalhador é reconhecidamente uma nova categoria que concentra as atenções de políticas públicas de intervenção no mercado de trabalho, visto que a mesma expressa a capacidade da mão-de-obra de se manter empregada ou encontrar novo emprego quando demitida; a adequação do trabalhador às exigências do mercado, em termos do conhecimento requerido para que o mesmo mantenha a sua ocupação; bem como das qualificações requeridas para que o trabalhador, uma vez demitido, tenha capacidade de ocupar e desenvolver um novo trabalho (UFRN-FUNPEC, 1998: 6).

Esta categoria, que está em processo de abstração científica nos principais institutos de pesquisa, inclusive na UFRN-FUNPEC, procura refletir as ações que a educação profissional incorpora ao trabalhador, em termos da sua permanência, inserção ou reinserção no mercado de trabalho na cidade ou no campo. As pesquisas sobre a empregabilidade vêm estudando as condições ocupacionais, produtivas e as trajetórias vivenciadas pelos trabalhadores; os aspectos qualitativos incorporados ao trabalhador, capacitando-o para se manter empregado (ou ocupado); de encontrar novo emprego (ou ocupação) quando demitido. Os estudos da empregabilidade se voltam, por fim, à adequação do trabalhador às exigências do mercado de trabalho, em termos do nível de qualificação profissional, de desempenho produtivo e de flexibilização e mobilidade ocupacionais (UFRN-FUNPEC, 1998: 25).

Foi de extrema relevância o tema da Campanha da Fraternidade de 1998 - "A Educação a Serviço da Vida e da Esperança", considerando a importância que a mesma exerce no fortalecimento e adequação do homem, frente os atuais processos de reorganização produtiva. Indicam as estatísticas e os condicionamentos conjunturais da atualidade que mais de um milhão e meio de pessoas estão desempregadas na região metropolitana de São Paulo. A atual taxa de desemprego é a maior desde 1985, ao ponto de se classificar o momento atual como ***A Década Perdida do Emprego.*** Estudo coordenado pelo professor Márcio Pochmann, da UNICAMP, concluiu que entre 1989 e 1996 houve queda de 9,5% nos empregos com registro e aumento de 39,1% nos assalariados sem carteira assinada (Folha de São Paulo, 24/4/98).

"Educação A Serviço da Vida e da Esperança é uma missão da família, a primeira educadora, missão também da Igreja, da escola, da Universidade e outras instâncias sociais

É de dever ser garantido pelo Estado e direito a ser exigido por toda a sociedade para cada cidadão... A realidade social e, especialmente, a da Educação em nosso País, nos interpela e exige profunda conversão de todos, isto é, mudança de mentalidade e de atitude e sério compromisso na busca de uma Educação verdadeiramente libertadora para todos. Uma autêntica educação que promova o crescimento e o amadurecimento da pessoa humana em todas as suas dimensões: material, intelectual, moral, espiritual e religiosa" (CNBB, 1998: 6-7).

4. EDUCAÇÃO, EMPREGO, RENDA E EXCLUSÃO SOCIAL NO RIO GRANDE DO NORTE

Estudar a exclusão e o seu relacionamento com a política educacional se traduz, hoje, em significativa contribuição dos institutos de pesquisa para a formulação de políticas públicas e de educação profissional que venham beneficiar as populações, comunidades e setores produtivos, em termos de empregabilidade, melhoria do desempenho profissional, geração ou elevação de renda, integração ou reintegração social, de modificação nas relações sociais de produção e de distribuição, adequação de produtividades setoriais e ampliação e ajustamento na oferta agregada de bens e serviços.

A UFRN e a FUNPEC, engajadas e comprometidas com as realidades atuais e futuras do Rio Grande do Norte, vêm desenvolvendo estudos e pesquisas sobre as condições de vida e de sobrevivência de grupos sociais excluídos das atividades produtivas e ocupacionais de estado, procurando explicações para os fatores que provocam a exclusão social e nas condições de vida das comunidades (UFRN-FUNPEC, 1998: 34-47).

Os [illegible] social são uníssonos em clamar o quadro de pobreza como fruto da deterioração de renda, a qual é fortemente influenciada pelo nível de educação formal e profissional do país. Indicam os estudos que as condições de vida e de dignidade humana têm o seu comprometimento compatível com os processos de transformações econômicas e sociais do mundo contemporâneo, os quais estão fortemente apoiadas em nova Revolução Industrial e nos avanços da globalização e da desregulação econômica, que ampliam o desemprego, a precarização das condições de trabalho e as desigualdades entre países, empresas, setores e indivíduos (Oliveira & Mattoso, 1996: 22).

Desemprego e exclusão social constituem hoje os principais problemas provocados pela crise do padrão de desenvolvimento das últimas décadas, produzindo uma sociedade desigual, excludente e transformada em palco de contínuo processo de reestruturação das relações produtivas (Baltar, 1996: 82-108). Essas mudanças ampliaram ainda o processo de ***heterogeneização social,*** quando membros de uma mesma sociedade não satisfazem de forma apropriada as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação, ao lazer e ao mínimo de bens e serviços culturais.(Furtado, 1922: 6).

A realidade socioeconômica do Rio Grande do Norte demonstra que nas duas últimas décadas o Estado vem passando por transformações significativas nos níveis de atividade produtiva, de renda e de ocupação da sua força de trabalho; mas, também, por mudanças no quadro de pobreza e de exclusão social da sua população urbana e rural. Os diagnósticos contextuais da realidade socioeconômica do Estado (FUNPEC: 1998) indicam, ***a priori,*** alguns aspectos de reprodução da crise do padrão de desenvolvimento que ocorreu no País nos

produziu uma sociedade desigual e excludente e ampliou os problemas do emprego e da pobreza no Brasil (BALTAR, 1996: 87).

A associação que se faz para que se admita que existe identidade entre os padrões de crescimento, de geração de renda, de ocupação da força de trabalho e de reprodução da pobreza no Brasil e no Rio Grande do Norte, decorrem de vários fatores, tais como (BALTAR, 1996: 88-90):

a) o êxodo rural e suas conseqüências sobre a estruturação do mercado de trabalho;

b) as precárias formas de integração dos trabalhadores no mercado de trabalho.

As estatísticas censitárias do Rio Grande do Norte (Tabela 1) demostram o acentuado crescimento populacional, ao longo dos anos, e seus efeitos no funcionamento dos mercados de bens e de trabalho, em função de mudanças nas estruturas demográficas da cidade e do campo.

Tabela 1
Rio Grande do Norte
Distribuição da População Urbana e rural
1940-1996

Anos	Distribuição % da População	
	Urbana	Rural
1940	21,4	78,6
1950	26,4	73,8
1960	37,5	62,5
1970	47,6	52,4
1980	58,7	41,3
1990	69,1	30,9
1996	63,0	37,0

Fonte: **IBGE**

As mudanças no tamanho e nas estruturas populacionais e ampliação do quadro de pobreza no Estado, são fatores que vêm desafiando as políticas públicas e exigindo providências da rápida e decisiva intervenção, principalmente no campo e nos segmentos de trabalhadores desqualificados, conforme se pode observar da distribuição da população economicamente ativa do Estado, nos últimos 30 anos, onde a drástica redução da PEA primária fora transferida para o setor terciário, desenvolvido nas cidades e decorrente de modificação do perfil produtivo e de ocupação da força de trabalho (Tabela 2).

Tabela 2
Rio Grande do Norte
Distribuição da População Economicamente Ativa por Setor de Atividade
1960-1996

Anos	Distribuição % da População economicamente Ativa		
	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário
1960	64,5	9,6	25,9
1970	58,8	11,0	30,2
1980	38,2	20,1	38,2
1990	25,0	25,0	42,7
1995	29,0	16,1	54,9
1996	28,1	16,8	55,1

Fonte: **IBGE**

As mudanças na estrutura de ocupação da força de trabalho potiguar foram simultaneamente acompanhadas de expressivas taxas de crescimento do nível de atividade econômica do Estado, conforme revelam as estatísticas constantes da Tabela 3. Estes dados mostram que o modelo de crescimento em prática no Estado reproduz a essência dos fatores geradores da pobreza e expressa a permanência das hipóteses estruturais (BALTAR, 1996: 89) de uma distribuição agrária assentada numa distribuição concentrada da propriedade; o esgotamento da capacidade de absorção da população diretamente na atividade agrícola; e a precária integração da mão-de-obra migrante no mercado de trabalho urbano.

Tabela 3
Rio Grande do Norte
Taxa de Crescimento do Produto

Anos	Índice de Variação Anual do Produto Real (%)
1980	11,1
1981	0,8
1982	12,6
1983	0,8
1984	25,7
1985	3,1
1986	21,4
1987	11,0
1988	1,1
1989	- 2,6
1990	4,2
1991	6,5
1992	- 0,2
1993	0,4
1994	7,9
1995	6,2
1996	8,2

Fonte: **SUDENE**. Agregados Econômicos Regionais.

Tabela 4
Dados Socio econômicos do Rio Grande do Norte

Indicadores	1990	1995
População Indigente	46%	22%
Pessoas com Renda Familiar "Per Capita" de até ½ Salário Mínimo	52,2%	47,2%
Trabalhadores que não Contribuem para a Previdência Social	59,4%	69,9%
Empregados sem Carteira Assinada	53,7%	50.9%
Crianças que Trabalham	11,1%	22,5%
População Analfabeta	35,2%	32,6%
Crianças fora da Escola	21%	16%

Fonte: **IBGE**

5. CONCLUSÕES

O presente texto foi desenvolvido a partir da concepção de que a crise de emprego e os efeitos nefastos para o empobrecimento da classe trabalhadora e precarização das condições de vida e de sobrevivência das famílias vêm sendo pontos de extrema preocupação para a sociedade contemporânea, qualquer que seja o seu posicionamento e dimensão da economia no quadro internacional. E, ainda, que os países pobres e dependentes se deparam, com mais ênfase, com gravidade da exclusão social, quando expressiva parcela da população fica à margem do mercado de trabalho e do processo produtivo, não conseguindo auferir a renda necessária à aquisição das condições mínimas que assegurem a manutenção e sobrevivência das pessoas (Leite, 1997).

As estatísticas econômicas e sociais do Rio Grande do Norte descrevem um quadro preocupante, principalmente por confirmar a contradição da convivência do crescimento econômico com a exclusão social e a tendência de concentração da renda gerada na economia potiguar. Conforme revelam os dados da Tabela 3, o produto interno bruto do Rio Grande do Norte tem crescido a taxas superiores às do Brasil e da região Nordeste, fruto dos investimentos produtivos realizados no estado, principalmente em setores e atividades vinculadas à indústria petrolífera, às culturas agrícolas de frutas tropicais e aos serviços turísticos da capital.

Os dados sócioeconômicos constantes da Tabela 4 mostram que esse crescimento não resultou em distribuição de renda e não diminuiu a pobreza do estado, onde:

a) mais de 40% dos potiguares estão classificados na faixa de população indigente e com uma renda em torno de ¼ do salário mínimo;
b) a metade de todos os nosso trabalhadores percebe a metade do salário mínimo;
c) 70% dos trabalhadores potiguares atuam no mercado informal de trabalho e não contribuem para a previdência social;
d) 22,5% das crianças trabalham e 16% estão fora da escola;
e) a população analfabeta é de 32,6% do total das pessoas residentes no estado.

Torna-se emergente a necessidade de políticas públicas voltadas para a cidadania e para a justiça social. Mas, para tanto, é urgente a adoção de programas de qualificação profissional do trabalhador, compatível com o nível de produtividade exigido pelo mercado, os quais necessitam, no mínimo, do ensino fundamental do cidadão. Sem a educação, a cidadania fica comprometida. É muito difícil incorporar ao processo de produção inúmeros contigentes de trabalhadores que não têm a instrução necessária para participar, inclusive, da vida civil, seja como eleitores, seja como usuários dos serviços que a sociedade moderna oferece. Só teremos um país justo, desenvolvido, moderno e democrático quando conseguirmos incorporar os milhões de analfabetos e excluídos à sociedade brasileira, dando-lhes uma maior igualdade de oportunidades e as condições necessárias à dignidade da pessoa humana (Dantas,1997).

Reportando-se, finalmente, à Campanha da Fraternidade de 1998, enquanto fonte motivadora do presente texto, merece destaque as ações e atividades concretas, sugeridas no Texto-base (CNBB, 1998: 117), para fazer acontecer mudanças significativas na educação em nosso país e relacionadas *à pessoa humana, à comunidade, à cidadania e à erradicação do analfabetismo. As mesmas requerem o engajamento pessoal e a organização de forças coletivas* e se manifestam em quatro níveis: "o da **assistência**, pois o amor ao próximo faz descobrir que há necessidades que exigem

um socorro imediato; o da **promoção humana**, que "ensina a pescar e a encontrar o rio com peixes", pois mobiliza a dignidade da pessoa humana e lhe permite sentir-se útil e responsável; o do **engajamento na defesa dos direitos humanos**, hoje facilmente desrespeitados; e o da **mobilização em favor da transformação social** na busca incansável, e de modo organizado, de mudanças nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, tendo como base os critérios evangélicos, sobretudo, de justiça, solidariedade e paz."

6. BIBLIOGRAFIA

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. *Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil.* IN: Oliveira & Mattoso (org.). **Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?** - 2ª ed.: - São Paulo: Scritta, 1997. (Pensieri).

CASTRO, Nadya Araújo. *Reestruturação Produtiva, Novas Institucionalidades e Negociação da Flexibilidade.* IN: **Flexibilidade, Empregabilidade e Direitos.** - (São Paulo em Perspectiva). Revista da Fundação SEADE: volume 11/ Nº 1/ Jan-Mar/1997.

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Fraternidade e educação: a serviço da vida e da esperança:** manual. - São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1998. - (Campanha da Fraternidade)

DANTAS, Aluísio Alberto (coord.). **Custo-Aluno Escolar do Estado do Rio Grande do Norte: Relatório de Pesquisa.** Gov. Estado - Sec. Educação - UFRN - FUNPEC. - Natal: EDUFRN - Editora da UFRN, 1997.

FUNPEC - Fundação Norte-rio-grandense de Pesquisa e Cultura. **Relatório de Avaliação do Plano Estadual de Qualificação.** -Natal, UFRN-FUNPEC, 1998.

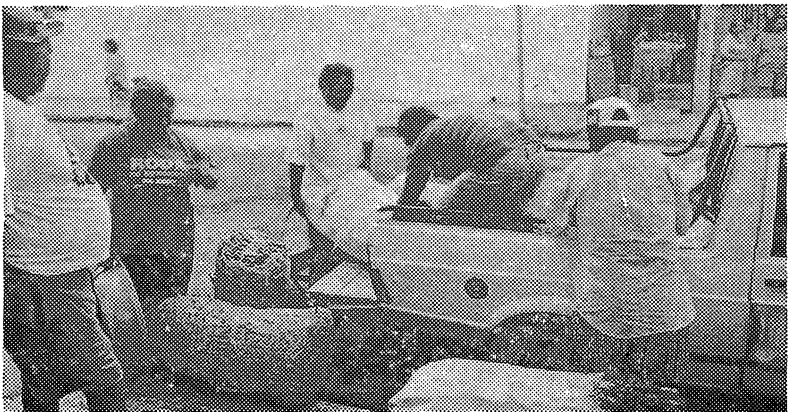
FURTADO, Celso. *O Subdesenvolvimento Revisitado.* IN: **Economia e Sociedade.** - Revista do Instituto de Economia da UNICAMP. - Nº 1 / Agosto de 1992.

LEITE, Márcia de Paula. *Qualificação, Desemprego e Empregabilidade.* IN: **Flexibilidade, Empregabilidade e Direitos.** - (São Paulo em Perspectiva). Revista da Fundação SEADE: - volume 11 / Nº 1/ Jan-Mar/1997.

KEYNES, John Maynard. **A teoria do emprego, do juro e da moeda; Inflação e deflação.** - São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa & MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (org.). **Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?** - 2ª ed.: - São Paulo: Scritta, 1997. - (Pensieri)

SINGER, Paul Israel. **Economia política do trabalho: elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista.** 2ª ed. - São Paulo, HUCITEC, 1983.



Quando falta emprego - cria-se trabalho.

Crítica

Um pouco sobre as Universidades Federais Brasileiras

Walter José Fernandes Júnior*

Em um passado não tão distante, uma das principais diretrizes da educação era a criação de novas universidades públicas federais. Nesta época, julgava-se que o progresso do país dependia da nossa capacidade de formar pessoal altamente qualificado; que o desenvolvimento tecnológico dependia de nosso esforço em consolidar competência na área da pesquisa científica; que não haveria políticas adequadas para promover a melhoria das condições de vida da população se não produzíssemos conhecimento necessário da nossa realidade econômica, social e cultural. Nada disso, acreditávamos, poderia ser conseguido se não investíssemos na criação de universidades públicas, pois só nessas era possível associar o ensino à pesquisa e à produção de conhecimento. Além disso, era indispensável que fosse atribuído prioritariamente ao governo federal a responsabilidade pelo ensino superior público, pois só assim seria possível compensar desigualdades econômicas regionais, assegurando a todos os estados os benefícios decorrentes da existência de universidades que associem ensino e pesquisa. Tudo isso ainda é verdade e foi por isso que se investiu muito no ensino superior e se criou uma rede de 52 instituições federais, que cobre hoje todo o território nacional. As universidades públicas vêm cumprindo a função para a qual foram criadas, embora nem sempre no padrão que gostaríamos que tivessem. Ao contrário do que comumente se pensa, não são freqüentadas apenas pelos ricos. Quem as conhece e as percorre, quem pesquisou o nível socioeconômico dos ingressantes sabe muito bem que abrigam um grande número de estudantes pobres, para os quais oferecem a única oportunidade de que esses alunos dispõem de desenvolverem seu potencial intelectual. A quase totalidade da nossa capacidade de pesquisa (excetuando-se o caso de São Paulo, com suas universidades estaduais) está concentrada nessa rede federal. São elas que mantêm os cursos que exigem maiores investimentos como os de engenharia, ciências agrárias, geologia e ciências básicas. Foi nessas universidades que se formou a maior parte da nossa liderança política, e elas alimentaram as burocracias governamentais com os melhores técnicos. Com as deficiências que possuem em termos de infra-estrutura, são nelas que se localizam as melhores bibliotecas do país, os

* Professor Adjunto do Departamento de Química da UFRN

melhores hospitais públicos e a maior parte dos laboratórios em operação.

Por que então, subitamente, acumularam-se as críticas e as universidades passaram a ser vistas como parasitas da nação, consumidoras perdulárias de recursos públicos? Talvez, em parte, porque existindo as universidades, acostumamo-nos a contar com os serviços que ela presta e não nos damos mais conta da falta que fariam se fossem extintas. Mas há também um outro motivo: é que, de todo o funcionalismo público, as universidades foram os únicos organismos que produziram uma autocrítica contundente de suas próprias deficiências. As críticas que lhes são dirigidas hoje se baseiam em estudos e análises que elas próprias produziram.

Algumas críticas são pertinentes. Há, efetivamente, dificuldades no uso de recursos (motivadas por morosidade no repasse de parcelas do orçamento, bem como seu sistemático contingenciamento), há ociosidade e incompetência que precisam ser corrigidas. Mas essas deficiências são as mesmas que afligem todo o serviço público. Não nasceram das universidades, mas de nossa antiga tradição burocrática e centralizadora. As universidades são vítimas desta tradição.

O governo federal costuma frizar que se gasta demais com o ensino superior. Na verdade, vale lembrar que com um PIB de quase US$ 800 bilhões, o governo gastou cerca de R$ 5,4 bilhões com suas 52 instituições de ensino superior em 97. No mesmo período, por exemplo, o Japão dirigiu um orçamento de US$ 5,5 bilhões apenas para a University of Tokyo; nos EUA, a Penn State University recebeu US$ 3,5 bilhões.

Estudos recentes têm mostrado que há uma relação direta entre o que o Estado gasta com a educação superior e os seus ganhos em receita tributária. O método de análise teve sua origem não nas faculdades de educação, mas entre economistas preocupados com a educação, como Henry M. Levin e outros, que desde 1983 vêm publicando trabalhos sobre o assunto. Um estudo realizado por Barry Bluestone em 1993, procurando determinar o impacto econômico da University of Massachusetts, concluiu que, "para cada dólar gasto na UMB, o Estado pode contar com um retorno adicional de US$ 1,57 em Imposto de Renda e imposto sobre vendas". Estudo semelhante foi feito na Califórnia em 1993 por Robert H. Girling, mostrando o impacto do sistema multicampi da California State University sobre a economia daquele Estado. Com uma projeção até o ano 2002, o estudo revela que a Califórnia terá uma receita tributária de aproximadamente US$ 2 por dólar investido no sistema de educação superior. O Brasil, infelizmente, mostra-se tão obcecado pela idéia de eficiência e corte de gastos públicos que se tornou incapaz de atentar para o retorno, mesmo financeiro, que o investimento em educação representa.

Apesar das dificuldades gerais vividas pelas IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), o sistema cresceu em eficiência e qualificação ao longo dos anos. Comparando os dados de 1996 com os de 1989, constata-se o crescimento de 43% das vagas no vestibular; ampliação em 21% do número de alunos de graduação e 44% no número de alunos matriculados em cursos de pós-graduação. Em contrapartida, registra-se um decréscimo de 8,5% dos docentes em atividade. A eficácia pode ser comprovada pela ampliação de 32% do número de alunos diplomados nos cursos de graduação, 208% no número de teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas em contraponto a um decréscimo de 12% dos docentes de ensino superior e pós-graduação. No último resultado do Provão (feito com os concluintes de 1997), 56% dos cursos avaliados nas IFES obtiveram notas A ou B e 26% obtiveram nota C. Apenas 16% obtiveram D e E devido, principalmente ao boicote dos alunos ao Provão. Na avaliação da titulação dos docentes, 75,5% obtiveram notas A ou B comprovando a qualidade superior dos cursos das IFES.

As universidades federais estão hoje esmagadas por uma quantidade imensa de leis e regulamentos, muitos dos quais

Qualquer universidade que tente racionalizar sua administração e diminuir pessoal ocioso é penalizada com a redução do seu orçamento. Não há nenhum incentivo para melhorar cursos e serviços, para racionalizar gastos. Muito pelo contrário, as leis e regulamentos dificultam e às vezes mesmo impedem qualquer iniciativa nesta direção. Houve nesse desenvolvimento, é verdade, conivência dos interesses corporativos da própria instituição. Mas a parte saudável da universidade liderou a crítica e a denúncia, exigindo reformas. As reformas são imprescindíveis mas, como ainda não ocorreram, as universidades hoje estão temerosas da mudança, ante a ferocidade da crítica externa e ausência de garantias de uma estabilidade mínima no fluxo de recursos que lhes são essenciais.

As universidades precisam ser reformadas e renovadas, não destruídas. As universidades federais precisam ser preservadas e fortalecidas, porque tem uma missão muito importante a cumprir neste pais: a de colaborar para o desenvolvimento regional auto-sustentável. É da universidade renovada que podemos esperar a colaboração indispensável para melhorar a qualidade dos demais níveis de ensino, através da formação em serviço de milhares de professores do ensino básico, é dela que podem vir as soluções para melhorar a produção agrícola e industrial, para preservar o ambiente, para desenvolver políticas eficazes contra a violência urbana e rural, para encontrar modos de produzir casas populares melhores e mais baratas, para analisar os problemas do trânsito e do custo dos transportes coletivos, para encontrar a cura das moléstias tropicais. Dela se espera que continuem a denunciar as mazelas dos governos e da iniciativa privada além de suas próprias. Se não elas quem?

Não se conseguirá nada neste sentido se diminuindo os recursos do ensino superior público sem reforma administrativa, nem submetendo as universidades a uma crítica unilateral, que apenas aponta defeitos e ignora tanto as qualidades como o imenso potencial que pode ser liberado e posto a serviço do país. Também não ajudaremos as universidades através de uma defesa míope que ignore as evidências e que se apegue ao status quo, mantendo privilégios corporativos injustificáveis, como a aposentadoria precoce, a estabilidade intocável, a promoção automática.

Precisamos dar autonomia às universidades públicas, liberá-las das amarras burocráticas, garantir um fluxo regular de recursos e, aí sim, através da avaliação permanente, exigir a racionalização dos gastos, o aumento da produtividade do ensino e da pesquisa, a ampliação dos serviços de extensão. O governo federal está comprometido com este projeto.

Precisamos de universidades públicas mais produtivas e mais competentes e não de universidades mais pobres, que gastem cada vez menos condenando-se à mediocridade.

Universidade em crise

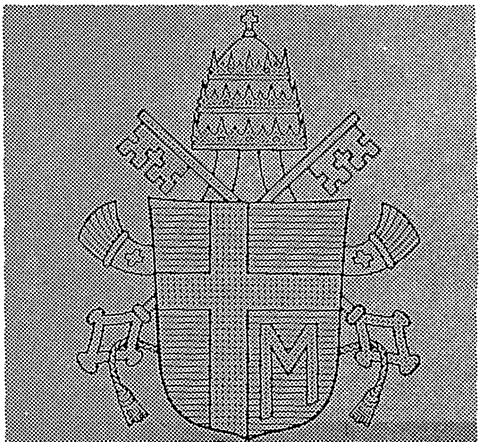
Reflexão sobre o Shoah

Feridas e Injustiças Mancham Século 20-*

Documento da Comissão para as Relações Religiosas com o Judaísmo "Nós recordamos: uma reflexão sobre o Shoah", foi apresentado oficialmente na manhã do dia 16 de Março aos jornalistas acreditados junto da Santa Sé. A cerimônia teve lugar no auditório "João Paulo II" da Sala de Imprensa da Santa Sé, na qual estiveram presentes o Card. E. Idris Cassidy, D. Pierre Duprey e o Padre Remi Hoeckman, O.P., respectivamente Presidente do Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos e da Comissão para as relações com o judaísmo, Vice-Presidente e Secretário da mencionada Comissão.

Publicamos a seguir a Carta do Santo Padre, que serve de premissa para o Documento e o texto integral do mesmo Documento, cujo original é em inglês:

Ao Senhor Cardeal
EDWARD IDRIS CASSIDY
Presidente da Comissão
para as Relações Religiosas
com o Judaísmo



Em numerosas ocasiões durante o meu Pontificado evoquei, com sentido de profundo pesar, os sentimentos do povo judeu durante a Segunda Guerra Mundial.

O crime que se tornou conhecido como *Shoah* permanece uma indelével mancha na história do século que está a concluir-se.

Ao prepararmo-nos para iniciar o terceiro milênio da era cristã, a igreja é consciente de que a alegria de um Jubileu é sobretudo uma alegria fundada sobre o perdão dos pecados e sobre a reconciliação com Deus e com o próximo. Por isso ela encoraja os seus filhos e filhas a purificarem seus corações, através do arrependimento pelos erros e as infidelidades do passado. Ela chama-os a pôr-se humildemente diante de Deus e a examinar-se sobre a responsabilidade que também eles têm pelos males do nosso tempo.

É minha ardente esperança que o documento *Nós recordamos: uma Reflexão sobre Shoah*, que a Comissão para as Relações Religiosas com o Judaísmo preparou sobre a guia de Vossa Eminência, ajude verdadeiramente a sanar as feridas das incompreensões e das injustiças do passado. Possa ele habilitar a memória para desempenhar o seu necessário papel no processo de construção de um futuro, no qual a indizível iniquidade do *Shoah* jamais seja possível. Oxalá o Senhor da história guie os esforços de Católicos e Judeus e de todos os homens e mulheres de boa vontade, de maneira que trabalhem juntos para um mundo de autêntico respeito pela vida e a dignidade de cada ser humano, pois todos foram criados à imagem e semelhança de Deus.

Vaticano, 12 de Março de 1998
Joannes Paulus II

I. A tragédia do *Shoah* e o dever da memória

Está a concluir-se rapidamente o século XX e já desponta a aurora de um novo milênio cristão. O Bimilenário do nascimento de Jesus Cristo solicita todos os cristãos e convida, na realidade, cada homem e cada mulher a procurarem descobrir no fluxo da história os sinais da divina Providência em acção, e os modos como a imagem do Criador presente no homem foi ofendida e desfigurada.

Esta reflexão refere-se a um dos principais setores em que os católicos podem tomar a peito seriamente o apelo que João Paulo II lhes dirigiu na Carta Apostólica *Tertio millennio adveniente:* "Assim, quando o segundo milênio já se encaminha para o seu termo, é justo que a Igreja assuma com maior consciência o peso do pecado dos seus filhos, recordando todas aquelas circunstâncias em que, no arco da história, eles se afastaram do espírito de Cristo e do seu Evangelho, oferecendo ao mundo, em vez do testemunho espectáculo de modos de pensar e agir que eram verdadeiras formas de anti-testemunho e de escândalo" (1).

O século actual foi testemunha de uma indizível tragédia, que jamais poderá ser esquecida: a tentativa do regime nazista de exterminar o povo judaico, com o conseqüente morticínio de milhões de judeus. Homens e mulheres, adultos e jovens, crianças e recém-nascidos, só porque eram de origem judaica, foram perseguidos e deportados. Alguns foram trucidados imediatamente, outros foram humilhados, maltratados, torturados, privados completamente da sua dignidade humana e, por fim, mortos. Pouquíssimos de quantos foram internados nos campos de concentração sobreviveram, e ficaram aterrorizados durante a vida inteira. Este foi o *Shoah:* um dos principais dramas da história deste século, um fato que ainda hoje nos diz

Diante deste horrível genocídio, em que os responsáveis das nações e as próprias comunidades judaicas julgaram difícil acreditar no momento em que esse era perpetrado sem misericórdia, ninguém pode ficar indiferente, menos de todos a Igreja, em virtude dos seus vínculos estreitíssimos de parentesco espiritual com o povo judaico e da recordação que ela nutre das injustiças do passado. A relação da Igreja com o povo judaico é diferente daquela que entretece com qualquer outra religião (2). Não se trata apenas de retornar ao passado. O futuro comum de judeus e cristãos exige que nos recordemos, porque " não há futuro sem memória" (3). A própria história é *memoria futuri.*

Ao dirigir esta reflexão aos nossos irmãos e irmãs da Igreja católica espalhados pelo mundo, pedimos a todos os cristãos que se unam a nós na reflexão sobre a catástrofe que atingiu o povo judaico, e sobre o imperativo moral de fazer com que o egoísmo e o ódio nunca venham a crescer a ponto de semear sofrimentos e mortes (4). De modo particular, pedimos aos nossos amigos judeus, "cujo destino terrível se tornou símbolo da aberração a que pode chegar o homem, quando se volta contra Deus" (5), que predisponham o seu coração a escutar-nos.

II. O que devemos recordar

Ao dar o seu singular testemunho do Santo de Israel e da *Tora*, o povo judaico sofreu enormemente em diversos tempos e em muitos lugares. Mas o *Shoah* foi, sem dúvida, o pior sofrimento de todos. A inumanidade com que os judeus foram perseguidos e massacrados neste século supera a capacidade de expressão das palavras. E tudo isto lhes foi feito só porque eram judeus.

A própria enormidade do crime suscita muitos interrogativos. Historiadores, sociólogos, filósofos, políticos, psicólogos e teólogos procuram conhecer mais a cerca da realidade e das causas do *Shoah*. Muitos estudos especializados ainda devem ser feitos. Mas um semelhante evento não pode ser plenamente medido só através dos critérios ordinários da investigação histórica. Ele evoca uma "memória moral e religiosa" e, em particular entre os cristãos, uma reflexão muito séria sobre as causas que o provocaram. O facto de o *Shoah* ter tido lugar na Europa, isto é, em países de longa civilização cristã, apresenta a questão do relacionamento entre a perseguição nazista e as atitudes dos cristãos, ao longo dos séculos, em relação aos judeus.

III. As relações entre judeus e cristãos

A história das relações entre judeus e cristãos é uma história conturbada. Reconheceu-o o Santo Padre João Paulo II nos seus repetidos apelos aos católicos a considerarem a nossa atitude a respeito das nossas relações com o povo judaico (6). Com efeito, o balanço destas relações durante os dois milênios foi bastante negativo (7).

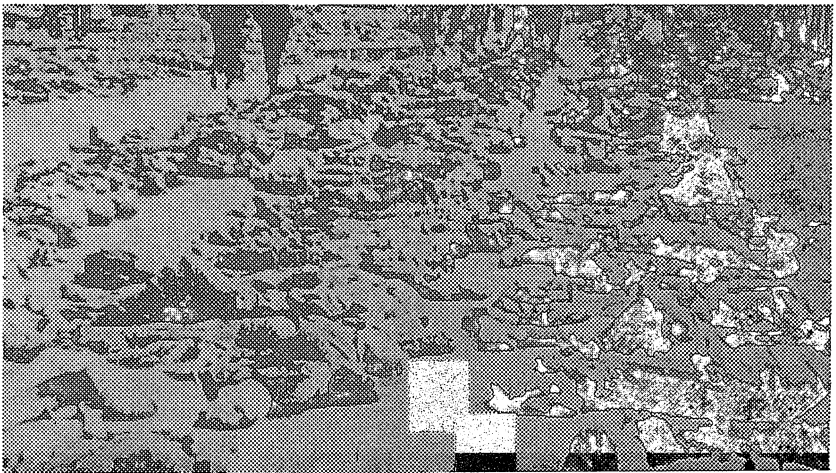
No alvorecer do cristianismo, depois da crucificação de Jesus, surgiram contrastes entre a igreja primitiva e os chefes dos hebreus e o povo hebraico que, em obediência à Lei, às vezes se opuseram com violência aos pregadores do Evangelho e aos primeiros cristãos. No império romano, que era pagão, os hebreus eram legalmente protegidos pelos privilégios que o imperador lhes garantia, e num primeiro momento as autoridades não fizeram distinção entre as comunidades hebraicas e cristãs. Muito cedo, porém, os cristãos foram vítimas da perseguição do Estado. Quando, em seguida, os próprios imperadores se converteram ao cristianismo, em primeiro lugar continuaram a garantir os privilégios aos hebreus. Mas grupos exacerbados de cristãos que atacavam os templos pagãos, nalguns casos fizeram o mesmo em relação às sinagogas, não sem

sofrerem a influência de certas interpretações errôneas do Novo Testamento concernentes ao povo hebraico no seu conjunto. "No mundo cristão - não digo da parte da Igreja enquanto tal - circularam por demasiado tempo interpretações errôneas e injustas do Novo Testamento sobre o povo judaico e a sua presumível culpa, gerando sentimentos de hostilidade no que se refere a esse povo" (8). Tais interpretações do Novo Testamento foram total e definitivamente rejeitadas pelo Concílio Vaticano II (9).

Não obstante a pregação cristã do amor para com todos, compreendidos os próprios inimigos, a mentalidade prevalecente no decurso dos séculos penalizou as minorias e quantos eram de algum modo "diferentes". Os sentimentos de antijudaísmo nalguns ambientes cristãos e a divergência que existia entre a Igreja e o povo judaico conduziram a uma discriminação generalizada, que às vezes redundava em expulsões ou em tentativas de conversões forçadas. Numa grande parte do mundo "cristão", até ao final do século XVIII, quantos não eram cristãos nem sempre gozaram de um *status* jurídico plenamente garantido. Apesar disto, os judeus espalhados por todo o mundo cristão permaneceram fiéis as suas tradições religiosas e aos costumes que lhes são próprios. Por isso foram considerados com um certa suspeita e desconfiança. Em tempos de crise como carestias, guerras e pestes ou de tensões sociais, a minoria judaica foi muitas vezes tomada como bode expiatório, tornando-se assim vítima da violência, saques e até mesmo massacres.

Entre o final do século XVIII e o início do século XIX, os judeus tinham geralmente atingido uma posição de igualdade em relação aos outros cidadãos na maioria dos Estados, e um certo número deles chegou a desempenhar papéis influentes na sociedade. Mas neste mesmo contexto histórico, em particular no século XIX, surgiu um nacionalismo exasperado e falso. Num clima de rápida transformação social, os judeus foram muitas vezes acusados de exercer uma influência desproporcionada em relação ao seu número. Então começou a difundir-se a vários níveis, através da maior parte da Europa, um antijudaísmo que era essencialmente mais sócio-político do que religioso.

No mesmo período, começaram a aparecer teorias que negavam a unidade da raça humana, afirmando uma originária diferença



Nos campos de concentração, os crimes do nazismo deixaram profundas marcas na história da

das raças. No século XX, o nacional-socialismo na Alemanha usou tais ideais como base pseudocientífica, para uma distinção entre as chamadas raças nórdico-arianas e as presumíveis raças inferiores. Além disso, uma forma extremista de nacionalismo foi estimulada na Alemanha pela derrota de 1918 e pelas condições humilhantes impostas pelos vencedores, com a conseqüência de que muitos viram no nacional-socialismo uma solução aos problemas do País e, por isso, cooperaram politicamente com este movimento. Na Alemanha respondeu contrariando o racismo. Essa condenação apareceu pela primeira vez na pregação de alguns membros do clero, no ensinamento público dos Bispos católicos e nos escritos de jornalistas católicos. Já em Fevereiro e Março de 1931, o Cardeal Bertram de Wroclaw, o Cardeal Faulhaber e os Bispos da Baviera, os Bispos da Província de Friburgo publicaram Cartas pastorais que condenavam o nacional-socialismo, com a sua idolatria da raça e do Estado (10). No mesmo ano em que o nacional-socialismo chegou ao poder, em 1933, os famosos sermões do Advento do Cardeal Faulhaber, aos quais assistiram não só católicos, mas também protestantes e judeus, tiveram expressões de claro repúdio da propaganda nazista anti-semítica (11). A seguir à *Kristallnacht*, Bernard Lichtenberg, prepósito da Catedral de Berlim, elevou orações públicas pelos judeus. Ele morreu depois em Dachau e foi declarado Beato.

Também o Papa Pio XI condenou o racismo nazista de modo solene na Encíclica *Mit brennender Sorge* (12), que foi lida nas igrejas da Alemanha no Domingo da Paixão de 1937, iniciativa que provocou ataques e sanções contra membros do clero. No dia 6 de Setembro de 1938, ao dirigir-se a um grupo de peregrinos belgas, Pio XI afirmou: "O anti-semitismo é inaceitável. Espiritualmente, todos somos semitas"(13). Pio XII, desde a sua primeira Encíclica *Summi Pontificatus* (14), de 20 de Outubro de 1939, pôs de sobreaviso contra as teorias que negavam a unidade da raça humana e contra a deificação do Estado, o que ele previa que haveriam de conduzir a uma verdadeira "hora das trevas"(15).

IV. O anti-semitismo nazista e o *Shoah*

Não se pode ignorar a diferença que existe entre o *anti-semitismo*, baseado em teorias contrárias ao constante ensinamento da Igreja acerca da unidade do gênero humano e a igual dignidade de todas as raças e de todos os povos, e os sentimentos de suspeita e de hostilidade que perduram há séculos, a que chamamos *antijudaísmo*, dos quais, infelizmente, também cristãos foram culpados.

A ideologia nacional-socialista foi também mais além, no sentido que recusou reconhecer qualquer realidade transcendente como fonte da vida e critério do bem moral. Como conseqüência, um grupo humano e o Estado, com o qual ele se identificara, arrogaram-se um valor absoluto e decidiram cancelar a própria existência do povo judaico, povo chamado a dar testemunho do único Deus e da Lei da Aliança. Em nível teológico não podemos ignorar o facto que não poucos membros do partido nazista não só demonstraram aversão à idéia de uma divina providência actuante nas vicissitudes humanas, mas deram também prova de um ódio específico em relação a Deus mesmo. Logicamente, essa atitude levou também a rejeição do cristianismo e ao desejo de ver destruída a Igreja ou, pelo menos, submetida aos interesses do Estado nazista.

Foi esta ideologia extrema que se tornou a base das medidas empreendidas, em primeiro lugar para desarraigar os judeus das suas casas e, depois, para os exterminar. O *Shoah* foi a obra de um típico regime moderno neopagão. O seu anti-semitismo tinha as próprias raízes fora do cristianismo e, ao buscar as próprias finalidades, não hesitou

em opor-se à Igreja perseguindo também os seus membros.

Mas devemos perguntar-nos se a perseguição do nazismo contra os judeus não foi facilitada por preconceitos antijudaicos, presentes nas mentes e nos corações de alguns cristãos. O sentimento antijudaico tornou porventura os cristãos menos sensíveis, ou até indiferentes às perseguições lançadas contra os judeus pelo nacional-socialismo quando chegou ao poder?

Qualquer resposta a esta pergunta deve ter em conta o facto que estamos a tratar da história de atitudes e modos de pensar de pessoas submetidas a múltiplas influências. Mais ainda, muitos ignoraram totalmente a "solução final" que estava para ser tomada contra um inteiro povo; outros tiveram medo para si mesmos e para os seus entes queridos; alguns tiraram proveito da situação; outros por fim foram movidos pela inveja. Uma resposta deve ser dada para cada caso e, para o fazer, é necessário conhecer aquilo que precisamente motivou as pessoas numa situação específica.

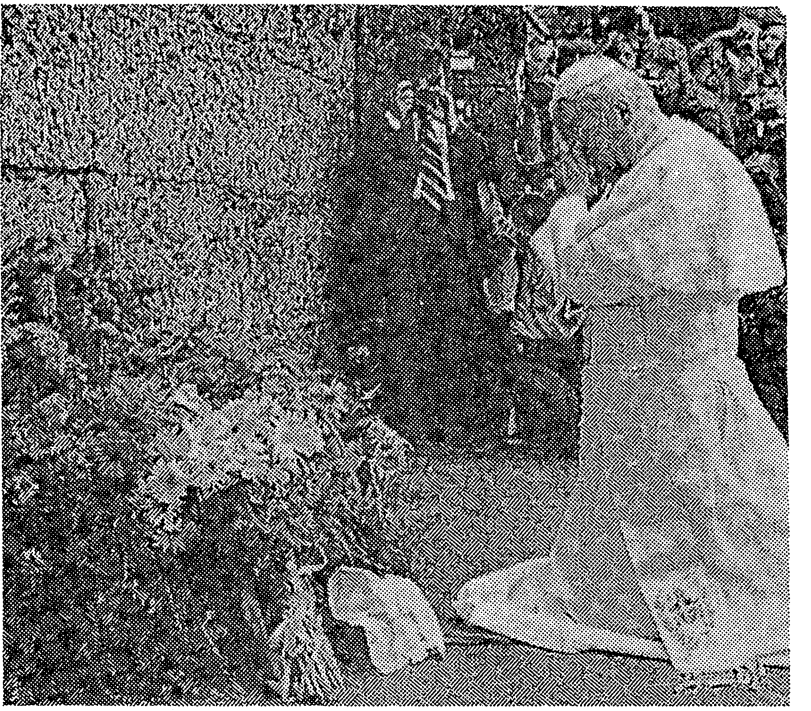
No início, os chefes do Terceiro *Reich* procuraram expulsar os judeus. Infelizmente, os Governos de alguns países ocidentais de tradição cristã, inclusive alguns da América do Norte e do Sul, foram mais que hesitantes em abrir os seus confins aos judeus perseguidos. Ainda que não pudessem prever quanto distante teriam ido os hierarcas nazistas nas suas intenções criminosas, os chefes dessas nações tinham conhecimento das dificuldades e perigos a que estavam expostos os judeus que viviam nos territórios do Terceiro *Reich*. Naquelas circunstâncias, o fechamento das fronteiras à imigração judaica, devida à hostilidade antijudaica ou à suspeita antijudaica, à covardia ou a estreiteza de visão política ou ao egoísmo nacional, constitui um grave peso de consciência para as autoridades em questão.

Nas terras onde o nazismo empreendeu a deportação em massa, a brutalidade que acompanhou estes movimentos forçados de pessoas inermes, deveria *suscitar* a suspeita do pior. Ofereceram os cristãos toda a assistência possível aos perseguidos, e em particular aos judeus?

Muitos o fizeram, mas outros não. Aqueles que ajudaram a salvar o maior número possível de judeus, a ponto de pôr as suas vidas em perigo de morte, não devem ser esquecidos. Durante e depois da guerra, comunidades e personalidades judaicas expressaram a sua gratidão por tudo o que lhes fora feito, inclusive o que Pio XII fizera pessoalmente, ou através dos seus representantes, para salvar centenas de milhares de vidas de judeus (16). Por essa razão muitos Bispos, sacerdotes, religiosos e leigos, foram honrados pelo Estado de Israel.

Não obstante isto, como o Papa João Paulo II reconheceu, ao lado desses corajosos homens e mulheres, a resistência espiritual e a ação concreta de outros cristãos não foi a que se poderia ter esperado de discípulos de Cristo. Não podemos conhecer quantos cristãos, em países ocupados ou governados pelas potências nazistas ou pelos seus aliados, constataram com horror o desaparecimento dos seus vizinhos judeus, mas entretanto não foram bastante fortes para elevar a sua voz de protesto. Para os cristãos este grave peso de consciência dos seus irmãos e irmãs durante a última guerra mundial deve ser um arrependimento (17).

Deploramos profundamente os erros e as culpas destes filhos e filhas da Igreja. Fazemos nosso aquilo que disse o Concílio Vaticano II na Declaração *Nostra aetate*, que de modo inequívoco afirma: "A Igreja... lembrada do seu comum patrimônio com os judeus, e levada não por razões políticas mas pela religiosa caridade evangélica, deplora todos os ódios, perseguições e manifestações de anti-semitismo, seja qual for o tempo em que isso sucedeu e seja quem for a pessoa que isso



O Papa em oração durante visita a Auschwitz (7/6/1979)

promoveu contra os judeus" (18).

Recordamos e fazemos nosso quanto o Papa João Paulo II, ao dirigir-se aos chefes da comunidade judaica de Estrasburgo em 1988, afirmou: "Reafirmo de novo juntamente convosco a mais firme condenação de qualquer anti-semitismo e de todo o racismo, que se opõem aos princípios do cristianismo" (19). A Igreja católica, portanto, repudia toda a perseguição, em qualquer lugar e em qualquer tempo, perpetrada contra um povo ou um grupo humano. Ela condena do modo mais firme todas as formas de genocídio, assim como as ideologias racistas que o tornaram possível. Ao dirigir o olhar para este século, sentimo-nos profundamente tristes pela violência que atingiu os grupos inteiros de povos e de nações. Recordamos, de modo particular, o massacre dos armênios, as inúmeras vítimas na Ucrânia dos anos 30, o genocídio dos ciganos, fruto também ele de idéias racistas, e tragédias semelhantes ocorridas na América, na África e nos Balcãs. Nem queremos esquecer os milhões de vítimas da ideologia totalitária na União Soviética, na China, no Camboja e noutros lugares. Nem sequer podemos esquecer o drama do Médio Oriente, cujos termos são bem conhecidos. Mesmo enquanto fazemos a presente reflexão, "muitos homens continuam a ser vítimas dos próprios irmãos"(20).

V. Olhando juntos para um futuro comum

Olhando para o futuro das relações entre os judeus e cristãos, em primeiro lugar pedimos aos nossos irmãos e irmãs católicos que renovem a consciência das raízes judaicas da sua fé. Pedimos-lhes que recordem que Jesus era um descendente de David; que do povo hebraico nasceram a Virgem Maria e os Apóstolos; que a Igreja haure sustento das raízes daquela boa oliveira na qual foram enxertados os ramos da oliveira selvática dos gentios (cf. *Rm* 11, 17-24); que os judeus são os nossos caros e amados irmãos, e que, num

certo sentido, são verdadeiramente "os nossos irmãos maiores"(21)

No termo deste Milênio a Igreja católica deseja exprimir a sua profunda tristeza pelas faltas dos seus filhos e das suas filhas em todas as épocas. Trata-se de um acto de arrependimento (*teshuva*): como membros da Igreja, de facto compartilhamos tanto os pecados com os méritos de todos os seus filhos. A igreja aproxima-se, com profundo respeito e grande compaixão, da experiência do extermínio, o *Shoah*, sofrida pelo povo judaico durante a segunda guerra mundial. Não se trata de simples palavras, mas antes de um empenho vinculante: "Correríamos o perigo de fazer de novo morrer as vítimas das mais atrozes mortes, se não tivéssemos a paixão da justiça e nem nos empenhássemos, cada um segundo as próprias capacidades, em fazer com que o mal não prevaleça sobre o bem, como aconteceu em relação a milhões de filhos do povo judaico... A humanidade não pode permitir que isto aconteça de novo"(22)

Pedimos que a nossa tristeza pelas tragédias que o povo judaico sofreu no nosso século leve a novas relações com esse povo. Desejamos transformar a consciência dos pecados do passado em firme empenho por um novo futuro, no qual já não haja sentimento antijudaico entre os cristãos, nem sentimento anticristão entre os judeus, mas sim um respeito recíproco compartilhado, como convém àqueles que adoram o único Criador e Senhor e têm um comum pai na fé, Abraão.

Por fim, convidamos os homens e as mulheres de boa vontade a reflectirem profundamente sobre o significado do *Shoah*. As vítimas desde os seus túmulos, e os sobreviventes através do vivido testemunho de quanto sofreram, tornaram-se um forte clamor que chama a atenção da humanidade inteira. Recordar este terrível drama significa tomar plena consciência da advertência salutar que ele comporta: às sementes infectadas pelo antijudaísmo e pelo anti-semitismo jamais se deve consentir que lancem raiz no coração do homem.

16 de Março de 1998.

Cardeal Edward Idris Cassidy
Presidente
D. Pierre Duprey
Bispo Titular de Thibaris
Vice-Presidente
Pe. Remi Hoeckman, O.P.
Secretário

NOTAS

1) JOÃO PAULO II, Carta Apost. *Tertio millennio adveniente* (10/11/1994), 33: *AAS* 87 (1995), 25.

2) Cf. JOÃO PAULO II, *Discurso por ocasião do encontro com a Comunidade judaica da cidade de Roma* (13/4/1986), 4: *AAS* 78 (1986), 1120.

3) JOÃO PAULO II, *Angelus de* 11/6/1965: *Insegnamenti* 18/1, [1995], 1712.

4) Cf. JOÃO PAULO II, *Discurso à Comunidade judaica de Budapeste* (18/8/1991), 4: *Insegnamenti* 14/2, [1991], 349.

5) JOÃO PAULO II, Carta Enc. *Centesimus annus* (1/7/1991), 17: *AAS* 83 (1991), 814-815.

6) Cf. JOÃO PAULO II, *Discurso aos Delegados das Conferências Episcopais para as Relações com o Judaísmo* (6/3/1982): *Insegnamenti* 5/1, [1982], 743-747.

7) Cf. Comissão da Santa Sé para as Relações religiosas com os judeus, *Notas sobre o correcto modo de apresentar os*

judeus e o judaísmo na pregação e na catequese na Igreja católica romana (24/6/1985) VI, 1: *Ench. Vat.* 9, 1656.

8) JOÃO PAULO II, *Discurso aos participantes no encontro de estudo sobre "Raízes do antijudaísmo em ambiente cristão"* (31/10/1997), 1: *L'Osservatore Romano*, ed. port. de 8/11/1997, pág. 4.

9) Cf. *Nostra aetate, 4.*

10) Cf. B. STATIEWSKI (Ed.), Akten deutscher Bischöfe über die Lage der Kirche, 1933-1945, vol. 1, 1933-1934 (Mainz 1968), Apêndice.

11) Cf. L. VOLK, *Der Bayerische Episkopat und der Nationalsozialismus 1930-1934* (Mainz 1966), pp. 170-174.

12) 14 de Março de 1937: AAS 29 (1937), 145-167.

13) *La Documentation Catholique*, 29 (1938), col. 1460.

14) *AAS* 31 (1939), 413-453.

15) *Ibid.*, 449.

16) Organizações e personalidades judaicas representativas reconheceram várias vezes oficialmente a sabedoria da diplomacia do Papa Pio XII. Por exemplo, na quinta-feira 7 de Setembro de 1945 Giuseppe Nathan, Comissário da União das Comunidades Israelitas Italianas, declarou: "Em primeiro lugar dirigimos uma reverente homenagem de reconhecimento ao Sumo Pontifíce, aos religiosos e às religiosas que, actuando as diretrizes do Santo Padre, não viram nos perseguidos senão irmãos, e com impulso e abnegação prestaram a sua obra inteligente e eficaz para nos socorrer, não tendo medo dos gravíssimos perigos a que se expunham" (*L'Osserv. Rom.* ed. quot. de 8/9/1945, pág. 2). No dia 21 de Setembro do mesmo ano, Pio XII recebeu o Dr. A. Leo Kubowitzki, Secretário-Geral do "World Jewish Congress", em audiência para apresentar "ao Santo Padre, em nome da União das Comunidades Israelitas, os mais sentidos agradecimentos pela obra realizada pela Igreja católica a favor da população judaica em toda a Europa durante a guerra" (*L'Osserv. Rom.* ed. quot. de 23/9/1945, pág.1). Na quinta-feira, 29 de Novembro de 1945, o Papa recebeu cerca de 80 delegados dos refugiados judeus, provenientes dos campos de concentração na Alemanha, que vieram manifestar-lhe "a suma honra de poder agradecer pessoalmente ao Santo Padre a sua generosidade demonstrada para com eles, perseguidos durante o terrível período do nazifacismo" (*L'Osserv. Rom.* ed. quot. de 30/11/1945, pág. 1). Em 1958, por ocasião da morte do Papa Pio XII, Golda Meir enviou uma eloqüente mensagem: "Compartilhamos a tristeza da humanidade... Quando o terrível martírio se abateu sobre o nosso povo, a voz do Papa elevou-se em favor das suas vítimas. A vida do nosso tempo foi enriquecida por uma voz que falou claramente acerca das grandes verdades morais, acima do tumulto do conflito quotidiano. Choramos um grande servidor da paz".

17) Cf. JOÃO PAULO II, *discurso ao novo Embaixador da República Federal da Alemanha (8/11/1990), 2: AAS* 83 (1991), 587-588.

18) N. 4.

19) N. 8: *Insegnamenti* 11/3 [1988], 1134.

20) JOÃO PAULO II, *Discurso aos membros do Corpo Diplomático* (15/1/1994), 9: AAS 86 (1994), 816.

21) JOÃO PAULO II, *Discurso por ocasião do encontro com a Comunidade judaica da cidade de Roma* (13/4/1986), 4: *AAS* 78 (1986), 1120.

22) JOÃO PAULO II, *discurso por ocasião da comemoração do Holocausto* (7/4/1994), 3: *Insegnamenti* 17/1, [1994], 897 e 893.

- Extraído do jornal L'Osservatore Romano - N.12, 21-03-98.

Farmácia

Custo e Risco-Benefício dos Medicamentos

Aleixo Prates

Neste final de século é provável que ninguém mais, lá da década de 30, ainda se lembre do número incontável de pessoas que morriam, na plena juventude, de tuberculose, pneumonia e uma série de outras infecções impondo uma expectativa de vida desalentadora.

Os recursos terapêuticos da época estavam reduzidos à riqueza da flora medicinal (nunca suficientemente estudada em nosso País,) à organoterapia vincada de exageros e aos recursos minerais, onde cabiam até as pastilhas de terra.

A sulfanilamida, já no final da década de 20, e depois a penicilina (uma das maiores conquistas decorrentes da 2ª Grande Guerra Mundial), chegaram e impuseram uma radical modificação no arsenal terapêutico.

É simplesmente fantástico o que a indústria farmacêutica logrou fazer, esvaziando, por assim dizer, as clássicas oficinas galênicas das farmácias bem adornadas de belos frascos coloridos, hoje convertidos em disputadas peças de museu.

A produção em escala favoreceu a produção de medicamentos em volume crescente, dando acesso ao seu consumo, inclusive mesmo às populações de baixa renda.

Até mesmo a aspirina, que vem do século passado, já não é mais simples analgésico e antitérmico, mas ganhou, pela renovação das pesquisas, outras propriedades da maior significação.

Sociólogos costumam dizer que "civilizar é criar necessidades". Pois a necessidade crescente de medicamentos, já que sua produção passou a exceder ao volume das necessidades reais, foi induzida à população, que aprendeu depressa a se automedicar, enquanto nos balcões das farmácias funcionários passaram a ser aliciados à "empurroterapia", com prêmios até valiosos proporcionados pelos fabricantes.

Desde a década de 60 para cá a comunidade da saúde passou a conviver com um vocábulo novo - a iatrogenia, significa dizer a doença provocada pelo medicamento.

Na verdade, este detalhe não é nada novo. Um dos mais antigos Códigos do mundo - a LEI DAS XII TÁBUAS (cerca de 1.200 anos antes de Cristo), já dizia, no nº 32: "QUANDO SE FALA EM MEDICAMENTO, É PRECISO DIZER SE ELE É BOM OU MAU, PORQUE TODO MEDICAMENTO É VENENO".

O consumo abusivo e desnecessário de medicamento levou a que a Organização Mundial da Saúde recomendasse a existência

Coordenador do Curso de Farmácia - UnP
CRF/RN 0070 . CPF: 023.958.437-68

de um profissional que entendesse mais, e melhor, de medicamentos, para bem esclarecer seus prescritores e os usuários dos mesmos.

Esta prática hoje está consagrada universalmente com Farmácia Clínica e esse profissional é o farmacêutico, naturalmente qualificado para essa atividade.

O suporte para tal atividade é o Centro de Informação de Medicamentos, um acervo bibliográfico sempre atualizado, mantido ainda o intercâmbio com outros Centros em várias partes do mundo.

No elenco das atividades do farmacêutico clínico, dois itens tem merecido atenção especial. Um deles é o do custo-benefício, assunto que vem bem a propósito no momento em que, mais uma vez, o Ministério da Saúde em nosso País investe em favor da prescrição de medicamentos sob sua denominação genérica e não pelo nome de fantasia. A prescrição, por exemplo, de dipirona (nome genérico) e não de Novalgina (nome comercial, de fantasia, propriedade industrial).

Sou, de longa data, virtualmente a favor dos medicamentos genéricos; mas não posso me iludir aceitando, de pleno, tal decisão ministerial, sem que antes seja resolvida a questão da qualidade dos medicamentos. Chega a ser constrangedor admitir, mas a política de medicamentos genéricos no Brasil depende, de maneira incontornável, da qualidade dos mesmos.

No momento, vejo-me obrigado a perfilar ao lado da maioria dos médicos se recusando a prescrever medicamentos genéricos sem a certeza da sua qualidade. Parece-me que é do seu dever ético proceder assim. E, infelizmente, está muito longe do Ministério da Saúde poder bancar, por sua ação de vigilância sanitária, essa garantia de qualidade.

Os dados de que disponho são de maio de 1997 (não sei se o panorama mudou para melhor), mas sabe-se que apenas 18,8% das 670 indústrias farmacêuticas no País apresentam condições satisfatórias para a produção de medicamentos com qualidade.

De outra parte, nada autoriza a certeza de que uma empresa classificada como satisfatória esteja produzindo medicamentos com qualidade efetiva. Basta levantar, mesmo de leve, o problema dos padrões farmacopêicos para o controle da qualidade, para se questionar essa qualidade.

Havia no Ministério da Saúde, em fase de estudo para implementação, um Programa Nacional de Análise Fiscal do Medicamento PRONAFIME. Pois enquanto não tivermos uma ação policial sanitária realmente eficaz, com dimensão nacional, para fazer face à questão da qualidade do medicamento, será pura fantasia, ou ingenuidade, se pretender impor uma séria política de medicamentos genéricos.

A despesa "per-capita" do Brasil com a assistência farmacêutica é relativamente baixa. Mas nessa avaliação, será indispensável conhecer com verticalidade a qualidade do medicamento e, em seguida seu custo. Será igualmente necessário avaliar o custo de determinados tratamentos, dado que poderia haver a redução dos mesmos.

De outra parte, é indispensável que nos ocupemos, no País, dos aspectos relativos ao risco-benefício.

Na Espanha há um Centro de Informações de Medicamentos - o CADIME, em Granada, que mensalmente edita um boletim sobre este tema. Afinal, quem é do ramo sabe muito bem de inúmeros "lançamentos" da indústria farmacêutica, com acréscimo de benefício mínimo, ou nenhum, a custo bem mais elevado.

Trata-se, como se vê, de um grande desafio. Decidi aceitar o convite da UNP, com o propósito de investir toda minha experiência e todas as energias de que disponho para também dotar o País desse profissional de que, mesmo sem o sabermos, todos estamos carecendo muito.

A LDB

Trajetória e Inovações

Pe. João Medeiros Filho*

1. Introdução

Aos 20 de dezembro de 1996, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sancionou a Lei 9.394, que trata das diretrizes e bases da educação nacional. A sociedade brasileira aguardava com especial interesse a promulgação desse diploma legal e uma resposta aos principais problemas 92, ficam revogados todos os dispositivos legais e normativos anteriores, passando a ter eficácia jurídica a partir daquela data.

Devemos ter em mente que as leis ordinárias são inseridas num contexto maior e mais importante: os determinantes constitucionais. Desta forma, primeiramente, a LDB visa a regulamentar o que estabelece a Constituição Federal em matéria de ensino e educação. Por outro lado, face à diversidade cultural, geográfica, étnica, social e religiosa, a lei tem seus limites. O país é continental, a lei é única. Mister se faz (e isso está ocorrendo) complementá-la através de decretos, portarias, resoluções, instruções normativas e pareceres. Com isso várias figuras e entidades novas vão surgindo, como é o caso dos centros universitários, que gozam de autonomia administrativa e acadêmica, no entanto, inferior à das universidades. Será de grande valia um olhar retrospectivo da história das Constituições e das leis educacionais do país, para melhor compreendermos o texto e o contexto da nova LDB e assim aquilatarmos o seu valor.

2. Histórico

2.1. As Cartas Magnas

Nossa primeira Constituição data Império, ou seja, de 1824. Até o momento, o Brasil teve oito Cartas Magnas, das quais sete são republicanas. Destas, apenas quatro (1981, 1934, 1946 e 1988) foram votadas por representantes populares com poderes constituintes. Em todas o tema educacional foi abordado, sendo que na última a defesa da escola pública ganhou relevância nos debates parlamentares e acadêmicos.

Consultor Educacional. Pós-Graduado em Teologia e Ciências Sociais pela Universidade de Louvain, na Bélgica e Comunicação pela UFRJ. Ex-professor da UFRN e da Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza, da Fundação José Augusto do RN. Ex-assessor do MEC.

A Constituição de 1824 trouxe para o lado dos direitos civis e políticos a necessidade de se fundar colégios e universidades, estabelecendo a partir daquela data a gratuidade do ensino primário. As Assembléias Legislativa Provinciais, criadas em 1834, tiveram a incumbência de legislar sobre a instrução pública, ficando o ensino superior de competência exclusiva da União.

A Carta de 1891 outorgou ao Congresso Nacional a prerrogativa exclusiva de legislar sobre o ensino superior. Aos Estados caberia o ensino primário e secundário. No entanto, o governo federal atuar nos dois campos ou planos educacionais.

A Constituição de 1934 inovou bastante, criado o Conselho Nacional de Educação, atribuindo à União poderes para fixar as diretrizes e bases da educação e dando autonomia aos Estados para organizar seus sistemas de ensino e conselhos de educação. Pela primeira vez, na história da educação brasileira, estabelecem-se percentuais orçamentários dos governos federal, estaduais e municipais destinados à educação.

A Carta de 1946 prima pela afirmação democrática e pelos princípios de liberdade do pós-guerra. Assim, algumas novidades são introduzidas, como a gratuidade do ensino em todos os níveis (e não apenas primário), ingresso no magistério mediante concurso público; oferta de ensino religioso, apesar de matrícula facultativa.

A Constituição de 1967, voltada para o problema da ideologia da segurança nacional, abriu espaços para o fortalecimento do ensino particular. Recursos públicos eram canalizados para o ensino privado sem grandes critérios. Há, porém, uma conquista: a ampliação da obrigatoriedade do ensino fundamental até os catorze anos.

A Carta de 1969, forjada no bojo da ditadura militar, permanece eivada do mesmo espírito e princípios da Constituição de 1967. Porém, há um ponto digno de nota: a aplicação de recursos públicos. Os municípios estão obrigados a aplicar pelo menos 20% dos seus orçamentos no ensino primário. Não nos cabe analisar aqui o lado obscurantista do texto constitucional que tolheu sobremaneira as atividades docentes, como por exemplo, o fim da cátedra e a departamentalização nas universidades, não por, motivos acadêmicos, mas por razões políticas e ideológicas.

A constituição de 1988, ainda presente na consciência da nação, veio inserir claramente a educação como direito de todos, universal, gratuita, democrática, comunitária e de elevado padrão de qualidade. A expressão máxima desses anseios e preocupações foi a inserção do nome do Colégio Pedro II nas Disposições Gerais no texto da Carta, entidade a permanecer na órbita federal (cf. art. 242, parágrafo 2°) como instituição pioneira, modelo e referência em educação.

2.2 As leis de diretrizes e bases.

2.2.1. A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (N° 4024) do Brasil data de 1961, tendo sido proclamado, em 20 de dezembro. Foi gerada de forma muito lenta e difícil. Chegou à Câmara Federal em 1948, após a promulgação de várias leis orgânicas do ensino, (inspiradas pelo Ministro Gustavo Capanema, de 1943-1946), quando se organizaram os ensinos industrial, comercial agrícola, e normal. O projeto da primeira lei de diretrizes começou a ser debatido no Congresso, em maio de 1957, ou seja, oito anos e meio mais tarde. Passaram-se ainda quatro anos e sete meses para a sua aprovação e sanção presidencial. Os mais antigos recordam o substitutivo Lacerda. O debate e a polêmica giravam em torno da defesa da escola particular.

Tem-se, então, a primeira lei abrangendo todos os aspectos educacionais do país. Ela conseguiu tornar mais flexível o acesso ao ensino superior, independentemente do tipo

de curso que o aluno tivesse feito anteriormente. Intensificou-se o mecanismo dos artigos 91 e 99, como forma de aproveitamento de estudos.

2.2.2. Há, entretanto, um período nebuloso na história da legislação do ensino brasileiro. o que se esboçava como uma lei de diretrizes, foi esfacelado em fragmentos que conhecemos como as Leis 5.540/68 e 5.692/71. Era preciso conter a todo custo a afronta das universidades ao poder estabelecido. E pela primeira vez na história da educação brasileira, uma *reforma* universitária precede às mudanças do ensino fundamental. Estas só ocorrerão três anos depois com a Lei 5.692/71, transformando radicalmente o ensino, fazendo do segundo grau um curso profissionalizante, portanto, acabando com a estrutura única ensino médio, modalidade que tinha sido uma conquista da pluralidade social e econômica do país.

Conhecem-se as reações da sociedade a essa legislação, que culminaram com a Lei 7.044/82 revogando os dispositivos da profissionalização compulsória.

3. A Lei 9. 394/96

Sua trajetória tampouco foi uma das mais fáceis no cenário e na história das leis educacionais brasileiras. Foi um parto difícil, quase um *fórceps*. O projetos inicial, de autoria do Deputado Octávio Elísio, Chegou ao Congresso Nacional em 1988, recebendo o substitutivo do Senador Darcy Ribeiro, para, finalmente ser aprovado e sancionado em 20 de dezembro de 1996, ou seja, exatamente 35 anos depois da primeira Lei de Diretrizes e Bases. A atual LDB tem suas limitações; conceituais, estratégicas e operacionais. Fruto de calorosos debates, de acordos e interesses diversos, às vezes paradoxais e irreconciliáveis, a lei tem suas fraquezas, mas descortina pontos importantes para a história da educação brasileira. Gostaríamos de destacar algumas de suas inovações e pontos relevantes para o ensino de nosso país.

3.1. Educação à Distância. Pela primeira vez na história educacional brasileira, está presente essa terminologia e abertas as portas para esse tipo de educação, praticada em muitos países europeus e de outros continentes. Na leitura do texto convivemos com conceitos e termos como: *ensino à distância e ensino presencial ou seqüencial.* Ora, isto era inédito num documento oficial em termos de educação.

3.2. Algo digno de nota é a flexibilidade e a pluralidade nas formas de acesso aos diversos níveis do ensino. O fim da obrigatoriedade do concurso vestibular, como única forma de ingresso no ensino superior é uma das conquistas e novidades da Lei 9.304/96, visando acabar paulatinamente com a *indústria dos cursinhos* e de um *modus faciendi* do ensino médio, como mera porta de acesso ao ensino superior.

3.3. O aumento da carga horária e dos dias letivos é um dos pontos altos da nova Lei de Diretrizes e Bases. Se não foi possível acrescer o número de anos de escolaridade, aumentou-se o ano letivo de 180 para 200 dias em todos os segmentos, o que representa especialmente para o ensino básico e médio mais de 220 dias, eqüivalendo praticamente a mais de um ano de estudos ou escolaridade.

3.4. Há um resgate da natureza e da finalidade do ensino profissional. A educação está intimamente ligada ao mundo do trabalho e, na medida do possível, ela deve desenvolver-se no seu contexto e ambiente. Prevê-se, deste modo, um tipo de educação para a cidadania plena, onde a ocupação do educando é um direito inarredável. Esse ensino deve levar em conta as diferentes práticas sociais.

3.5. A avaliação de qualidade do ensino

em todos os seus níveis é um dos maiores contributos da nova LDB. Portarias, instruções e decretos já foram emanados nesse sentido, contemplando desde a realidade acadêmica em si mesma à infra-estrutura material e econômica. Tenta-se acabar com o regime de capitanias hereditárias nas instituições de ensino, onde o credenciamento se fazia ad perpetuum, a exemplo da concessão aos donatários. Há critérios a obedecer e a preencher na oferta dos curso, incluindo uma melhor escolha do corpo docente, instalações adequadas e dignas, preços justos etc. O ensino constitucionalmente "e livre e aberto à iniciativa privada, mesmo a instituições com fins lucrativos (outra novidade no texto legal), mas há balizamentos que deverão ser respeitados. O credenciamento, hoje, sob a égide da nova lei é por tempo determinado.

3.6. As responsabilidades dos poderes públicos foram definidas e delimitadas, até mesmo em termos de datas e cronogramas, no que tange a desembolso de recursos para custeio e investimentos. Aliás, a Emenda Constitucional de Nº 14, criando o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, foi o ponto de partida para se precisar os elementos de despesas no âmbito da manutenção dos sistemas de ensino. Dez longos artigos do Título VII da Lei 9.394/96, sem contarmos outros das Disposições Transitórias, dispõem sobre esses aspectos financeiros.

3.7. Pela primeira vez, em um texto oficial, as minorias São lembradas. Não falamos da chamada educação especial, que contempla diferentes tipos de deficientes. Desta vez, fala-se claramente da educação das nações indígenas e do seu direito à cultura própria, à preservação de suas línguas, costumes e tradições.

3.8. A formação docente merece atenção especial, mostrando-se a necessidade da capacitação do magistério com uma titulação adequada desde o ensino fundamental até o ensino superior. Fala-se pela primeira vez na remuneração condigna do mestre.

3.9. Liberdade de criação e de experimento é o que garante o artigo 81da LDB. As instituições, os estados e os municípios poderão inovar. O Artigo 3º, por sua vez, prevê o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas.

4. Conclusão

Com o advento da Lei 9.394/96, reacendeu-se a discussão acadêmica em torno da realidade educacional. Os sentimentos de passividade e desânimo deram margem a uma nova esperança. Quem pensa realmente educação, deseja uma reformulação curricular. Quem vive ensino, sonha em modificar as metodologias e oferecer, de acordo com as necessidades atuais e face às tecnologias modernas, um conteúdo diferenciado para que o educando atinja à plenitude do seu ser e possa viver sua cidadania plena. Há um alento na valorização do mestre, passando por sua melhor capacitação e incluindo a necessidade premente de uma política de remuneração à altura do mercado de trabalho hodierno. Criou-se a urgência de se superar a *práxis* de ações educativas inócuas e concorrentes sem resultados a longo e a curto prazo. O processo de avaliação reinstalou no seio da: comunidade acadêmica, sobretudo, a universitária, a prática da autocrítica. A universidade (como *conditio sine quanon* de sua sobrevivência) tenderá cada vez mais a ser dinâmica, criativa, inserida no Universo, que se modifica e se recria a cada instante numa sociedade informatizada, globalizada, repleta de invenções que ultrapassam o processo educacional, mas poderão ajúdá-lo e complementá-lo.

A LDB acena a cada um de nós com uma escola e uma educação para a sociedade de hoje, onde a consciência e a vivência plena de cidadania não sejam uma quimera, mas uma realidade possível, caso haja realmente vontade educacional e política.

Filologia

O Mundo e as Línguas

Waldson Pinheiro*

A existência de milhares de línguas em nosso mundo costuma ser vista como castigo ou maldição. Uma tentativa para explicar a multiplicidade de idiomas na Terra é a conhecida história da Torre de Babel. Mas, se olharmos com objetividade a atual diversidade de línguas, concluiremos por sua inteira normalidade, pois milagre mesmo seria se existisse uma língua só.

Aliás, é bastante instrutivo citar diretamente do livro do Gênesis as passagens alusivas à multiplicação das línguas. Trata-se da narração das ocorrências logo após o dilúvio bíblico, nos capítulos 9, 10 e 11, conforme a moderna edição conhecida como "A Bíblia de Jerusalém". Resumindo o capítulo 10, diz a nota **m** ao pé da página inicial:

"Na forma de genealogias, este capítulo fornece um quadro dos povos, agrupados menos segundo suas afinadas étnicas do que segundo seus relacionamentos históricos e geográficos: os filhos de Jafé povoam a Ásia Menor e as ilhas do Mediterrâneo; os filhos de Cam, os países do Sul: Egito, Etiópia, Arábia, e Canaã lhes é ligado em lembrança da dominação egípcia sobre esta região; entre esses dois grupos estão os filhos de Sem: elamitas, assírios, arameus e os ancestrais dos hebreus. O quadro é sacerdotal, com elementos javistas (vv. 18-19.21.24-30) que nele inserem algumas modificações. Resumindo os conhecimentos sobre o mundo habitado que se podia ter em Israel, no século VIII-VI a. C., ele afirma a unidade da espécie humana, dividida em grupos a partir de um tronco comum. Essa dispersão aparece (10,32) como realização da bênção anunciada no capítulo anterior. A narrativa javista da Torre de Babel (11,1-9) contém uma visão menos favorável; trata-se, porém, de aspectos complementares de uma história do mundo para a qual concorrem o poder de Deus e a malícia dos homens".

Neste capítulo 10, contrastando com o episódio da Torre de Babel, narrado no capítulo 11, após a apresentação da descendência de cada um dos filhos de Noé, seguem-se versículos muito semelhantes entre si, a saber:

"Esses foram os filhos de Jafé, segundo sua **língua,** segundo seus clãs e segundo suas nações"(10,5).

"Esses foram os filhos de Cam, segundo seus clãs e suas **línguas,** segundo suas terras e suas nações" (10,20).

"Esses foram os filhos de Sem, segundo seus clãs e suas **línguas,** segundo suas terras e suas nações" (10,31).

Agora, o capítulo 11, em seus nove versículos iniciais:

"Todo mundo se servia de uma mesma língua e das mesmas palavras. Como os homens emigrassem para o oriente, encontraram um vale na terra de Senaar e aí se estabeleceram. Disseram um ao outro: 'Vinde!

*** - Professor da UFRN**

- Este artigo faz parte do livro a ser publicado pelo autor.

Façamos tijolos e cozamo-los ao fogo! 'O tijolo lhes serviu de pedra e o betume de argamassa. Disseram: 'Vinde! Construamos uma cidade e uma torre cujo ápice penetre nos céus! Façamo-nos um nome e não sejamos dispersos sobre a terra!'

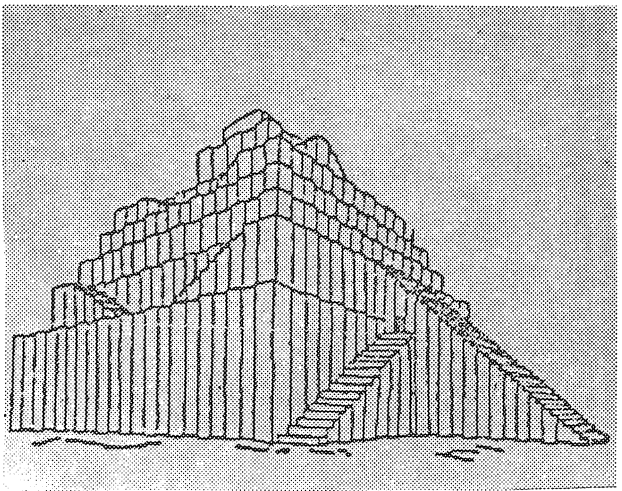
Ora, Iahweh desceu para ver a cidade e a torre que os homens tinham construído. E Iahweh disse: 'Eis que todos constituem um só povo e falam uma só língua. Isso é o começo de suas iniciativas! Agora, nenhum desígnio será irrealizável para eles. Vinde! Desçamos! Confundamos a sua linguagem para que não mais se entendam uns aos outros'. Iahweh os dispersou dali por toda a face da terra, e eles cessaram de construir a cidade. Deu-se-lhe por isso o nome de Babel, pois foi lá que Iahweh confundiu a linguagem de todos os habitantes da terra e foi lá que ele os dispersou sobre toda a face da terra".

Em relação ao significado do nome Babel ou Babilônia, acrescenta a nota **z** ao pé da página:

"Babel" é explicado pela raiz **bll**, "confundir". O nome de Babilônia significa, na realidade, "Porta do deus".

A dispersão dos grupos humanos por todos os continentes e seu posterior isolamento por barreiras geográficas de difícil transposição (oceanos, desertos, florestas, cordilheiras) levaram fatalmente ao surgimento de troncos lingüísticos independentes, que se esgalharam no decorrer de milênios na forma dos idiomas atuais. Um desses troncos, o indo-europeu, ramificou-se nas línguas da Índia, do Irã e da Europa e transplantou-se, com espanhóis, portugueses, franceses, ingleses e holandeses, para as Américas. Outro, o semita, chegou aos nossos dias representado pelo árabe e o hebraico. Outros ainda se difundiram a partir da China, das ilhas dos oceanos Índico e Pacífico, ou dos povos negros da África. Cada uma dessas línguas da Terra tem servido de veículo para uma cultura particular que muito enriquece a extraordinária herança folclórica, moral, religiosa, literária e científica da humanidade. Sua existência é antes uma bênção, e todas que têm atrás de si um grupo de falantes, muitos milhões ou apenas alguns milhares, merecem respeito e preservação.

A TORRE DE BABEL



Reprodução da Torre de Babel, conforme a descrição em uma tabuinha de argila, gravada em 229 a. C., de uma torre em Babilônia, em forma de pirâmide, com sete andares. Já foram encontradas as bases de 29 dessas pirâmides, ou zigurates, na planície de Senaar. No seu alto, havia um santuário, destinado a receber a divindade, que os babilônios representavam como navegando no Oceano do Céu

Artigo de Capa

Câmara Cascudo Um Escritor Católico

Itamar de Souza*

No ano do centenário de nascimento do escritor potiguar Luís da Câmara Cascudo, resolvemos reler a sua obra e pesquisá-la com mais profundidade. Após exaustiva pesquisa, descobrimos nele uma faceta que permanecia inexplorada: "malgré sa vie", ele foi um escritor de sentimentos católicos. Sabemos, com pleno conhecimento, que ele não foi um católico praticante do tipo de outros intelectuais como Otto Guerra, Hélio Galvão, Alceu Amoroso Lima, Jackson de Figueredo, Jacques Maritain, Jean Guiton e tantos outros espalhados pelo mundo inteiro. No entanto, "malgré sa vie", como dissemos há pouco, encontramos na sua obra e na sua vida sinais evidentes de respeito e de amor à Igreja Católica.

Em 1981, quando ele assinou contrato com a Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, para reeditar as suas principais obras, nós estávamos lá. Num pequeno discurso, ele disse em voz alta e bem pausada: "Sou católico, apostólico, romano. Mas, tenho fé de carvoeiro". Que quer dizer esta expressão - "ter fé de carvoeiro?" Significa possuir uma fé baseada no coração, no sentimento, na tradição herdada dos pais, sem embasamento teológico mais profundo.

Ao longo de sua vida, Câmara Cascudo publicou cerca de uns 100 artigos de jornal e de revista sobre assuntos pertinentes ao Catolicismo. Basta lembrar que ele escreveu sobre quase todas as antigas Igrejas do Rio Grande do Norte, biografou diversos sacerdotes que serviram à Igreja Católica no nosso Estado. Além disso, era amigo de todos os Bispos, principalmente, do Arcebispo de Natal, Dom Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas. Em reconhecimento aos seus sentimentos católicos, Dom Marcolino solicitou para ele, ao Papa Pio XII, a Comenda da Ordem de São Gregório, que lhe foi conferida nos anos 50.

Nos seus livros e plaquetes, ele dedicou bastante espaço aos assuntos católicos. Assim, em 1955, ele participou do encerramento do Centenário da Paróquia de Nova Cruz, discursando sobre aquela comunidade e publicou, na ocasião, uma plaquete intitulada - **NOTAS PARA A HISTÓRIA (DA PARÓQUIA) DE NOVA CRUZ,** Natal, Arquidiocese de Natal, 30 páginas .

No mesmo ano, com auxílio do Monsenhor Severino Bezerra, ele publicou outra plaquete intitulada - **PARÓQUIAS DO RIO GRANDE DO NORTE** -, Natal, Imprensa Oficial, 1955, 30 páginas. Anteriormente, na **HISTÓRIA DA CIDADE DO NATAL**, publicada em 1947, Cascudo imortalizou a tradição oral sobre a chegada da imagem de Nossa Senhora da Apresentação às margens do rio Potengi, em 1753. Sem este seu registro, esta tradição oral

---

***Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo e Professor de Ciência Política da Universidade Potiguar**

teria, provavelmente, se perdido na sucessão das gerações. Em diversos escritos, ele demonstrou que era devoto de Nossa Senhora da Apresentação, Padroeira de Natal.

Na **HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE,** publicada em 1955, ele dedicou todo o capítulo IX à religião católica, desde a chegada dos primeiros sacerdotes até a criação das três Dioceses. Finalmente, em 1974, ele publicou o livro - **RELIGIÃO NO POVO** - no qual procurou mostrar como o povo vive o "Espírito Divino" no seu quotidiano. Na introdução desta obra, ele afirma que, na pesquisa que realizou, "interessava o Espírito Divino nas entidades grupais dentro da Igreja ou fora dela. O comportamento exprimindo a convicção íntima de uma ortodoxia hereditária." Adiante, ele ressalva: "Lógico que registrasse unicamente os atos populares influídos pelo credo católico. Não havendo a intenção religiosa, excluía-se da colheita." Finalizando a introdução, diz o citado autor: "A Religião no Povo continua guardando a colaboração dos milênios. Retira do culto ortodoxo os elementos adaptáveis à devoção tradicional sob a superintendência da Fé. Esses matutos, sertanejos, caipiras, tabaréus, homens do povo brasileiro, tão desajeitados e concordantes, são categorias indeformáveis na intimidade profunda do Entendimento. Como o carvoeiro que respondeu ao Padre Tostado, acreditam na Igreja a coincidência com os dogmas da convicção pessoal". (Cascudo, Luís da Câmara - RELIGIÃO NO POVO, João Pessoa, Imprensa da UFPB, introdução, 1974).

O TESTEMUNHO DO CÔNEGO JOSÉ ADELINO DANTAS (1947)

Em outubro de 1946, Câmara Cascudo foi a Montevideu integrando uma Missão Cultural organizada pelo Itamarati. Lá, ele foi muito aplaudido em duas conferências que pronunciou na capital do Uruguai. Ao retornar, seus amigos prestaram-lhe uma significativa homenagem no Instituto Histórico, à noite do dia 24 de abril de 1947. Depois, reuniram em uma plaquete todos os depoimentos. Nesta publicação, encontramos o depoimento do então Cônego José Adelino Dantas, caracterizando Cascudo como -

HOMEM DE FÉ.

Eis a parte mais importante deste depoimento:

> "Cascudo nunca se sentiu menos homem e menos ilustre por ter procurado e encontrado na balança de sua vocação luminosa, a admirável equação entre o valor do Pensar e o valor de Crer. Crê pensando, em plena pujança, em pleno meio dia de suas glórias intelectuais. Livrou-se, assim, da agonia mental e torturante dos que perderam ou repeliram o contato entre a Fé e a cultura. Na sua brilhante excursão pelos campos dessa mesma cultura, ele ainda não encontrou, como tantos dizem ter encontrado, aquela linha divisória, a separar como incompatíveis os domínios do Dogma e da Ciência. Cascudo nunca enxergou qualquer incompatibilidade entre a Verdade e a Luz. Homem do Evangelho e Homem dos livros, Cascudo se integraliza num mesmo plano de valorização humana. Vive da Fé servindo ao Intelecto e proclamando o Primado eterno do Espírito". (Dantas, Cônego José Adelino - Homem de Fé - in Luís da Câmara Cascudo (Depoimentos), Natal, Centro de Imprensa LTD, abril, 1947, p.12).

VELHO LEITOR DA BÍBLIA

Em vários dos seus artigos e livros, Cascudo costumava usar citações bíblicas. É

importante assinalar que, no seu livro - **CIVILIZAÇÃO E CULTURA** - , ele autoproclamou-se assíduo leitor da Bíblia, por ser uma extraordinária fonte de pesquisa: "Velho leitor da Bíblia, bem antes das sedutoras divulgações de Keller e de Marston, permito-me citá-la no plano etnográfico porque a tenho por tão prestante e séria quanto Heródoto, Plínio o Antigo, ou Pausânias... O alheamento professoral às fontes bíblicas é inexplicável quando a arqueologia ressuscita e comprova as sinalações de acontecimentos que deixaram vestígios materiais. E uma espantosa bibliografia pesquisa e expõe os resultados evidenciados da pré-história, pró-história, e história antiga nas terras mencionadas na Bíblia" (Civilização e Cultura, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 2ª edição, p.19).

CÂMARA CASCUDO E O PADRE JOÃO MARIA

Ele sentia orgulho em dizer a todos os seus amigos e conhecidos que foi batizado pelo virtuoso Padre João Maria Cavalcanti de Brito, então vigário da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, no dia 09 de maio de 1899. Foram seus padrinhos de batismo: o Governador Joaquim Ferreira Chaves e a sua esposa, Alexandrina Barreto Ferreira Chaves.

O Padre João Maria faleceu em 1905, deixando, em Natal, a fama de ser um santo sacerdote, a quem o povo rezava e fazia promessas nas horas de dor e aflição. Cascudo cresceu neste clima de veneração e respeito pelo santo vigário, apóstolo da caridade. Daí nasceu a sua devoção ao sacerdote que o batizou.

Em 1920, na Revista do Centro Polymático, ele publicou um artigo enaltecendo as suas virtudes. Tempos depois, em 1957, por ocasião do transcurso do 50° aniversário do falecimento do padre João Maria, o tipógrafo João Carlos de Vasconcelos organizou uma antologia em sua homenagem. Naquela ocasião, Cascudo escreveu um artigo historiando a construção do Busto do Padre João Maria, erguido na praça que tem o seu nome, no bairro da Cidade Alta, por trás da velha catedral.

Na fase mais avançada da vida, já alquebrado pelos anos, Câmara Cascudo, segundo o testemunho do Monsenhor Geraldo Almeida, Vigário da Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes , em Petrópolis, (Natal), foi visto, várias vezes, rezando perante o referido busto. Sua sogra, Dona Yayá, possuía algumas relíquias do Padre João Maria. Antes de morrer, ela entregou a Cascudo o terço que fora do citado sacerdote. Ele foi sepultado com este terço, envolvido nas mãos, na certeza de que ele o ajudaria a abrir as portas da Eternidade. Cascudo faleceu dia 30 de julho de 1986, na Casa de Saúde São Lucas, em Natal.

Dona Dhália, sua esposa, confidenciou ao jornalista João Maria Freire o seguinte: "...todas as vezes que ia se refugiar para escrever, Cascudo pedia-lhe que pusesse as mãos sobre a sua cabeça e rezasse uma Salve Rainha." (Freire, João Maria - Leitura de um Cotidiano Despercebido, Natal, Edições Clima, 1997, p.10).

Nos últimos dias de sua vida, quando já não tinha mais condições de sair de casa, ele solicitava a um padre (e conseguia) que viesse celebrar missa na sua residência no dia do seu aniversário. Nestas ocasiões, cercado pela família, ele recebia a Sagrada Eucaristia.

Na missa de corpo presente, celebrada na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, Dom Nivaldo Monte, Arcebispo de Natal, ressaltou a sua religiosidade, dizendo: "Ele era um homem religioso e Comendador da Santa Sé. Certa vez, ele me disse que preferia perder sua cultura a ter que perder a fé". (Diário de Natal - 01 de agosto de 1986).

Por conseguinte, somente agora no seu centenário de nascimento foi que descobrímos a dimensão de Câmara Cascudo como escritor católico. Antes, foram ressaltadas intensamente as suas qualidades de etnógrafo, folclorista, biográfo e historiador.

Literatura

A Pedra no Meio do Caminho

Pe. Jorge O'Grady de Paiva

Intrigante poema de Carlos Drummond de Andrade o por ele denominado "No meio do Caminho". Data do final da década de 20 e saiu em "Alguma poesia", seu primeiro livro de versos. Ninguém se agradou do poema, estranho, enigmático, exótico... Aos poucos, porém, foi essa produção versilibrista, composta de duas estrofes desiguais e num total de dez versos, sendo objeto de maior consideração. Ei-la na íntegra:

NO MEIO DO CAMINHO

No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.

Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.

Quem de nós não teve ou não tem "uma pedra no meio do caminho?" São, porém, as *nossas, em geral*, pequenas pedras. Mas quando um homem, da envergadura intelectual de Carlos Drummond de Andrade, concebeu e compôs este poema, tantas vezes repetitivo de pedra e de caminho (palavras-chave), em ambas as estrofes; e quando, ainda, torna essa pedra um "acontecimento inesquecível", o qual lhe fez arder as retinas (certamente com leituras filosóficas e religiosas), então se avoluma essa "pedra no meio do caminho", até atingir grandes proporções.

Já foi feita a análise desse caprichoso poema e um dos que a fizeram foi o crítico Emanuel Morais. Considerou a iteração, tantas vezes, de pedra e caminho como resultante do "humour" do vate, de sua força verbal encantatória e de seu aflitivo estado de espírito. E percebeu, na "pedra no meio do caminho", uma oculta "visão do mundo". Não reparou, todavia, nas palavras-chave, separadas uma da outra (2° e 7° versos) e que se deu a repetição da ordem direta para a inversa e desta para aquela. É como se o poeta quizesse, assim, se referir tanto ao caminho de ida como ao de volta (que é o mesmo). E repetidos como se acham, em arpejo (musicalmente), movem os veros as duas estrofes, imprimindo-lhes embalo e vibração. Quanto ao emprego de "tinha" por havia era natural, por ser o poema modernista e valorizar a linguagem popular. Foi o poeta, como se vê, muito além de seu conhecido e apreciado humor...

Sempre nos preocupamos como esse poema, másculo ou afirmativo de virilidade. E cremos que, afinal, lhe desvendamos o segredo.

Trata-se, ao que tudo indica, de temática religiosa, que apresenta as dúvidas de quem foi educado na fé cristã e, depois, a perdeu.

A dúvida que deteve o bardo, **a meio do caminho da vida,** fê-lo retomar, para título dessa composição poética, só uma parte do 1° verso do 1° terceto de Dante, no "Inferno" e que, no original, reza assim:

" Nel mezzo del cammin di nostra vita
Mi retrovai per una selva oscura
Ché la diritta via era smarrita"

Muitas são as traduções, em vernáculo, para esses versos. Aqui daremos 3: a de Francisco Bonifácio de Abreu (Barão da Vila da Barra), que diz:

" De minha vida em meio do caminho
Em uma selva escura dei comigo,
Tendo perdido o rumo verdadeiro"; a de José Pedro Xavier Pinheiro:

" De minha vida em meio da jornada
Achei-me numa selva tenebrosa
Tendo perdido a verdadeira estrada"; e, por último, uma tradução anônima setissilábica:

" A meio termo da vida
Vim dar numa selva escura
Do rumo certo afastado"

Chegou a vez de indagar: que "meio de caminho" é esse? Que selva escura é essa? E que rumo foi esse, perdido?

As respostas são todas de caráter religioso, como é da citação original.

Quanto ao meio do caminho é o da vida, que ocorre no começo da idade adulta. Todos nos perguntamos: Que estamos a fazer neste mundo? De onde viemos e para onde vamos? Todo homem bem intencionado se preocupa com o "sentido" da vida. S. João o apontou claramente, no prólogo de seu Evangelho: "Cristo é a luz que ilumina todo homem que vem a este mundo". E qual a selva escura? Outra não é senão aquela com que se depara o homem quando lhe fraqueja a fé e ele se sente incapaz de atravessar a floresta só ou mediante o exclusivo uso da razão. E cabe, aqui, inquirir: por que Drummond, em vez de selva escura, preferiu falar em pedra? É que o vocábulo pedra, na S. Escritura (que ele conhecia bem), diz muito mais do que tenebrosa selva. No salmo 117, 22 lê-se: "A pedra que os construtores rejeitaram veio a ser a pedra angular" (e essa era o Salvador, conforme os sinóticos). Em S. Paulo aos Coríntios, 1ª, 10, 4: Todos beberam da água saida da pedra e essa pedra era Cristo". E S. Mateus, em 21,44 é categórico: "Todo aquele que cair sobre esta pedra será destroçado e aquele sobre quem ela cair será esmagado". E refere-se Isaias à pedra de tropeço ou escândalo, sendo que Cristo advertiu: "Ai do mundo por causa dos escândalos" (Mt 18,7).

Mas Cristo não é, só, pedra; como ele mesmo declarou é, também, caminho (Jo 14,6). De modo que a "pedra no meio do caminho" é, duas vezes, Cristo. E quando chama o poeta, a essa pedra, de "acontecimento inesquecível" é, novamente, de Cristo que ele fala, já que é o Messias o grande acontecimento da História. E a Era cristã se torna, também inesquecível, por dividir a História em antes e depois de Cristo, era que se tornou perpétua por ser imutável o rumo daquele de quem vamos comemorar a entrada no séc. XXI e o ingresso no III milênio.

Deante de tudo isso para que aduzir mais textos ou apresentar mais provas? Baste

considerar que há palavras díspares intimamente ligadas. Sirvam de exemplos "Selva de pedra" (Janete Clair), "Pássaro de pedra"(Gilberto Mendonça) e "Ciranda de pedra" (Lígia Fagundes Teles). E quanto a nomes e sobrenomes, aí estão Pedro e Pero e os derivados de pena (que é Pedra): Penha; Penedo, Pinedo e Penido. E o exército de Senaqueribe foi comparado a uma selva, cujas árvores eram os homens que o compunham. Vamos assim, no sentido figurado, de árvore a homem, de homem a pedra e de pedra a Cristo e, no sentido realista, de Cristo a Deus.

Perante seu próprio poema, como agiu Drummond de Andrade ? Retrocedendo? Seria, como diria ele, uma opção, não uma solução. Num propósito só dele e de Deus conhecido, avançou vencendo o percalço, aparentemente sem tropeçar nem ser esmagado. E pôde, assim, nosso insigne poeta, prosseguir, incólume e tranqüilo, na sua grandiosa caminhada.

Bibliografia

1) - Carlos Drummond de Andrade, Obra completa, Cia. Aguilar Editora, Rio, 1967
2) - Emanuel de Morais, estudo crítico, constante da Obra completa
3) - L.C. Cascudo, Dante e a Tradição popular do Brasil, PUC, Porto Alegre, 1963, págs. 25 é 26 4) - Bíblia Sagrada (textos indicados)
5) - Selva de Pedra, novela de Janete Clair
6) - Pássaro de pedra, poesias, de Gilberto Mendonça
7) - Ciranda de Pedra, romance de Lígia Fagundes Teles, José Olímpio Editora, 1981 (pág.20)

As pedras do caminho antigo, pouco preservadas.

Ponto de Vista
Comunicação

De Como a Ciência Pode Ajudar a Notícia

Carlos Chaparro *

O XIS DA QUESTÃO- A ciência só se afirma quando pode ser acreditada. Por isso é sistemática, metodológica, produz conhecimentos verificáveis. O jornalismo, tal como a ciência, também depende da credibilidade. Por isso deveria ter método e assumir procedimentos científicos.

Jornalismo não é ciência. Mas também não é simples técnica, como alguns querem. Quanto mais complicado fica o mundo, e quanto mais rapidez, quantidade e complexidade as informações adquirem, integrando-se ao próprio ritmo da vida, mais qualidades e competências se exigem do jornalista. Isso, por causa do papel a um tempo regulador e dinamizador que ao jornalismo cabe, no sucesso dos conflitos que fazem a atualidade. Não basta à sociedade que o jornalista relate o que acontece. É preciso que se torne capaz de compreender e atribuir significados precisos ao que acontece. E deve fazê-lo rapidamente, inserindo-se no "hoje" do próprio acontecimento.

Neste mundo em que os sujeitos institucionalizados discursam e agem pelos acontecimentos que produzem, o jornalismo é submetido a pressões fantásticas, as pressões da quantidade e da qualidade dos fatos noticiáveis. Está submetido, também, crescentes pressões éticas e morais, por causa da responsabilidade dos efeitos, já que as alterações pretendidas ou provocadas pelas notícias estão inevitavelmente vinculados a interesses particulares.

No espaço e no tempo do jornalismo, disputa-se o lucro, o poder, o prestígio, a influência, a dominação. Luta-se pela sobrevivência, pela dignidade, pela preservação da vida, pelos ideais, pelo futuro. E uma nova linguagem se desenvolveu e consolidou na lógica dos conflitos da atualidade: a linguagem do acontecimento.

Sob o ponto de vista da técnica e da tecnologia, fazer jornalismo está cada vez mais fácil. Sob o ponto de vista da linguagem, torna-se cada vez mais complicado noticiar com o rigor o que acontece. A atribuição de significados ao que acontece exige, além de compromissos de fundamento com princípios e valores universais, capacidade intelectual para apreender e compreender o que não aparece no formato material dos acontecimentos: os contextos, provavelmente complexos, e as razões motivadoras e controladoras, provavelmente ocultas.

Por isso, escrevi na semana passada e repito hoje: jornalismo não é ciência; mas fazia-lhe bem adotar alguns procedimentos científicos.

***Professor de jornalismo na Universidade de São Paulo**
http://www.dialdata.com.br/pontodevista/chaparro.htm

Analogias possíveis

É procedimento científico, por exemplo, olhar os fatos, recortá-los, respeitá-los, investigá-los, decompô-los, relacioná-los com outros - e sempre voltar a eles, para verificações e aferições. Estou convencido de que o jornalismo seria diferente, melhor, mais confiável, mais rigoroso, se os jornalistas adotassem profissionalmente esse procedimento como obrigação metodológica!

É característica do conhecimento científico transcender os fatos, ir aos antecedentes, às consequências, às razões que os próprios fatos não revelam, para que adquiram contextos de significação que possam torná-los compreensíveis. Ah! Como o relato da atualidade seria bem mais interessante e esclarecedor para os cidadãos leitores, radio-ouvintes e telespectadores, se houvesse o cuidado e o esforço jornalístico de ir além das aparências e da simples transcrição de recados organizados!

É vocação da ciência ser analítica: circunscreve os problemas, estuda-os isoladamente, em profundidade, para que do desvendamento surja a explicação clara e precisa. Que tristeza me dá quando leio textos de repórteres ou percebo decisões de editores que reduzem os relatos jornalísticos a insignificantes atas administrativas, reproduzindo discursos burocráticos, ou construindo-os. São profissionais que, talvez mais por preguiça do que por despreparo, não buscam as contradições e oposições, ou até as complementaridades que dão relevância aos problemas da atualidade. E porque não buscam a essência dos conteúdos, não a enxergam. Empobrecem o seu trabalho e o conceito de atualidade, que dá sentido e importância à profissão.

Ensina a filosofia da ciência que o conhecimento científico é verificável. Para assim ser, assume hipóteses a partir de indícios, de conhecimentos pré-existentes lógicos. Mas a ciência não produz nem aceita verdades a priori; testa as hipóteses, submete as conjecturas à prova, para que todas as afirmações se tornem verificáveis, ainda que para revelar a falibilidade do método. Pois está na hora de os jornalistas acreditarem que o sucesso depende da seriedade metodológica com que constroem e socializam conhecimento.

Utilidade e isenção

Há pelo menos mais duas características da ciência que permitem analogias proveitosas para o jornalismo. Uma delas, a utilidade. A ciência é útil, se não por mais nada, ao menos porque produz conhecimento. E para que possa ser útil, tem como compromisso e razão de ser a busca da verdade. Mais do que isso: não apenas procura a verdade, mas faz questão de aceitá-la, qualquer que seja, e essa, a outra característica.

A qualidade das reportagens mudaria para melhor se os jornalistas se habituassem a trabalhar, em especial nas chamadas grandes reportagens, comoa metodologia e o conceito da hipótese. Na prática, porém, em vez de testar hipóteses (quando as têm...), lutam por confirmá-las, porque gostam delas, ou porque as preferem, ou porque lhes convém. Ou por nada disso, mas simplesmente, porque são preguiçosos. Pelos descaminhos da conveniência, das preferências, do gosto ou da preguiça, há jornalistas que chutam para o alto a isenção, a independência e o respeito ao dever de informar.

Jornalismo não é ciência, nem nas ações nem no discurso. Ainda bem, porque, no mínimo das diferenças, o jornalista precisa preservar a capacidade de indignar-se. Mas o jornalismo produziria conteúdos e criaria formas de melhor qualidade se os jornalistas acreditassem nas vantagens de trabalhar com

Assistência Judiciária e o Defensor Público

Odúlio Botelho Medeiros*

A Constituição Federal vigente até 4 de outubro de 1988, já assegurava pelo artigo 153, § 32, a prestação de Assistência Judiciária Gratuita, portanto, um dever do Estado. Nesse mesmo colorário o Estado do Rio Grande do Norte, pela Lei nº 5.443, de 31 de dezembro de 1985, dispôs sobre a Assistência Judiciária Gratuita, criando o cargo de Defensor Público, dando-lhe outras providências. Tanto é verdade, que o artigo 1º da referida Lei, estabelece que: "A Assistência Judiciária aos necessitados, assegurada pelo art. 153, § 32, da Constituição Federal, é prestada, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte pela Procuradoria Geral do Estado, nos termos do art. 53, parte final, da Constituição Estadual, com a redação da Emenda nº 06 de 23 de abril de 1979, e desta Lei" (...).

E não poderia ser de outra forma, até porque a Lei Complementar nº 10, de 30 de março de 1975, publicada no DOE, edição de 1º de maio do referido ano, determinara no seu art. 21, inciso III, que: "(...) À Procuradoria Geral do Estado compete: - dar Assistência Judiciária aos necessitados" (...).

A legislação que dispôs sobre a Assistência Judiciária determina a sua gratuidade àqueles cuja situação econômica-financeira não lhes permita pagar custas processuais ou mesmo honorários advocatícios, sem o sacrifício, ainda que parcial, do sustento próprio e da família.

Assim, por determinação legal, a Assistência autorizada compreende, entre outras atribuições, a representação judicial das pessoas necessitadas na forma estabelecida pelo art. 2º e seu parágrafo único, da Lei nº 1.060, de 05.02.1950, em processos cíveis ou penais, ou do trabalho, respeitada a faculdade de representação, atribuída por Lei, às entidades de classe; a orientação e assistência jurídica em atos extrajudiciais, quando assim a situação recomende.

Por determinação do art. 5º, da referida Lei Estadual nº 5.443/85, foram criados, na estrutura da Procuradoria Geral do Estado 6 (seis) cargos isolados e despadronizados de DEFENSOR PÚBLICO, todos de provimento efetivo, tendo sido providos por concurso público de provas e títulos, mais comprovada prática forense. Ao Defensor Público compete por Lei: ajuizar ações cíveis ou trabalhistas em favor das pessoas já descritas, ou nelas exercer a sua defesa e acompanhar a tramitação dos respectivos processos, bem como exercer as defesas dessas pessoas em processos criminais, ou até nesses intervir, na condição de Assistente do Ministério Público, podendo, ainda, prestar-lhes orientação e assistência jurídicas em atos extrajudiciais, inclusive perante órgãos e entidades de defesa do consumidor; em questões de interesse da família e de menores para fins de conciliação ou de solução amigável dos litígios, e outras atividades determinadas pela autoridade competente.

*Advogado, membro nato da OAB/RN.

A partir daí, passou essa atividade pública a desenvolver-se a passos largos, tal a procura e eficácia dos trabalhos de assistência judiciária praticados pelos Defensores Públicos nomeados, e Assessores Jurídicos lotados na Procuradoria de Assistência Judiciária, que funciona no horário das 7:00 às 13:00 horas, oficiando junto às 10 Varas Criminais desta Comarca de Natal, junto às 06 varas Cíveis e junto às Varas da Sucessão e da Infância e Juventude, além de Juizado Especial de Pequenas Causas, recentemente implantado neste Estado. Segundo informações da ex-Chefe, Procuradora do Estado IARA GALVÃO, dois Assessores Jurídicos também atendem às Comarcas de Macaíba e Santo Antônio, além de 05 Defensores Públicos e 10 Assessores, atualmente em exercício na Capital.

O volume diário de procura é na ordem de 50 pessoas, sendo que os advogados que oficiam na Assistência Judiciária do Estado estão vinculados - em média - a 400 processos.

Como se pode observar, é dos mais louváveis o trabalho desenvolvido pela Procuradoria de Assistência Judiciária, aí incluídas as tarefas específicas dos Assessores Jurídicos e dos 06 Defensores Públicos, cujos nomes merecem destaques: Assessores: DELMA VASCONCELOS PESSOA DE SOUZA, NÚNCIA RODRIGUES DE SOUZA, MARIA AUXILIADORA DE ANDRADE, MARIA ELÍSIA VARELA DE MELO, GILKA DE AZEVEDO DANTAS, ANTÔNIO MARCEL DE MELO BEZERRA e JOSÉ PINHEIRO BORGES NETO; Defensores Públicos: ARNALDO DE CARVALHO FRANÇA, GERALDO GONZAGA DE OLIVEIRA, HERCILIO SOBRAL CHRISPIM, MARIA ANTÔNIA ROMUALDO ARAÚJO, MARIA DO DISTERRO PALITOT e NIVALDO SERENO, enquanto as Assistentes Sociais: LAISE DE CARVALHO, MARIA FERNANDES DA COSTA e VERA LÚCIA NOGUEIRA DE P RIBEIRO em muito contribuem para o efetivo trabalho de Assistência Judiciária, prestada aos carentes.

É induvidosa a dificuldade da população quanto ao acesso à Justiça. Por isso é que o art. 133 da Constituição Federal determina que "O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da Lei", enquanto o art. 134 define a Defensoria Pública como uma instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus das necessidades, na forma do art. 5°, LXXIV. Por disposição constitucional, também, foi determinado a organização da Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e a prescrição de normas gerais para sua organização nos Estados em cargos de carreira providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e outras determinantes específicas. Não se pode negar o avanço da Constituição vigente em relação aos direitos humanos e a cidadania, sendo o acesso à Justiça, um direito de todos. Assim, o Defensor Público é antes de tudo, o defensor da sociedade politicamente organizada, eis que escudeiro do cidadão mais carente e menos privilegiado.

Como é sabido, o Estado do Rio Grande do Norte ainda não organizou de forma institucionalizada a sua DEFENSORIA PÚBLICA, mas, a toda evidência, os atuais Defensores Públicos praticam com virtual denodo uma salutar assistência judiciária, em todos os graus, apesar das comprovadas dificuldades estruturais.

O Pai da Ciência Econômica

Paulo Pereira dos Santos*

Neste ano de 1998, a economia como ciência completou em março 222 anos de existência. Em 1776, Adam Smith, economista escocês, publicava sua principal obra, A RIQUEZA DAS NAÇÕES, que marcaria o nascimento da Ciência Econômica. Neste livro, Smith, pela primeira vez, estruturava, ordenava e sistematizava o corpo científico da economia. Daí ser considerado, no mundo acadêmico, como o pai dessa Ciência.

Nos nossos dias atuais, em que os problemas econômicos constituem a preocupação maior dos governos e das sociedades do mundo, é interessante que se faça uma síntese sobre o trabalho deste pensador e sistematizador da economia, para que os leitores desta revista possam conhecê-lo.

Ao nascer em 1723, Smith perdia o pai e foi educado sob os cuidados de sua mãe, em Kirkcaldy. Cursou as Universidades de Glasgow e Oxford, de 1737 a 1746. Na universidade de Glasgow, conheceu Francis Hutcheson, que fora também professor de David Hume e influenciou fortemente Smith com suas idéias sobre liberdade política.

Voltou a Kirkcaldy, em 1747, e logo foi conferencista na Universidade de Edimburgo. Mais tarde, era nomeado para a cadeira de Lógica na Universidade de Glasgow e, em 1752, transferia-se para a de Filosofia Moral. Em 1787, é nomeado Reitor da Universidade de Glasgow, uma grande honraria de sua vida. Finalmente, depois de sua volta para Edimburgo, adoece e morre em 17 de julho de 1790.

Não há dúvida de que Smith se distingue de todos os economistas que o precederam pelo seu saber acadêmico e amplitude dos seus conhecimentos. Porque foi também o primeiro a criar um modelo abstrato completo e coerente com a estrutura e funcionamento do sistema capitalista, na época. Identificou, com clarividência, que existem importantes conexões entre as principais classes sociais, os diversos setores produtivos, a distribuição da riqueza e da renda, a circulação da moeda, o comércio, os processos de formação de preços e o processo de crescimento econômico.

A Riqueza das Nações, de Smith, sobre o capitalismo, foi uma fonte em que a maioria dos economistas importantes saciara sua sede de conhecimentos. É tanto que os trabalhos publicados por esses economistas têm as mesmas características do modelo sistematizado do capitalismo elaborado por Smith. Por isso, ele é considerado o primeiro economista a influenciar, fortemente, o moderno pensamento econômico.

SUAS PRINCIPAIS OBRAS

As conferências realizadas em Glasgow por Smith abriam-lhe caminhos para a elaboração de sua primeira obra, The Theory of Moral Sentiments (A Teoria dos Sentimentos Morais), publicada em 1759. Este livro teve enorme sucesso. Foi lido pelo estadistan Charle Townshennd que se impressionou a ponto de oferecer a Smith a função de tutor do jovem Duque de

*Prof. da UFRN, economista, escritor e sócio efetivo do IHGRN.

Buccleuch. E Smith aceitara o convite, renunciando à sua cátedra em 1764. Acompanhou o discípulo pela Europa. No período de 1764 a 1766, residia na França, onde convivera com os maiores representantes dos fisiocratas, Quesnay e Turgot. Voltando à Grã-Bretanha, sua terra, lá revisou e terminou a sua maior e importante obra de cunho econômico, já iniciada em Tolouse e em Glasgow no seu curso de Conferências, a célebre An Ynquiry Into The Nature Aud Causes Of The Wealth Of Nations (A Riqueza das Nações: Investigação Sobre a Natureza e Suas Causas) , publicada, finalmente, em 1776. O livro conquistou logo o respeito e a admiração da maioria dos intelectuais e empresários da época. Sua publicação chegava no mesmo momento em que a Revolução Industrial estava em processo e satisfazia aos interesses econômicos da burguesia britânica. No livro, Smith estudava, sobretudo, a criação da riqueza, assunto de alguma forma já tratado pelos mercantilistas e fisiocratas. Aqueles defendendo que a riqueza viria da acumulação de ouro e prata e, estes, da exploração da terra. Smith era contrário à essas concepções, afirmando que riqueza tinha sua origem no trabalho, isto é, surgia da operosidade do homem. O livro é iniciado com a famosa descrição da divisão do trabalho que faz crescer a riqueza, porque aumenta a habilidade da força de trabalho, economiza tempo e possibilita a utilização de maquinárias. As limitações à divisão de trabalho são determinadas pelo tamanho do mercado e pelo "estoque de capital". Smith ressalta o individualismo, afirmando que os interesses individuais livremente empreendidos manteriam um equilíbrio harmonioso por uma "mão invisível", o que trazia como resultado o bem-estar coletivo. Esse mecanismo da "mão invisível" também se desenvolvia nos mercados dos fatores de produção, enquanto existisse a livre-concorrência. Sem esta, a ação da "mão invisível" era prejudicada e a sociedade também.

Para Smith, o valor de troca não resultava da utilidade de uma mercadoria, mas do trabalho, isto é, do tempo necessário para sua produção. identificou ainda a origem do excedente no trabalho e também a forma como ele é utilizado pelos agentes dos meios de produção, lançando assim a semente de uma teoria sobre a exploração do trabalho. Derrubou algumas idéias básicas do mercantilismo, defendendo a livre concorrência como ingrediente imprescindível a uma economia próspera.

O sucesso do livro se deu graças à sistematização científica do pensamento econômico e à argumentação contrária ao mercantilismo, o que agradou muito aos novos industriais que queriam livrar a Inglaterra dos domínios mercantilistas. A Riqueza das Nações, em pouco tempo, tinha seu lugar nas estantes dos economistas e políticos.

OS QUATRO ESTÁGIOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SMITH

Smith acreditava que havia quatro estágios de desenvolvimento econômico e social": a caça, o pastoreio, a agricultura e o comércio. Os métodos de produção e distribuição das necessidades econômicas de uma sociedade, em cada estágio, eram as características que denunciavam a identificação de suas instituições sociais e de governos. **"A relação, entre a estrutura econômica e a base social e política, não era cem por cento determinista, Smith deixava margem para variações locais e regionais. Ele sabia que as condições geográficas e culturais poderiam influenciar também essa relação. As sociedades de um modo geral se encontravam basicamente em alguns desses estágios, embora acontecesse que estivessem passando por um período de**

transição, em que certas características de dois estágios pudessem estar presentes" (Hunt, E. K. - História do Pensamento Econômico - Editora Campus - 1989, pág. 64).

O estágio da caça foi definido por Smith como sendo o estado mais atrasado e primitivo da sociedade, chegando ao nível tribal. O estágio imediatamente **mais avançado era o do pastoreio.** Neste estágio, a produção tinha como base a domesticação de animais e a criação forçava uma vida nômade. Neste tipo de sociedade, é encontrada, pela primeira vez, a forma de riqueza acumulada que é o gado. **O terceiro estágio compreendia o da agricultura** que se identificava com a economia medieval, feudal, da Europa Ocidental. Neste estágio, as sociedades se fixavam definitivamente numa área e a agricultura passava a ser a atividade econômica de maior importância. A propriedade de extensas áreas de terra constituía a fonte de poder social e político. Daí a sociedade já ser dividida em governados e governantes. **O quarto estágio e último, o comércio,** era o estágio mais elevado. Na opinião de Smith, a maior eficiência da agricultura direcionada para o comércio estruturou a base econômica para a expansão das cidades e para um crescimento ininterrupto da indústria lucrativa. E a partir daí, o desenvolvimento da indústria e do comércio estimulou, poderosamente, a produção agrícola e, consequentemente, incentivou o maior desenvolvimento da agricultura capitalista. E o crescimento deste intercâmbio benéfico criou a sociedade comercial ou capitalista, que Smith afirmava ser a forma mais avançada e progressista da sociedade humana.

SUA TEORIA DO VALOR

Aristóteles já falava na sua época sobre valor de uso e valor de troca, mas só mais tarde, na era moderna, William Petty era o primeiro a definir o trabalho como conteúdo do valor e, consequentemente, como determinante do valor de troca. Apesar de Smith nunca ter formulado, coerentemente, uma teoria do valor-trabalho, contudo, apresentou várias idéias que seriam a base das versões mais avançadas da teoria do valor-trabalho, de David Ricardo e Karl Marx. Essa teoria tem, como ponto de partida, o reconhecimento de que o processo de produção compreende uma série de esforços humanos. Daí Smith ter enfatizado: **"O trabalho era o primeiro preço, o dinheiro da compra original que era pago por todas as coisas. Não foi por ouro ou por prata, mas pelo trabalho que foi originalmente comprada toda a riqueza do mundo; e o valor dessa riqueza, para aqueles que a possuem e desejam trocá-la por novos produtos, é exatamente igual à quantidade de trabalho que essa riqueza lhes dá condição de comprar ou comandar". (Smith, Adam, a Riqueza das Nações - volume I, Abril Cultural, Editor: Victor Civita - 1993, pág. 63.).** E, portanto, Smith acreditava que, o pré-requisito para qualquer mercadoria ter valor, era que esta fosse o produto do trabalho humano. Contudo, a teoria de valor-trabalho é mais do que isso. Assegura que o valor de troca de uma mercadoria é determinado pela quantidade trabalho existente nesta mercadoria, somando a isso a utilização relativa, em diferentes momentos, da mão-de-obra indireta e da mão-de-obra direta utilizada na produção. Sendo a mão-de-obra indireta o trabalho que produziu os meios utilizados na produção de mercadoria e a mão-de-obra direta, o trabalho que utiliza meios para produzir a mercadoria.

SUA TEORIA DO BEM-ESTAR ECONÔMICO

A visão dos estudos de Smith envolvia muito a sociedade, daí sua teoria econômica ser, sobretudo, normativa e direcionada para o social. Sua preocupação central visava

identificar as forças sociais e econômicas que mais promovessem o bem-estar humano. Baseado nisso, sugeria políticas que favorecessem mais a "felicidade humana". Smith definia o bem-estar econômico, afirmando: **"O bem-estar humano dependia da quantidade do "produto do trabalho anual" e do "número dos que deveriam consumi-lo." (Smith, Adam, A Riqueza das Nações", pág. 35.).**

Smith, estudando as forças que podiam aumentar o bem-estar econômico, elaborou um modelo que identificava os componentes do capitalismo e elucidava a principal motivação que impulsionava o sistema. Ele dividia o capitalismo em dois setores básicos do processo produtivo: a agricultura e a indústria. O processo produtivo de artigos necessitava de três grupos de insumos: a terra, o trabalho e o capital. E os proprietários de terras, os trabalhadores e os capitalistas eram as principais classes sociais do capitalismo. Estas classes correspondiam aos três grupos de insumos da produção. Cada uma das três classes sociais que tinham uma forma de remuneração monetária: aluguéis, salários e lucros. Estes tipos de renda de classe, como se viu, representavam os três elementos componentes dos custos de produção e eram os determinados do preço dos artigos.

Acreditava Smith que todo comportamento econômico fosse estimulado por motivos "egoístas e gananciosos", embora admitisse que, no comportamento não econômico, as pessoas pudessem ter outros motivos e até filantrópicos. Partindo da premissa de que todo comportamento econômico é baseado nesses motivos, isso passaria a ser fundamento da economia neoclássica em fins do século XIX e início do século XX.

Ainda nessa linha dos interesses individualistas, Smith tinha uma idéia importante que foi essencial para sua seguinte: **"Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que devemos esperar nosso jantar, mas de sua atenção para com seus próprios interesses." (Smith, Adam, A Riqueza das Nações, Capítulo II, Origem da Divisão do Trabalho, pág. 50).**

Vê-se nessa sua proposição que Smith sintetiza suas idéias do interesse individualista dos homens envolvidos com as atividades econômicas e que estes, atendendo seus interesses próprios, estão também sem querer, satisfazendo ao interesse coletivo. O que mostra também os motivos "egoístas e gananciosos" que estimulam o67 comportamento econômico.

Não há dúvida de que essa sentença de Smith, entre muitas outras de sua lavra, apresenta sua notável importância como filósofo e formulador da economia como Ciência.

CONCLUSÕES

Não há dúvida de que Smith estruturou o corpo científico da Ciência Econômica e o fez com muita competência, mas não se pode negar também que os fisiocratas lhe abriram alguns caminhos para que isso acontecesse. Sua obra, A Riqueza das Nações, mostra muitos pontos de semelhança com a dos fisiocratas. Smith procura estabelecer as leis naturais que explicam os fenômenos econômicos, suas relações e defende o liberalismo econômico, o que os fisiocratas também fizeram. Com isso, a nosso ver, a paternidade da Ciência Econômica não caberia somente a Smith, mas também aos fisiocratas. Uma prova disso é a obra do fisiocrata, o médico QUESNAY, lançada em 1758, o célebre TABLEAU ÉCONOMIQUE (Quadro Econômico) que não era um livro volumoso, mas apenas uma folha de papel impressa, cujo conteúdo sintetizava a primeira formulação sistemática dos fatos econômicos

Na verdade, Smith teve maior mérito por colocar, em bases científica e amplas, o estudo dos problemas econômicos. Mas será que ele teria completado sua obra, A Riqueza das Nações, sem essa contribuição dos fisiocratas? A história da humanidade está cheia desse tipo de paternidade pouco convincente. Não é que Smith não mereça essa paternidade, mas que também os fisiocratas mereciam.

Quanto à evolução da Ciência Econômica, pode-se dizer que ela recebeu, desde o início do seu nascimento até os dias atuais, muitos aperfeiçoamentos, reformulações e refinamentos nas suas teorias, bem como acréscimos de novas teorias que vieram enriquecer sua estrutura científica.

A verdade é que A Riqueza das Nações foi uma obra inspiradora para todos os escritos dos economistas posteriores. Isso aconteceu, sobretudo, com seus discípulos imediatos, Malthus e Ricardo e, posteriormente, Stuart Mill. Atualmente, os grandes livros publicados sobre economia têm como fundamento referencial, a metodologia e os escritos desta principal obra de Adam Smith.

Apesar de tudo isso, durante essa trajetória, a economia, como Ciência, contribuiu muito pouco para reduzir a fome no mundo. E isso é fácil de entendermos. Enquanto a Bíblia, de Cristo, pregou e prega a generosidade e o amor na sua maior abrangência, A Riqueza das Nações, de Smith, pregou, durante todo esse tempo, o interesse próprio ou egoístico. É claro que Smith arquitetou suas teorias econômicas com base na realidade daquela época, cujos valores psicológicos e sócio-econômicos o levaram a tais conclusões. Não queremos aqui acusá-lo disso ou daquilo, porque o cerne de sua obra é resultado do que ele observou na sociedade daquele período. Mas ainda hoje predomina, nos meios de produção, esse interesse egoístico, o que constitui uma força poderosa contra todo projeto em favor do combate à fome.

Na verdade, a humanidade precisa converter-se para o bem. Não há outra alternativa para uma vida melhor, em que todos possam viver em fraternidade.

Adam Smith

Cascudo, as razões da minha preferência

Entrevista a Carlos Lyra - 19-08-76

A obediência as preferências instintivas no plano do trabalho cultural, é realmente uma forma de heroísmo. Comumente nós trabalhamos nas preferências alheias. São os outros, as forças determinantes do nosso esforço. O conselho, a sugestão, o ambiente intelectual, sobretudo a notoriedade das espécies intelectuais, determinam a obediência, a seqüência, a servidão jubilosa das tarefas.

Tive o heroísmo de não ouvir as sugestões alheias. Há mais de sessenta anos, porque comecei em 1915, repórter do jornal de meu pai – **A Imprensa** – (1914 a 27), a fazer as reportagens que não interessavam a nenhum repórter de meu tempo, nem mesmo da contemporaneidade.

Quem ia fazer uma reportagem sobre uma ronda de cavalaria, isto é, acompanhar um ronda de cavalaria durante Natal noturno, em 1916. A cidade adormecida, a solidão, a permanência de certos motivos. Quem ia fazer uma reportagem sobre feiras, as pequenas feiras de Natal: figuras, utensílios, artesanatos, a constância das cores na toalete feminina, as cantigas, o que é que mais se vendia, a presença de armas ou não.

Reportagens sobre os bailes improvisados, sobre as serenatas, as modinhas, não a exaltação, a mera forma abstrata de evocar culturalmente a modinha, mas de segui-la no tempo, quem tinha feito, quando, se aquilo tinha sido escrito para ser cantado. Depois os folguedos populares, o bumba-meu-boi, lapinhas, pastoris, congos, a chegança, a festa de São João e do Natal.

Quando fui professor do Atheneu Norte-Rio-Grandense, do nosso ginásio, professor por concurso, catedrático, um meu colega foi pedir ao governador do Estado para que me demitisse. Eu não podia ser demitido senão por um processo regular, porque era catedrático por concurso, e meu crime era esse: o professor catedrático do Atheneu, que faz pesquisas a respeito do lobisomem, burrinha de padre, do bumba-meu-boi, que ouve pastoras, que está desmoralizando o ensino secundário no Rio Grande do Norte. Não é digno de subir para cátedra e dar aulas sobre História do Brasil

Ora, a minha tese de catedrático, fora Intencionalidade no Descobrimento do Brasil. Estudei navegação, e decorrentemente lá entraram as curiosidades mobilizadas em torno dos nossos pilotos selvagens, isto é, os canoeiros, os catraeiros, os jangadeiros, não os levando para a nossa redação, mas eu indo para o seu ambiente, o ambiente com os timbres naturais, com o vocabulário, com as superstições, lendas, mitos, a alimentação nas jangadas.

Foi assim que meus trabalhos foram surgindo, e como eram novidades na paisagem cultural, espalharam-se por toda a parte. Quem escreveu um livro de pesquisa sobre rede de dormir, sobre a jangada, o cachimbo, o carro-de-boi. Mas Luís da Câmara Cascudo meteu o focinho justamente

nesses ângulos que não interessavam a ninguém. A ninguém interessava a poesia de cordel, o folheto vendido nas feiras e nos mercados. A mim, imensamente, coleções, conversar com os autores, aquilo que era cantado.

Na primeira viagem a Portugal foi meu trabalho ver a poesia de cordel, a literatura oral, nas colheitas, cantiga de desgarrada, que era o nosso desafio. Foi então que começaram a surgir as primeiras afirmativas que pareciam paradoxo, quando eu disse que o desafio que era eminentemente brasileiro, era português, e o fado que era caracteristicamente português, era brasileiro. Por que? Porque no Estado do Rio, cantava-se e dançava-se o fado, ainda presentemente.

O fado foi a Portugal com Dom João VI, antes não havia. Havia cantiga, não havia o nome, foi apenas o nome, a trova de quadrinhas Nunca se dançou o fato em Portugal, mas ainda se dança no Brasil.

E o desafio, que era cantiga de desgarrada, cantiga das colheitas, das vindimas, das uvas, das azeitonas, veio para o Brasil com os trabalhadores do norte de Portugal, do Minho, das .... de Traz dos Montes. Nossas regiões ainda se diz o desafio, como nós dizemos hoje, a cantiga alternada, em que um canta, as violas solam no interlúdio e o outro responde.

Isso era uma novidade, porque a cultura popular – eu só uso a palavra *folklore* para não parecer ir contra a *maré*, prefiro sempre traduzir e usar a palavra cultura popular.

A cultura popular é justamente anterior a toda as formas clássicas e sistemática do espírito. Pertence a "life university", a universidade da vida. Nós aprendemos superstições, mitos, cantigas, maneira de andar, saudar, cumprimentos, mímica, tudo isso antes de ir a escola. A criança brinca primeiro, depois é que aprende a ler, e essa parte oral, instintiva, permanente, nos acompanha a vida inteira.

Por isso eu fiquei obstinadamente na cultura popular. Não quer dizer que não estudasse História. Eu sou autor da História do Rio Grande do Norte, História da cidade do Natal, de Mossoró, Santana do Matos, de Cerro Corá. A etnografia em caráter de informação científica e estilização de costumes, Biografia do Conde D'Eu, Marquês de Olinda e seu tempo, isso tudo foi publicado no Sul, em São Paulo, mas quando me soltam, eu vou para a cultura popular, e é ela a característica do meu labor, a enamorada, mesmo antes de conhecer aquela que me deu a felicidade doméstica, a graça de eu poder mobilizar e realizar sozinho O Dicionário do Folclore Brasileiro, agora em quarta edição, a Antologia do Folclore, História dos Nossos Gestos, Superstições e

Na entrada de sua residência - Câmara Cascudo em companhia da

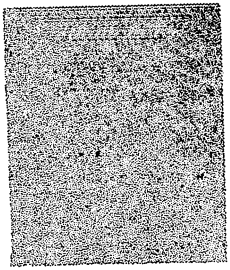
Costumes, Tradição, Ciência do Povo, superstições, tantas coisas que eu não posso lembrar da minha bibliografia.

As razões da minha preferência vem, pois, do meu instinto, do meu temperamento, da minha mentalidade. E instinto, temperamento e mentalidade, ainda são mistérios e segredos, mesmo da psicologia experimental. Nós não sabemos por que simpatizamos, por que preferimos, é uma forma volitiva, obscura, instintiva, irreprimível. Eu não sei porque fui para isto, só posso afirmar agora, sessenta anos depois, que não estou arrependido e continuarei, porque a cultura popular vive em mim, e agora que não posso ser mais, surdo, vendo o povo, andando com relativa dificuldade, já não posso ser o etnógrafo de campo, de ruas, de praças, de viagens, sou o memorialista, o homem que trabalha nas suas reminiscências, comparando-as com a reminiscência erudita, da etnografia latina, grega, bizantina, francesa, européia ou asiática, indo até o paleolítico.

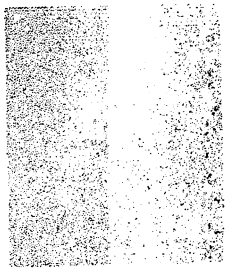
Perguntam sempre os repórteres: o senhor se julga um homem realizado? Sim, na plenitude do vocábulo. Não me arrependo de nada do que fiz. Sou um do raros homens, que na hora da morte, não tem a quem pedir perdão, porque conscientemente a ninguém ofendi, nem mesmo a mim mesmo, escolhendo outra atividade, mentindo ao meu esforço, indo ser o que eu não desejava por uma obediência ao dinheiro, a fama, a glória ou a notoriedade. Eu já disse há poucos minutos, citei um versinho de Gothe, o último verso que diz:

Eu enfim, sou o que sou
Se assim te agrado
Aqui estou
Se queres a melhor prenda
Manda fazer de encomenda
Que enfim, sou o que sou
Se assim te sirvo, aqui estou

Assim digo eu ao meu país, ao meu Brasil, à minha geração, a minha contemporaneidade. Eu tinha dois anos quando o século vinte nasceu. Vi o século vinte criança, rapaz, homem feito e, agora, velho. Vivemos juntos, pois a ele digo a mesma coisa, a terra e a gente do Brasil: Se assim te sirvo, aqui estou.



Escola Doméstica de Natal



Av. Hermes da Fonseca, 789
Tirol - Natal,RN

Uma casa de Educação de meninas e jovens; dentro dos padrões atuais para o desempenho consciente da mulher cidadã.

2º Grau Profissionalizante na formação da Técnica em economia doméstica.

#Aulas Práticas

- Cozinha Prática
- Cozinha Artística
- Vestuário
- Trabalhos Manuais

Aulas teóricas

- Enfermagem e Puericultura
- Nutrição
- Etiqueta Social
- Arte e Habitação

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

- Puericultura
- Dona de Casa

FORMANDO A MULHER
EDUCANDO A FAMÍLIA
SERVINDO AO BRASIL

http://www.digi.com.br/clients/ed/index.htm
e-mail: ed.natal@.digi.com.br
(084) 222.0964

Trabalhos e livros de Manoel Rodrigues ainda são lembrados

Ao tomar posse na cadeira de Manoel Rodrigues de Melo, da Academia de Trovas do Rio Grande do Norte, dia 18 de julho do corrente, o trovador e escritor Ubiratan Queiroz de Oliveira durante a sessão solene, na sede da AABB/Natal, renovou os elogios e reconhecimento pelos trabalhos do sucedido.

Bela é a noite, também assim a assistência. Dignas de trovas e trovadores; vênia solicito à assistência e às estrelas para as considerações iniciais.

A poesia trovadoresca, surgida em língua provençal por volta do ano 1.100, constitui-se na mais antiga forma poética da Europa moderna, encontrando-se nas raízes das literaturas francesa, portuguesa, espanhola, italiana e alemã. A palavra TROVA origina-se do verbo TROBAR que, em provençal arcaico, significa ACHAR, ENCONTRAR.

Consistindo a trova, tão somente, em quatro versos de sete sílabas, deve o trovador, em tão breve espaço, exprimir sua mensagem com métrica, rima, rítmo, harmonia, simplicidade e, sobretudo, conteúdo poético. Daí a dificuldade no feitio e a beleza que é uma trova bem elaborada, sendo pois, para nós trovadores, um verdadeiro achado quando assim a compomos, o que revela perfeita consonância com suas origens, sendo essa, também, a grande revelação da trova que pretendemos hoje.

Historicamente, o mais antigo trovador em Portugal, foi o duque de Aquitânia, morto em 1.172. Celebrizou-se, também, nesse gênero, o rei D. Dinis.

Sr. Presidente, Srs. Acadêmicos, ilustres convidados:

É grande a satisfação que sinto nesta hora em que, apresentado por **GILDA MOURA e PEDRO GRILO** e saudado por **SEVERINO CAMPELO, tomo posse na ACADEMIA DE TROVAS DO RIO GRANDE DO NORTE.** Apraz-me sobremaneira integrar uma instituição constituída por pessoas tão significativas para a vida intelectual da terra potiguar. Alegra-me, sobretudo, por substituir, na casa, uma figura do quilate de Manoel Rodrigues de Melo, na cadeira cujo patrono é Joaquim Bezerra Júnior. Ao mesmo tempo me apercebo da responsabilidade que isto representa, diante da grandeza intelectual e dos homens em si que foram patrono e antecessor. Cumpre-me ao menos, neste momento, breve que seja, traçar-lhes o panegírico. Breve também é a trova, mas, por isso mesmo, plena de valor e belezas.

Joaquim Alves Bezerra Júnior nasceu em Natal, no dia 19 de maio de 1890, filho de Joaquim Alves Bezerra e dona Ângela de Jesus Alves Bezerra. Após as primeiras letras com o poeta Ferreira Itajubá, inicia-se na vida como carvoeiro nas obras do porto, embarcando depois em navio que fazia transporte de norte a sul do país. Incorporado

ao Exército, serve como músico na banda do regimento. Estuda algum tempo com o professor Clementino Câmara e colabora em jornais da terra. Ingressa na Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, transferindo-se depois para o melhoramento do porto de Natal onde afinal se aposentou.

Na mocidade, Bezerra Júnior foi seresteiro, tendo deixado várias modinhas musicadas por Eduardo Medeiros. Viajou pelo interior fazendo recitais e conferências sobre poesia.

Membro da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, consta de sua bibliografia os livros POEMAS DAS SELVAS, (1929) e NATUREZA, (1935), tendo deixado inéditos dois livros de poemas, MANACÁS e PLACIDEZ e os romances LÍRIO ALDEÃO e TIMBÓ.

Faleceu em Natal no dia 18 de setembro de 1957. Seu elogio fúnebre, na Academia, foi feito por MANOEL RODRIGUES DE MELO, a quem ora sucedemos nesta casa e de quem falaremos a seguir:

Afável no trato, temente a Deus, prestimoso e exemplar chefe de família, nasceu Badéu, assim o chamavam carinhosamente familiares e amigos, a 07 de julho de 1907, na casa grande da fazenda Queimado, propriedade de sua família já há algumas gerações, situada na ilha de São Francisco, então pertencente ao município de Macau, às margens do majestoso rio Piranhas/Açu, sendo o quarto de uma prole de oito, do casal Manoel de Melo Andrade Filho e dona Maria Rodrigues de Melo, cujos ascendentes foram pioneiros no povoamento da região.

As primeiras letras, aprendeu-as juntamente com os irmãos e outras crianças da redondeza, em escola instalada na própria fazenda, por iniciativa de seu pai, que contratou o professor assuense João Siqueira para dirigi-la. Após as aulas, o menino Badéu a tudo enfrentava no dia a dia da fazenda: tangia o gado montado a cavalo, cortava rigue-rigue para alimentá-lo e chegou até, por falta de quem a fizesse no momento, a carnear uma vaca, o que considerava a maior proeza de sua infância. Jamais imaginaria que um dia galgaria altos degraus no ambiente intelectual de sua terra.

Em finais de 1920 segue o menino para Macau, onde passa a residir em casa de amigos da família. Foi então que Manoel teve seu primeiro contacto com a vida urbana. Um deslumbramento a "cidade grande". Observando sua inteligência e bons costumes, seus hospedeiros logo procuraram integrá-lo nos estudos e na vida religiosa, atividades que o acompanhariam por toda sua existência. Aproveitando-se da amizade de um colega de escola empregado no comércio local e que conseguira algo melhor em Recife, logra substituí-lo como balconista, seu primeiro emprego. Operoso e responsável como sempre o seria pela vida a fora, o garoto, perseverantemente, faz progressos tanto no trabalho como nos estudos, não descurando os bons relacionamentos sociais. Corria o ano de 1922 e Badéu presencia a primeira grande manifestação popular de sua vida: O Centenário da independência do Brasil, cujas festividades desenvolvidas em sua Macau certamente semearam, no garoto, raízes profundas para a formação cívica do futuro cidadão.

Em 1925, a convite de um tio materno, parte o jovem Manoel em demanda de Currais Novos, plagas seridoenses onde, novamente empregado no comércio, trava amizade com outro jovem, Ewerton Dantas Cortêz e, movidos por ideais comuns, matriculam-se na escola do professor Gilberto da Cunha Pinheiro, renomado mestre seridoense que, notando as possibilidades dos alunos, estimula-os à criação de um jornal. Pegando o mote, os estudante lançam-se com entusiasmo à tarefa e a 02 de maio de 1926 circula o primeiro número de "O Porvir". Manoel Rodrigues de Melo marca presença na edição com a crônica "Carícias de Mãe", o que seria o passo inicial

para uma produção literária profícua e considerável, com destaque para o lado jornalístico, através de inumeráveis artigos nos mais diversos jornais e revistas que então circulavam na potiguarânia, alguns dos quais criados com o concurso da iniciativa do saudoso Badéu.

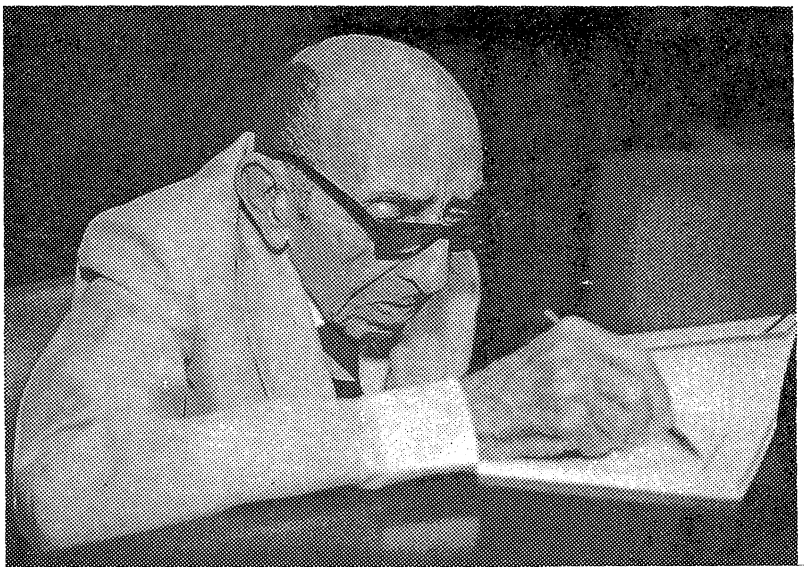
Em 1929, buscando horizontes mais largos, se muda para Natal, seguindo os passos do amigo Ewerton Cortêz e em 1930, aprovado em exame de admissão, matricula-se na Escola Técnica de Comércio de Natal, diplomando-se perito contador a 08 de agosto de 1934, após 4 anos de proveitoso relacionamento com colegas e professores, o que lhe proporcionaria o exercício da profissão adotada por toda a vida.

O ano de 1936 foi decisivo para sua afirmação no campo profissional, ao assumir a contabilidade do então Hospital Juvino Barreto. O novo emprego proporcionou-lhe a estabilidade financeira, permitindo-lhe a demonstração do maior ato de bravura que o homem pode cometer: casa-se com da. Laurita Rodrigues de Góis, a 17 de novembro de 1938, nascendo-lhes do consórcio, Vital, Manoel Filho e Lígia.

Em 1940 publica "Várzea do Açu", seu primeiro livro, um adensado estudo etnográfico sobre a região que o vira nascer. "Patriarcas e Carreiros", ensaio sociológico de nomeada, sai em 1944 e, como o anterior, já rendeu 3 edições. Nesse interim, em 1943, foi eleito para a Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, sendo saudado na posse pelo acadêmico Luiz da Câmara Cascudo. Em 46 abrem-se-lhe as portas de mais uma instituição cultural, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Pertenceu ainda à Sociedade Brasileira de Folclore e era sócio fundador de nossa Academia de Trovas do Rio Grande do Norte. "Cavalo de Pau" é o terceiro livro, publicado em 1953. "Chico Caboclo e outros Poemas" em 57, permite uma visão da veia poética do escritor. "Terras de Camundá", lançado em 1972, nos mostra o romancista. "Dicionário da Imprensa no Rio G. Norte" em 87 e "Memória do Livro Potiguar" em 94, remete-nos ao pesquisador de fôlego, preocupado em bem informar às gerações do porvir acêrca da produção intelectual de nossa terra.

Os sete livros citados seriam suficientes para conceituá-lo polígrafo. Entretanto

Foto Canindé Soares



O autor de Várzea do Açu - Manoel Rodrigues de Melo, viveu pesquisando e escrevendo

produziu muito mais. Foram 98 artigos em revistas, 133 em jornais, 11 apresentações e prefácios, 3 separatas e 2 poliantéias, totalizando a significativa marca de 256 trabalhos literários sobre os mais variados temas. Registre-se também, 34 artigos em revistas e 170 em jornais que fizeram alusão a sua figura.

Na noite de 13 de janeiro de 1955, reuniu-se a Academia Norte-Rio-Grandense de Letras para eleição de sua nova diretoria. Para espanto de Manoel, seu nome é proposto para presidente e é eleito por unanimidade, tendo presidido a instituição por 21 anos consecutivos, logrando nesse tempo, a custo de árduo e solitário trabalho, a construção da sede própria da casa.

Em 1957, movido por uma constante inquietação intelectual, presta vestibular para o curso jurídico, diplomando-se em 1961, sem jamais ter-se utilizado do direito como profissão.

Em 23 de janeiro de 1976, em sessão solene, dá-se por inaugurado o majestoso prédio da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. Badéu cumprira a hercúlea tarefa a que se propusera. Na ocasião, apresenta longo e detalhado relatório de mais de 20 anos de grandes serviços prestados à instituição e à comunidade, fazendo-o de modo desinteressado, sem jamais auferir qualquer vantagem de ordem material. Agora queria descansar; não mais pleitearia sua recondução ao cargo de presidente. Voltar-se-ia, a partir de então, para o que mais lhe dava prazer: sua obra intelectual, obra esta que, no dizer de seu biógrafo, professor Cláudio Galvão, é alvo de aprêço e admiração dos estudiosos da terra e do homem nordestino, constituindo uma aprofundada literatura sobre uma variada gama de assuntos.

Entretanto, senhores, contraditoriamente e por vezes utilizando-se de lógica inaceitável, a dialética procura nos explicar fatos e coisas. À luz se contrapõem as trevas e a dor configura a antítese do prazer. Para explicar uma vida cheia de evidências e realizações, existe a implacável morte finalizando tudo em mistérios. E nesse contexto, embora que sereno, partiu o nosso querido Badéu, deixando-nos entristecidos, a 29 de fevereiro de 1996. Antes porém, teve a alegria de presenciar, em sessão solene de 18 de maio de 1993, numa atitude mais que justificada, a Academia reunida, descerrar uma placa intitulando-a CASA MANOEL RODRIGUES DE MELO. Bravo Badéu, bela foi a sua trajetória na vida!

Para finalizar, uma trova em memória da grande alma que foi MANOEL RODRIGUES DE MELO.

Oh! Deus Preservai a alma,
cuja vida de labores,
a tudo enfrentou com calma,
para evitar dissabores.

Muito obrigado!

Pe. ANCHIETA - O EDUCADOR DO BRASIL

Pe. José Mario de Medeiros*

Anchieta chegou ao Brasil aos 19 anos, em 1553 e morreu aos 63 anos em Reritiba (atual Anchieta) no Espírito Santo.É considerado uma figura formadora da história nacional, autor da primeira literatura produzida em nosso solo nacional, o que lhe dá um apelo extraconfessional.

O Pe. Anchieta de Piratininga ou Reritiba foi também um homem de fé inquebrantável e de incontestáveis atos de caridade.

Ele é um literato, dramaturgo e autor da pioneira gramática da lingua Tupi. Não impôs a cultura européia aos indígenas e demostrou flexbilidade com sementes de multiculturalismo na catequização dos nativos.

Anchieta foi um homem da unanimidade não da contestação. Apesar do fisico frágil além da *"estatura mediocre" e "quebrado das costas"*, motivo de dores constantes, tem o tipo de fé que, inconcebível hoje, já causava espanto a seus contemporâneos, há mais de 400 anos. Refém voluntário numa aldeia de índios tamoios em Iperoig, onde é a garantia em carne e osso da seriedade da proposta de paz feita pelos colonos portugueses a esses incansáveis guerreiros, Anchieta vive todo o tempo a apenas poucos instantes do golpe de tacape na cabeça que lhe pode abreviar os dias. sua única garantia, humanamente falando, é a amizade de um chefe tamoio, a quem chama Pindobuçu, que dá crédito ao próposito pacificador do missionário jesuíta e o toma sob proteção.

Anchieta como europeu aqui chegando apenas com19 anos quase adolescente não dispunha, por certo, de sustentáculo antropológico para entender, muito menos aceitar, a cultura sobre a qual despencava vindo de São Cristovão da Laguna, na ilha de Tenerife, tendo passado pela Universidade de Coimbra, como uma espécie de astronauta vindo de outro planeta. Era essa gente indecifrável a seus olhos, "de tal forma bárbaros e indômitos que parecem aproximar-se mais à natureza das feras que a dos homens".

Anchieta é sem sombra de dúvida o primeiro educador no litoral da capitania de São Vicente e Piratininga onde a "paupérrima e estreitíssima casinha" dos jesuítas deu origem ao colégio e à igreja em torno dos quais se congregava a Vila de São Paulo.

Embrenhou-se em missões religiosas e políticas, acompanhou a esquadra de Estácio de Sá que combateria os franceses no Rio de Janeiro - *"terra de grandes e altíssimos montes e penedias, e ao entrar da barra tem uma pedra mui larga ao modo de um pão de açucar e assim se chama, de mais de 100 braças em alto, que é cousa admirável"*.

Morou na Bahia, por pouco tempo e terminou os dias no Espírito Santo. Foi uma

*Praça José Clemente Pereira Nº 1998 Potilândia - cep 59076-430 - Natal/RN

vida de sacrifícios formidáveis, a começar pelas condições da terra e precariedade de recursos. *"Fazemos vestidos, sapatos, principalmente alpercatas de um fio como cânhomo, que nós outros tiramos de uns cardos lançados n'agua e curtidos, cujas alpercatas são mui necessárias pela aspereza das selvas e das grandes enchentes d'agua"*, descreveu ele.

Na mesma carta, ele lamenta: *"muitas vezes, estamos mal dispostos e fatigados de dores, desfalecemos no caminho, de maneira que apenas o podemos acabar"*

OPINIÕES SOBRE ANCHIETA, LITERATO

"O mais antigo vulto de nossa história intelectual é o Padre José de Anchieta. A crítica mesquinha, que tem presidido à organização de nossas crônicas literárias, o tem excluído do seu quadro. Anchieta é geralmente considerado um português, um estrangeiro, de certa influência religiosa, e nada mais. Na história civil ele aparece mais ou menos, conforme a maior ou menor dose de carolice do escritor.

Encaro as causas por um prisma diverso. Anchieta foi um insular,um quase indígena das Canárias, um apaixonado, um histérico, que, até certo ponto, se abrasileirou.

Alma arrebatada e poética, ele não era homem de recuar; encarava o seu ideal com entusiasmo. Um dia entrou para a Companhia de Jusus e foi perfeito modelo do jesuíta no bom sentido da palavra.

Um dia partiu para o Brasil e fez-se um dos nossos, isto é, um amigo desta terra, um devotado aos selvagens, um agente, um fator de nossas civilização. Não poderei escondê-lo, Anchieta é a meus olhos um vulto altamente simpático. Chegado ao Brasil aos vinte anos de idade, aqui viveu quase meio século, e nunca mais lhe passou pela mente voltar para a Europa; dedicou-se fortemente, fanaticamente à catequese dos seus brasis; viveu para eles; escreveu gramática, léxicos, comédias, hinos; por eles sofreu. Entre seus queridos índios morreu.

No estudo desta individualidade tão nobremente acentuada, não se tem a colher idéias novas, pincípios originais por ela espalhada. Foi um missionário e nada mais; foi um jesuíta, e um filho de Loiola não tem, não pode ter idéias suas; é um ente que se anula para melhor devotar-se. Perinde ac cadaver vai, prega sua doutrina e tem cumprido o seu mandato. Anchieta só tem uma idéia: seviu a sua Ordem. Só tem uma missão: fazer o que ela lhe ordena.

Num homem destes por maior que seja a força impulsiva, a ação automática quase ofusca a independência do pensamento.

Nele tem-se a apreciar somente o exemplo; mas sem desejos de segui-lo. A nós outros os filhos do Século XIX, habituados à rebeldia do pensamento, estes exemplos de homens que se sujeitam cegamente a uma ordem superior, podem servir de espécimes ou amostras da candidez das almas: mas não são muito para prender-nos.

Prefere-se um Lutero que protesta a um Anchieta que obedece. E, todavia, o tipo ameno e poético do missionário não perde o valor aos olhos da crítica. Homem de paixão, alma ardente e lírica, atira-se ao serviço de seu Deus; a vontade é cousa de heróico, de selvagem, que acha prazer em seguir uma regra, uma norma, como quem tira a prova de um cálculo aritmético, exato e perfeitissímo. A paz de sua alma é perfeita, a alegria íntima intensíssima."

Sílvio Romero(História da Literatura Brasileira - Tomo II, págs. - 388 - 389)

"Apreciado pelo lado literário, Anchieta não foi propriamente um escritor; em seu temperamento nervoso, posto que bondoso e amigo, predominava a vontade;

era um homem de ação.

Inspirados e escritos os seus trabalhos pela necessidade da prédica e da conversão dos gentios, ainda hoje, contudo, são interessantes ao lingüista, ao historiador e ao literato. Ao primeiro, porque entre eles nos veio uma gramática tupi e algumas poesias e escritos nessa língua, que podem servir de base para o estudo do americanismo; ao historiador, porque as Ânuas e Cartas são um rico manancial de informações sobre o primeiro século da colonização do Brasil; ao literato, porquanto contêm versos portugueses e belos espécimes da poesia latina. Anchieta escreveu nas quatro línguas: portuguesa, espanhola, tupi e latina.

Qualquer que seja o juízo que a crítica venha a formar um dia, sobre os trabalhos gramaticais e lexicográficos de José de Anchieta, qualquer que possa vir a ser esse juízo sobre as suas produções poéticas e dramáticas, que me parece que o melhor patrimônio que ele nos legou, como escritor, são as suas despretenciosas cartas".

Silvio Romero (História da Literatura Brasileira - Tomo II, págs. 390 - 391)

"Vemos ainda, entre as almas deslumbradas pela nossa paisagem, pelas nossas riquezas e pelos nossos hábitos pitorescos, outros tantos alienígenas, ou sejam Anchieta, Nóbrega, Cardim e Gabriel Soares, sem aludir à apologia de Pero Vaz de Caminha. Mesmo escrevendo em prosa, estes foram, cronologicamente, os nossos primeiros poetas, aqui naturalizados pelo amor, dada a emoção com que entenderam o meio físico do Brasil, dado o fervor com que entoaram ditirambos à terra moça, nela vendo ou prefigurando a Atlântida ressurrecta, o "paradise regined", a Icária Cristã. Anchieta e Nóbrega, particularmente, souberam louvar os nossos bosques floridos todo o ano, dizendo nunca ter visto um pano de rás tão belo quanto os nossos vergéis."

Obras Completas de Agrippino Grieco (Evolução da Poesia Brasileira - Livraria José Olympio Editora 1947 - 3ª - Edição, Revista. Página 7).

JOSÉ DE ANCHIETA, RESUMIDO EM POUCAS PALAVRAS

Seus progressos nos estudos foram singulares. Sobressaía na poesia latina. Por isso o chamavam de o Canário em duplo sentido. Natural das Canárias, e pássaro que melhor canta. Lia os melhores autores do tempo, em suas obras sagradas, como Gil Vicente e o Cancioneiro de Muchos e Variados Autores(1551 a 1554). É o que transparece claramente em sua poesia lírica e dramática, que ele cultivou profusamente no Brasil.

Anchieta do seu "Colégio de São Paulo" como de uma fértil semente fez nascer a cidade de São Paulo. A esta cidade na infância deu ele o que podia dar: os primos de sua inteligência, a generosidade de seu coração, o trabalho consciencioso e a presença indispensável.

Desde o dia da fundação até 1560 e por mais três anos ainda, o colégio pode-se dizer que não foi senão Anchieta. Suprimido que fosse o mestre, deixaria de haver discípulos, desapareceria o colégio, extinguir-se-ia provavelmente o próprio nome de São Paulo... Qual teria sido nessa hipótese, a história dessa cidade? Indispensável, portanto, a função por ele aqui desempenhada. Função em que aliás ficou insubstituível todo esse tempo.

Anchieta, depois de se tornar sacerdote continuou a apoiar, por mais dez anos, em São Vicente, Santos, São Paulo e Rio de Janeiro, as escolas e catequese dos meninos.

Tornando-se Provincial dos Jesuítas do Brasil, durante outros dez anos (1577 - 1587), não só promove as letras e colégios secundários desde Pernambuco até São Vicente, mas para estímulo nos estudos su-

periores da Bahia e Rio, soleniza os grandes atos acadêmicos à imitação da Europa.

Como superior em Vitória, no Espírito Santo e visitador no Rio e São Vicente, seu interesse pela educação vai até a morte em 1597.

Através de seus alunos, Anchieta se relacionou com as principais famílias de São Paulo. Pôde seguir a evolução das vidas de muitos deles, que depois de sacerdote, o acompanharam em suas viagens apostólicas ou se casaram em sua presença e com sua benção, tiveram filhos batizados por ele, e dirigiram-se por seus conselhos nos empreendimentos da primeira colonização.

Na conquista do Novo Mundo - o padre Anchieta

Anchieta, o mais célebre missionário do Brasil antigo, o erudito mestre do país iniciante, exímio formador de gerações é um símbolo de educador, estrela de quinta grandeza no firmamento educacional de nossa pátria. Ensinou latim. Compôs gramática e vocabulário da língua tupi. Escreveu obras cuja finalidade era de educar e edificar a juventude. Foi freqüentemente empregado como intérprete na catequese, missões de paz e expedições.Não foi menos importante, com toda a sua diplomacia que eu chamaria de sobrenatural, nas negociações de paz.

Viveu a primeira evolução européia do Brasil no Século XVI, assitiu à primeira fusão das raças e formação de classes, com suas conseqüências sociais de cativeiro dos índios, de opressão dos escravos negros, de carestias quase contínuas para o povo simples.Contra elas reagiu toda a vida, procurando ajudar contínua e eficazmente as classes mais desfavorecidas.

E l e mesmo era um homem inserido neste tipo de realidade humana e comprometido com os mais carentes. Vivia pobremente. Comia e dormia pouco, vestia-se humildemente sem medo de apresentar-se assim diante dos grandes, mesmo como provincial. Sua pobreza se manifestava particularmente eloqüente em dedicar-se aos outros, de modo especial aos mais pobres e carentes.

Em favor deles, logo desde o príncipio de São Paulo, aprendeu a fabricar alpargatas de cardos bravos, que distribuía aos pobres. Como este, promoveu muitos outros oficios manuais, de pedreiro,estradeiro,carpinteiro ferreiro,lavrador, criador de gado etc. que deram ocupação aos índios e a gente pobre, preparando a classe média colonial.

Gerardo Guará

José Guará*

O meu querido irmão GERARDO VIANA GURGEL GUARÁ, ano e meio mais moço do que eu, nasceu em Belém do Pará, em 25 de abril de 1923, tendo falecido em Natal, apenas três meses após haver terminado com brilhantismo o curso da Escola Militar do Realengo.

Aluno exemplar em todos os cursos que freqüentou, desde a meninice, jamais sofrera a mais leve reprovação.

O seu prematuro desaparecimento constrangeu a todos nós, inclusive os tios Salviano e Alda, que o tinham como seu amado filho. É que, órfãos de pai, passamos a morar com os tios maternos, desde os tempos do curso primário. O bravo GERARDO foi digno da confiança que lhe depositávamos. Foi um vitorioso em sua curta e meteórica existência. Infelizmente, nem teve oportunidade de viver os seus momentos de glória.

Servia na guarnição de Salvador (BA), quando se agravou o terrível mal, não lhe permitindo mais ocultar de seus colegas de farda a gravidade da doença, que o levaria à morte no esplendor de sua juventude. Teve permissão do general Demerval Peixoto, Comandante da 5ª Região Militar, "para vir tratar-se em casa, enquanto aguardava a reforma".

Fui recebê-lo no Aeroporto Augusto Severo, naquela triste manhã de 22 de março de 1944. Estava pálido e abatido. A certa altura do trajeto, vindo para Natal, cruzamos com uma tropa de infantaria, que regressava de um dos costumeiros treinamentos naqueles tempos de guerra. Chegou a reconhecer alguns colegas seus da turma da Escola Militar. Foi a última vez, que sentiria de perto a presença de seu querido Exército!

No dia seguinte à sua chegada, a conselho de seu médico - o Dr. Milton Ribeiro Dantas, foi internado no Sanatório Getúlio Vargas, nas Quintas. Passei a visitá-lo diariamente. Então, relembrávamos fatos de nossa infância na "Fazenda Juazeiro", do nosso avô materno Eduardo Gurgel Valente Viana, com todos os encantos da vida do campo, sem faltar os banhos de riacho e da sangria dos açudes, onde aprendemos a nadar nos bondosos anos de inverno e as longas caminhadas pelas caatingas, serras e boqueirões. Também eram recordadas as gostosas férias na praia da Redinha, em casa dos tios Manoel e Salviano.

Nessas conversas, tristemente rápidas pelo seu gravíssimo estado de saúde, falávamos também dos últimos anos passados no Rio de Janeiro, com destaque para as inesquecíveis festas do Natal e Ano Novo, em casa da prima Helena Gurgel, com a alegre presença das filhas Iolanda, Wanda, da Tia Adalgiza e de outros parentes e amigos. Numa dessas conversas, Gerardo fez-me um pedido. Queria que eu escrevesse para duas de suas amigas recentes, uma das quais residente na Urca, no Rio de Janeiro, dizendo apenas: - "Gerardo está doente. Não pode escrever agora!"

Os poucos dias que lhe restavam correram vertiginosamente, não me dando oportunidade de cumprir a dolorosa missão. No entanto, logo após o desenlace fatal, realizei o seu último desejo.

Bacharel em Direito e Professor da UFRN aposentado

Em sua existência, GERARDO foi amado e querido por jovens e belas mulheres. Mas, sua verdadeira paixão, aquela que embalaria seus encantos de mocidade foi THAIS, nossa conterrânea de Natal. Tantos planos e tantos sonhos perderam-se como folhas mortas levadas pelo vento.

Inexplicavelmente, o seu ingresso na Escola Militar marcaria o fim de tão belo e auspicioso romance. Curiosamente, GERARDO jamais voltaria a se encontrar com THAIS. A nossa saudosa mãe, permanecia inconsolável com a súbita e irreparável perda, somente voltando a conforma-se quando o Padre José Pereira Neto, então diretor do Colégio Salesiano São José e que assistiu ao meu querido irmão, em seus derradeiros instantes, ter-lhe garantido que ele havia falecido em estado de graça.

A surpreendente fatalidade deixou-me também desalentado e triste, como "se tivesse perdido a metade de mim mesmo", relembrando a pungente expressão de Horácio, em uma de suas Odes, pois Gerardo e eu sempre havíamos comungado dos mesmos ideais. Jamais nos tínhamos separado, salvo nos três anos, nos quais ele freqüentou a legendária ESCOLA MILITAR DO REALENGO. Fomos sempre os companheiros inseparáveis dos verdes anos da meninice e das alegres emoções da adolescência vividas no Natal antigo das regatas de remo do rio Potengi, entre o Sport e o centro; dos jogos de futebol no campo da ARA, entre ABC x AMÉRICA; dos encontros das tardes de sábado na Praça Pedro Velho e no Grande Ponto; das sessões de cinema das quartas-feiras à tarde e do domingo à noite no Cinema REX, do velho e simpático Enéas Reis, onde todos se conheciam e confraternizavam. Finalmente, a lembrança dos velhos carnavais de tanta beleza e melodia dos anos de 1937 a 1940, que brincávamos com seriedade e respeito, no Aero Clube, em companhia do inseparável amigo e parente Evaldo Reis.

Juntos fizemos o curso primário no Colégio Marista, ao tempo do grande educador francês Irmão José Vey, veterano da Guerra Mundial de 1914-1918. Juntos fizemos o curso ginasial no Velho Atheneu Norte-Rio-Grandense da Av. Junqueira Aires com os professores Teódulo Câmara, Joaquim Torres, Álvaro Navarro, Hostílio Dantas, Severino Bezerra, Vescio Barreto, Celestino Pimentel, José Gurgel do Amaral Valente, Luiz Antônio, Gentil Ferreira, Mons. João da Mata Paiva, Luíz da Câmara Cascudo, Israel Nazareno, Cônego Luiz Wanderley, Cônego Luiz Gonzaga do Monte e tantos outros.

Finalmente estivemos juntos pela última vez, quando da nossa tentativa de ingresso na Escola Militar do Realengo, em 1941. Habilitado no concurso à matrícula na referida Escola, GERARDO GUARÁ foi matriculado a 17 de março, no primeiro ano do Curso Fundamental, sendo incluído no Corpo de Cadetes. Quanto a mim, não logrando aprovação no referido concurso, tive a desventura de ver-me separado do querido irmão, iniciando-se aí a minha "Via Crucis", na tentativa obstinada de ingressar na carreira militar, tão atraente no seio da mocidade de então. E tudo terminaria para mim, com meu desligamento da Escola Militar do Realengo, em 1943 e do serviço ativo do Exército, **por motivo de grave enfermidade**.

Enquanto isto, o inesquecível e bravo irmão cursava com brilhantismo o 3° ano da Escola Militar, destacando-se pelo aproveitamento intelectual em várias disciplinas do ensino teórico, pelo entusiasmo e dedicação nos exercícios e tarefas de aplicação militar e **"pela inalterável disciplina e múltiplas demonstrações de acentuado espírito militar"**, segundo testemunho do General ÁLCIO SOUTO, ao se despedir do comando da Escola Militar. Finalmente, foi elogiado individualmente pelo novo comandante, o Coronel MÁRIO TRAVASSOS, "em conseqüência da perfeita execução dos

manobras de Rezende, cujos resultados e ensinamentos se deve à competência e extremado sentimento do dever de quantos nela tomaram parte, **pela compreensão exata dos seus deveres, pelo espírito de sacrifício e desejo de acertar, que revelou em todas as circunstâncias."**

No dia 8 de janeiro de 1944, GERARDO GUARÁ é declarado Aspirante a Oficial do Exército, na Arma de Infantaria. É a turma Tuiuti! Nenhum nome mais digno e mais expressivo! Classificado no 12° lugar nos exames finais da Escola, é mandado servir no 18° Regimento de Infantaria, sediado em Salvador (BA), onde se apresenta em princípios de fevereiro. No dia 16, escreve-me a última carta, nada registrando em relação ao seu estado de saúde. Ao contrário, são notícias alegres de realizações e planos de quem encarava a vida cheio de esperanças.

"VIVERAM POUCO PARA MORRER BEM, MORRERAM JOVENS PARA VIVER SEMPRE"

Não obstante, no dia 13 de março, ao se submeter a inspeção de saúde perante a Junta Militar de Saúde, do Hospital Militar de Salvador, toma conhecimento da terrível sentença: - "inválido total e incapaz permanentemente para qualquer trabalho!" Tudo consumado. A juventude, os planos, a carreira, a vida chegam ao fim. A permissão para viajar a Natal seria o epílogo de uma breve e fulgurante existência. Debalde todos os cuidados e recursos médicos. A terrível doença minara em definitivo aquele vigoroso organismo.

Na madrugada de 28 de março, com 21 anos incompletos, falece o "bravo cadete", como eu gostava de chamá-lo nas cartas escritas de Fortaleza para nossa bondosa mãe, nos alegres e promissores tempos de seus êxitos na ESCOLA MILITAR DO REALENGO. O querido irmão Gerardo entregou sua alma a DEUS, no mesmo quarto e na mesma cama, onde havia falecido da mesma enfermidade, justamente há um mês antes, o Cônego LUIZ GONZAGA DO MONTE, sábio e santo e igualmente estimado por todos nós.

Mártir do dever e de sua fidelidade às honrosas tradições do nosso querido EXÉRCITO, portador de excelentes qualidades morais, defensor da ordem e da disciplina, digno nas atitudes e no comportamento, GERARDO GUARÁ deixou um belo exemplo de coragem, amor ao trabalho e de espírito de sacrifício.

A ele caberia, igualmente com méritos e justiça, a emocionante legenda de glórias gravada no frontispício do Monumento de São Paulo, em homenagem aos heróis que morreram defendendo o nobre ideal da Revolução Constitucionalista de 1932: "VIVERAM POUCO PARA MORRER BEM, MORRERAM JOVENS PARA VIVER SEMPRE"

Essência e Existência

Pe. Eymard L'E. Monteiro

Essência e existência são dois conceitos que **muito dificilmente** podem separar-se.

Muito dificilmente, não.

Diga-se melhor - são dois conceitos **impossíveis** de separar-se.

Onde estiver um - aí estará também o outro.

E isto ao mesmo tempo.

Contudo, não são conceitos sinônimos ou iguais.

Um é muito diferente do outro, mas só podem existir juntos, numa mesma coisa.

Mas um não é o outro.

Ambos são muito diferentes entre si.

Essência não é existência.

Existência não é essência.

Mas nunca podem existir separados um do outro.

***

Estes dois conceitos acontecem sempre juntos, unidos, ao mesmo tempo, numa mesma coisa, pois não podem separar-se.

Contudo, não se identificam e nunca se confundem, pois cada um tem a sua característica própria.

Existem sempre separados, um do outro, numa mesma coisa, mas um depende do outro para poder existir.

Não há um sem o outro, pois um não pode existir sem o outro, uma vez que tudo o que existe é sempre alguma coisa.

***

Existir e ser alguma coisa é o que toda coisa é.

Existir e ser alguma coisa acontece sempre - e ao mesmo tempo - num ser que existe e que é sempre alguma coisa, **pois tudo o que existe, é.**

Entretanto, estes dois conceitos nunca se confundem nem se identificam quando se encontram numa mesma coisa.

Cada um é o que é.

E vivem entrelaçados numa mesma coisa - um conceito ao outro.

Nenhum conceito tem existência própria, pois um só pode existir no outro, e ao mesmo tempo, em um mesmo ser que é e existe.

Essência e existência são dois conceitos tão íntimos que até se pode dizer que ser essência é existir - mesmo que existir não seja essência. Mas tudo o que existe, é.

***

Essência tem também outros nomes.

Mas existir só tem um.

Tudo o que existe, é, pois nada pode ser sem existir. Por isso foi que dissemos que não pode haver essência sem existência - e vice versa, isto é, nada pode existir sem ser alguma coisa, pois tudo o que existe, é.

E tudo o que é, existe.

Mas só é porque existe.

E só existe porque é.

Tudo aquilo que existe (existência) é sempre alguma coisa (essência).

Por isso, não pode haver alguma coisa sem que ela seja o que é,(essência).

E nada é o que é, sem existir, (existência).

***

Essência chama-se substância.

Em todo ser que existe, submetido aos nossos sentidos, notamos duas coisas.

Uma é aquela que existe em si, isto é, que não precisa de nenhuma outra coisa à qual deva aderir para poder existir.

E assim podemos dizer que uma pedra é uma pedra e este pedaço de pau é de madeira.

Por onde se pode ver que existe algo que caracteriza os seres, fazendo com que cada coisa seja o que ela é - e não outra coisa diferente do que ela é.

Uma pedra, por exemplo, é uma pedra - e não pode ser outra coisa.

U m pedaço de pau é de madeira - e não pode ser outra coisa.

Mas não se pode ver o que é que faz com que uma pedra seja uma pedra ou um pedaço de pau seja madeira.

Sabe-se somente que pedra é pedra, mas nada se pode ver na intimidade do que ela é.

***

Pois bem, isso que não se pode ver nas coisas - e que as caracteriza - é o que se chama de substância.

Substância é aquilo que faz com que uma outra coisa seja aquilo que ela é, e não o que não é.

Acontece porém que podemos notar que em todo ser (coisa) existe algo que se pode ver e em que se pode tocar e que pode ser percebido pelos nossos sentidos, como a cor, o tamanho, o peso e a dureza das coisas.

E assim vemos que estes predicados não podem existir em si mesmos.

Só existem em outro ser (em outra coisa).

Pois bem.

Aquilo que só pode existir em outra coisa - cor, tamanho, peso ou dureza - chama-se **acidente**.

Acidente é, pois, um **ens in alio**.

Ens, isto é, alguma coisa que existe.

Mas aquilo que pode existir em si (**ens in se**) chama-se **substância**.

lá dentro, no íntimo da coisa, fazendo com que ela seja aquilo que ela é e não outra coisa.

***

Os acidentes - cor, tamanho, peso ou dureza - variam de uma coisa para outra, quando estão aderidos à substância.

Podem ser mais ou menos.

Maiores ou menores.

Eles não podem existir em si, como a substância, mas só existem **pregados** nela, aderidos a ela.

A substância subsiste e permanece sempre a mesma e é sempre idêntica a si mesma, pois ela não tem forma, nem cor, nem peso, nem tamanho.

Quem faz o peso ou o tamanho de uma substância são os acidentes, para que ela possa ser captada pelos nossos sentidos. Só assim é que poderemos saber que isto aqui é uma pedra. Mas aquilo é um pedaço de pau.

Os acidentes (**id quod accidit**) podem variar muito numa mesma coisa, pois tal ente pode ser maior ou menor do que era. Poderá pesar menos do que pesava e poderá até mudar de cor.

Mas a substância da coisa, não. Ela permanecerá sempre a mesma, pois uma pedra é sempre uma pedra, seja de que tamanho for.

***

Substância é, pois, um ente que existe **em si** -NÃO POR SI.

Existir por si só compete a Deus que **ens a se.**

A substância é **ens in se.**

Só Deus é **ens a se.**

A substância é o substrato da coisa.

É o que subsiste **por baixo dos acidentes** e que não se pode ver.

A substância não carece de nenhum outro ser ao qual deva aderir para poder existir. A substância está como que **guardada, velada,** sob as aparências dos acidentes que só podem existir nela.

***

Essência é a mesma coisa de substância.

É a propriedade íntima que caracteriza a coisa e faz com que ela seja o que é - uma pedra, um pedaço de pau.

É aquilo que os escolásticos chamam de **ens reale** - e não **ens rationis**.

Em linguagem comum, costuma-se dizer que essência é a substância de uma coisa.

Substância é, pois, o supósito de si mesma.

O **sujeito** de si mesma que por si mesmo existe.

Pois bem, essência é a mesma coisa.

É aquilo de que o ente se constitui, existindo numa determinada coisa.

***

Essência, substância...

Mas há ainda outra palavra que quer dizer também a mesma coisa.

É a palavra **natureza.**

A natureza de uma coisa é a sua própria essência.

É a própria essência de um ser, enquanto esta é princípio primeiro das operações de um ser.

Cada ente se distingue de outro por meio de uma operação diferente, própria de cada ser - e assim dizemos que cada ser tem a sua operação diferente.

Uma pedra não pode servir para o que serve um pedaço de pau.

No fundo, portanto, natureza vem a ser a mesma coisa que essência e substância.

***

Mas ainda nos resta uma outra palavra que significa a mesma coisa que essência, substância e natureza.

É a palavra **quididade.**

Quididade é um nome inventado pelos escolásticos.

Vem do latim - **quid** - a coisa.

Responde à pergunta - **o que é isto?**

Isto é uma pedra ou uma planta.

Quididade vem a ser, pois, a coisa em si mesma, caracterizada pela sua natureza própria e específica.

A quididade de uma coisa é aquilo que ela é em si mesma, e não outra coisa.

É o **quid** de alguma coisa.

É a sua própria essência, a sua própria substância, a sua própria natureza.

É o âmago da coisa - do ser.

Estas quatro palavras, por vezes - e quase sempre - têm o mesmo sentido, mesmo significado, mas cada uma responde a uma determinada razão de uma coisa ser.

***

Quero explicar ainda que no contexto da palavra substância surgiu um termo importante chamado SUPÓSITO.

Supósito vem do latim - **supositum.**

Pode ser também SUPOSTO ou **sujeito**, em bom português.

SUPÓSITO vem a ser a própria substância completa de um ente, subsistente em si mesmo.

Uma pessoa, um animal, uma planta, uma pedra são supósitos, porque neles podem existir os acidentes que caracterizam os diferentes seres.

A perfeição por meio da qual a substância existe em si mesma (subsiste) chama-se essência, substância, natureza ou quididade de alguma coisa.

É a subsistência da coisa.

O **supósito** compõe-se da substância que é ela mesma e de sua subsistência.

Por onde se vê que supósito é uma coisa - substância é outra.

Sendo que ambos os conceitos não podem existir separados, um do outro.

Assim também como ESSÊNCIA não é EXISTÊNCIA, pois uma não é a outra.

Entretanto, não podem existir separadas.

Agronomia

Uma Proposta para a Produção de Alimentos nos Municípios

Fernando Viana Nobre*

Muito se tem comentado sobre a fome, que aflige milhares de pessoas em cada município do país e do Estado, em particular. Mas, pouca ação concreta e continuada tem sido posta em prática para aumentar a oferta de alimentos na mesa dos mais necessitados, nas cidades e no meio rural.

Para se ter uma idéia rápida da gravidade do problema basta dizer que no Brasil, segundo dados oficiais, cerca de 24% da população, aproximadamente 40 milhões de pessoas, são famintas, pelo menos em determinadas épocas do ano. No Nordeste, cerca de 45% da população são indigentes e no Rio Grande do Norte, em torno de 46%.

Não raras vezes, as soluções que grandes problemas são atitudes simples, que exigem muito mais vontade, determinação e planejamento do que, necessariamente, um volume considerável de recursos financeiros.

É preciso que se entenda que quanto mais o município produzir, menor será a necessidade de compra fora de seus limites territoriais. E, assim, será maior a agregação da renda local, em beneficio de todos, direta ou indiretamente, em maior ou menor intensidade.

A produção e produtividade de alimentos de origem animal e vegetal, em cada município, poderão intensificar-se a partir da correta ocupação da mão-de-obra ociosa e da melhor utilização da força de trabalho, efetivamente, ocupada.

***Engº Agrônomo, Mestre em Produção Animal - Ex-Extensionista da ANCAR/EMATER-RN. Professor Aposentado de Zootecnia/UFRN, Pesquisador da FUNPEC.**

A forma de ocupação e especialização da força de trabalho variarão, evidentemente, em função da realidade de cada município. O importante é que toda produção obtida tenha consumo e/ou mercado garantidos. Produzir alimentos, no âmbito municipal, deverá significar palpável economia para o poder público e comunidade.

A título de contribuição, sugere-se às administrações municipais e instituições (governamentais ou não) a implementação de atividades agropecuárias e agroindustriais, que contribuam para o aumento da produção de alimentos e de renda, no campo e nas cidades, tais como:

1. Instalação de Pomares e Hortas - individuais e coletivos, preferencialmente, agregando várias famílias de baixa renda. Seriam produzidas frutas e hortaliças diversas, principalmente para o consumo doméstico. Um possível excedente de produção poderia ser comercializado, sobretudo para atender à demanda local dos programas públicos de merenda escolar e de alimentação suplementar de crianças e idosos. Locais de cultivo: açudes (montante e jusante), lagoas, margens de rios/riachos; áreas úmidas irrigadas ou não; espaços urbanos públicos ou não; quintais de residências; escolas públicas, etc;

2. Fundação de Culturas de Subsistência - em grandes áreas públicas e/ou privadas, em regime de cessão temporária (áreas públicas) e de assentamento e/ou parceria (áreas privadas), onde seriam plantados milho, feijão, arroz, mandioca, e/ou outras culturas, em função das condições edafoclimáticas. A prefeitura poderia ser a intermediária dessa ação; legalizando, por tempo determinado, a posse e uso da terra. E, ao mesmo tempo, se necessário, proceder as atividades iniciais de preparo do solo e fornecimento de sementes. O plantio, tratos culturais e colheita ficariam a cargo das famílias beneficiadas, de forma coletiva, preferencialmente. Isto facilitaria muito as ações de orientação técnica;

3. Exploração de Vazantes - nas montantes e jusantes dos açudes públicos e privados; nas margens e leitos dos rios e lagoas; nas áreas úmidas irrigadas ou não. De igual forma, as prefeituras municipais e/ou outras instituições não governamentais (como cooperativas, associações, etc) poderiam intermediar a posse e uso dessas áreas, por tempo determinado. As formas de ocupação, também, poderiam ser a cessão temporária, o arrendamento ou a parceria. Nessas áreas seriam exploradas, preferencialmente, culturas de subsistência, hortaliças e frutas de curto ciclo produtivo;

4. Peixamento dos Açudes e Lagoas - que poderia ser uma grande fonte de renda para os proprietários rurais e famílias de baixa, média rendas. O arrendamento e a parceria seriam formas para viabilizar o aproveitamento do grande potencial produtivo dessas áreas. Nas lagoas e açudes públicos, a exploração de peixes certamente será possível, com a cessão temporária, através de normas específicas dos serviços oficiais, em diferentes níveis;

5. Criação de Abelhas - é outra atividade, que poderia ser implementada nos municípios, de forma comunitária e individual. Mesmo nas áreas onde não houver oferta natural de flores, poderá ser analisada a possibilidade de cultivo de espécies melíferas, que, inclusive, poderão assegurar a produção de mel o ano inteiro. A algarobeira é um exemplo patente disto, em pleno semi-árido.

A apicultura é uma excelente atividade de absorção de mão-de-obra familiar, geradora de alimentos e outros produtos de grande importância econômica e social;

6. Exploração do Bicho-da-Seda - poderá ser uma atividade familiar altamente rentável em determinados municípios, onde for possível produzir amoreira ou outra forrageira, economicamente, o ano inteiro.

Convém lembrar que há um imenso mercado para o casulo e o Estado, já tem uma boa experiência na exploração familiar da Sericultura.

7.Criação de Aves - em áreas restritas no meio rural e em espaços urbanos, como os próprios quintais. Galinhas, guinés, patos, perus, codornas, etc, poderiam ser explorados de forma coletiva (por várias famílias) e/ou individual.

Particularizando-se a criação de galinhas, convém assinalar que, no Estado, vem sendo desenvolvido pela EMPARN, com bons resultados, um projeto familiar rural, com aves bem mais produtivas de ovos que as nossas "caipiras". Certamente, vale estudar a validade de criação dessas aves na sua forma de pureza e em mestiçagem com as galinhas tradicionais, observando-se os aspectos de rusticidade e produtividade de carne e ovos.

Essa atividade poderia se concretizada com o investimento de recursos financiados a longo prazo ou sob a forma de cessão de animais para posterior devolução de outros mais jovens; uma espécie de fundo rotativo. A própria produção excedente poderia ser recebida como forma de pagamento, junto às prefeituras, cooperativas, associações, etc;

8. Criação de Suínos - embora bem mais difícil, em virtude das limitações da produção local de milho, não pode ser descartada. As pequenas criações domésticas enfrentam maiores obstáculos, mas pelo menos as recrias/engordas poderiam ser exploradas, contanto com a oferta temporária de raízes, tubérculos, frutas e sub-produtos de queijarias, casas-de-farinha, camas de aviários, etc.

No que se refere a padrão racial, animais "caipiras" toleram muito mais as deficiências de manejo que os puros ou de alta mestiçagem. Suínos puros, de raças especializadas, exigem um manejo geral muito rigoroso, razão porque, geralmente, não são indicados para famílias de baixa renda.

Em princípio, as sugestões e observações contidas no item anterior (Aves), também se prestam para Suínos, sobretudo em termos de financiamento das explorações e uso dos alimentos;

9. Criação de Caprinos e Ovinos - também poderia ser uma boa fonte de renda e de produção de alimentos, de forma coletiva e/ ou individual.

Famílias de uma mesma comunidade (sobretudo em áreas de concentração minifúndios) poderiam explorar pequenos rebanhos, usados o(s) mesmo(s) reprodutor (es) e um único aprisco.

A produção de leite deverá ser a maior preocupação, visto haver, tradicionalmente, uma grande escassez desse produto, importantíssimo para todos e, sobretudo, para crianças e idosos. Neste sentido, poder-se-ia pensar na melhoria genética do rebanho caprino sem especialização, através do uso de reprodutores de raças leiteiras, como Saaenen, Anglo-Nubiana. Parda Alpina e Toggenburg entre outras, inclusive as nordestinas melhoradas - Moxotó, Canindé, etc.

No que se refere, especificamente, a ovinos, a produção de carne poderia ser planejada, também, a partir da melhoria racial do rebanho com o uso de bons reprodutores Morada Nova e Somalis. Não fica descartada a possibilidade de introdução de reprodutores Santa Inês, porém ressaltando-se que eles e seus mestiços são mais exigentes de manejos, quando comparados com ovinos das raças naturalizadas e SRD (Sem Raça Definida), da Região.

A seleção massal das melhores fêmeas caprinas e ovinas dos bons rebanhos existentes no município e adjascências parece ser uma medida acertada para agilizar o melhoramento genético. As boas matrizes de cada rebanho deverão ser acasaladas com os melhores reprodutores, que se possa adquirir fora do município/microrregião. Esta medida,

além de acelerar o melhoramento racial, contribuirá para reduzir, consideravelmente, os perigos da consangüinidade.

As recomendações/sugestões feitas sobre financiamento das explorações e uso das produções de Aves e Suínos, também se aplicam a Caprinos e Ovinos;

10. Criação de Bovinos Leiteiros/Mistos - poderia ser estimulada/apoiada através de recursos financeiros de bancos e repassados por cooperativas, associações, sindicatos, etc. As próprias prefeituras poderiam fazer projetos e captar recursos subsidiados ou não para beneficiar a pequenos e médios proprietários e parceiros rurais, na exploração de bovinos e outras espécies.

Paralelamente à produção de leite e carne, deve-se pensar na possibilidade de fabricação de queijos, manteiga e outros produtos de boa qualidade, utilizando-se um possível excedente de produção individual e coletiva. Para isto é preciso pensar na capacitação/ reciclagem de pessoas, nas comunidades, em termos da produção de laticínios.

Estas são algumas das atividades primárias, que seriam implantadas e estimuladas. Outras de igual ou, até, maior importância seriam analisadas em termos econômicos, sociais e, se recomendáveis, orientadas/apoiadas, junto a diferentes níveis de produtores rurais.

No que tange, particularmente, à agroindústria, destaca-se a importância de sua expansão no âmbito do município, o mais próximo possível da fonte de produção da matéria-prima. Desta forma, grandes e diversas são as vantagens econômicas e sociais para município - maior estímulo à produção agropecuária; melhor utilização da mão-de-obra local; menores gastos com o transporte do produto manufaturado em vez da matéria-prima; maior recolhimento de impostos e mais capital circulante no município, entre outras.

sugere-se a instalação e/ou modernização das seguintes agroindústrias: casas-de-farinhas; indústrias de queijos, manteiga, doces, sucos, etc; unidades beneficiadoras de carnes, peixes, frutas, hortaliças, etc; unidades fabris de beneficiamento de algaroba, milho, arroz, etc.

Para produzir mais alimentos, em níveis economicamente viáveis, se torna indispensável, no município, a oferta de serviços de apoio e infraestruturas, que multipliquem a força de trabalho da família e do empresário rural, tais como:

1. Doação/venda de sementes, mudas, defensivos, fertilizantes, equipamentos, etc;
2. Disponibilidade de máquinas e equipamentos para empréstimo/aluguel/ venda: arados, capinadeiras, pulverizadores, semeadeiras, adubadeiras, ensiladeiras, enfardadeiras de feno, beneficiadoras de grãos, tratores, etc;
3. Doação/empréstimo/venda de animais de serviços, especialmente de tração agrícola: bois, cavalos, muares, jumentos;
4. Empréstimo/venda de reprodutores e matrizes de espécies diversas;
5. Controle comunitário de doenças/pragas vegetais e animais (especialmente de pequeno porte) de produtores de baixa renda, tais como: lagarta, gafanhoto, peste suína, cólera e bouba das aves, verminoses, etc;
6. Postos de Monta, que utilizando bons reprodutores (de diversas espécies e raças) contribuam para o melhoramento do padrão racial dos rebanhos e, consequentemente, para o aumento de produção e produtividade.

As corretas localização e administração desses postos são da máxima importância para que grande seja o número de famílias beneficiadas;

7. Postos de Inseminação Artificial - são uma das formas mais eficientes para promoção do melhoramento racial de rebanhos, em áreas de grande concentração de usuários.

beneficia pequenos produtores, que, dificilmente, teriam acesso à inseminação artificial, a não ser de forma coletiva.

·Cabe destacar que a inseminação artificial ou outra forma de melhoramento só provocam mudanças substanciais se forem atendidas, corretamente, as exigências gerais de manejo, sobretudo em termos de nutrição e sanidade;

8. Produção de Equídeos de Serviço - poderá ser estimulada, com a disponibilidade de reprodutores eqüinos e asininos de maior porte para reprodução de mestiços e híbridos (muares), sobretudo, para tração agrícola.

Cavalos mestiços de Bretão e Percherão poderiam ser acasalados com éguas regionais bem desenvolvidas para produção de bons eqüinos de tração. O próprio cavalo Quarto-de-Milha e seus mestiços, abundantes no Estado, poderiam trazer uma grande ajuda, como força de trabalho agrícola. Tanto como eqüino, quanto na produção de muares de médio a grande portes, filhos de jumentos maiores, como o Pêga, o Andaluz, o Catalão e alguns mestiços nordestinos.

Bons muares poderiam ser produzidos, também, com o uso exclusivo dos melhores jumentos nordestinos em cruzamentos com éguas bem desenvolvidas.

Os burros (muares) filhos de jumentas nordestinas se prestariam melhor para outros serviços (os mais diversos) que, propriamente, para tração agrícola.

As prefeituras, cooperativas, associações e outras instituições municipais poderiam pensar, seriamente, em programas de produção de animais de serviços e difusão do seu uso, ironicamente, relegado a segundo plano, na Região, uma das mais pobres do País;

9. Produção de Sementes e Mudas - poderia ser conduzida em cada município, com a participação efetiva das prefeituras, cooperativas e outras instituições e ou empresas privadas.

Esta atividade, sendo conduzida no próprio município, teria como objetivos básicos baratear custos e tornar mais fácil a obtenção desses produtos pela população local.

Cada prefeitura precisa ter seu horto florestal para produção permanente de mudas florestais e frutíferas, que mais se adequem à realidade edafo-climática municipal. O horto poderá ter viveiros nas próprias comunidades, usando, inclusive, os jovens estudantes, como importante mão-de-obra, que se capacita e se educa.

10. Ampliação/Utilização dos Recursos Hídricos - são imperativos de sobrevivência e de produção, em cada município. É imprescindível aumentar a oferta de distribuição de água, no Estado, a partir da construção/ampliação de açudes, barragens e poços de propriedade pública e privada. A rigor, a água que cai ao solo, pelas chuvas, não deveria sair do território municipal; seria captada pelos reservatórios naturais e artificiais, para uso intenso e racional, sob as mais diversas modalidades, no campo e na cidade.

Não se pode perder de vista a importância e a possibilidade da prática de irrigação, ainda que, em pequenas áreas privadas e públicas.

Por sua vez, o aprofundamento dos açudes e lagoas, sem, necessariamente, ter que se ampliar a bacia hidráulica, precisa ser considerado como uma grande medida estratégica. Cresce a oferta d'água, reduz-se a perda por evaporação e são preservadas as áreas úmidas das margens para o cultivo de vazantes. E, ainda, pode-se utilizar o material resultante do assoreamento (a "lama") como valioso adubo, obtido com a escavação dos reservatórios.

Sabe-se que é intensa a perda d'água por evaporação, no Nordeste, sobretudo se os reservatórios forem rasos. Quanto mais profundo e reunido for o volume d'água, menor será a evaporação. Em outras palavras, quanto maior for o "espelho" (superfície)

d'água, mais intensas serão as perdas.

Assim, torna-se óbvia a necessidade de mudanças em algumas práticas tradicionais do Estado e Região, no que tange ao armazenamento d'água. Em vez de se pensar, apenas, na ampliação da parede, por que não se busca o aprofundamento máximo da bacia? Logicamente, deverão ser feitas rampas suaves, em pontos estratégicos, que possibilitem o acesso dos animais e do próprio homem à água.

Por que os milhares de emergenciados da seca, nas freqüentes "Frentes de Serviço", não são utilizados, produtivamente, em suas próprias comunidades, no aprofundamento máximo dos açudes, barragens e lagoas?

As prefeituras e outras instituições municipais, públicas e civis, precisam rediscutir e planejar, conjuntamente, ações racionais de convivência com a seca. As soluções, certamente, dependem muito mais da inteligência e boa vontade das pessoas, em cada município, que, propriamente, dos planos mirabolantes, alienígenas e divorciados da realidade local;

11. Preservação da Natureza - se constitue numa atitude da mais alta racionalidade, com profunda repercussão econômica e sócio-cultural em benefício de cada comunidade. Preservar a natureza, no seu sentido mais amplo (solo, água, ar, animais e vegetais) significa, antes de mais nada, prudência, patriotismo e responsabilidade para com as futuras gerações.

Nesse contexto, as administrações municipais e outras instituições vinculadas ao desenvolvimento devem realizar um grande esforço conjunto para evitar ou reduzir, ao máximo, os efeitos prejudiciais da poluição ambiental (solo, água e ar); da erosão desenfreada dos solos; da destruição da fauna e da flora. É preciso manter a exploração equilibrada da natureza.

Um dos maiores crimes, que vêm sendo praticados, diariamente, contra a natureza, é o manejo inadequado do lixo. As prefeituras precisam entender que não há nada mais anti-higiênico e anti-estético que depositar lixo em locais inadequados, como as margens das estradas. O manejo inadequado do lixo provoca a disseminação de doenças e pragas e, ainda, polue as fontes d'água, inclusive, as reservas subterrâneas, que abastecem os poços. O lixo, se bem manejado, poderá se converter em permanente fonte de renda para famílias pobres e para o próprio município. A reciclagem industrial do lixo possibilita selecionar vidros e metais diversos para venda e, ainda, a matéria orgânica para produção de adubo, de que tanto necessitam os solos agrícolas.

O adubo oriundo do lixo poderia ser usado, largamente, nas atividades comunitárias municipais de produção de hortaliças, frutas, e outros alimentos. E, ainda, em jardins e grande áreas cultivadas.

No que se refere, especificamente, à racionalização da produção e do uso da água foi regulamentado, em março passado, o Código Nacional de Recursos Hídricos. E no Rio Grande do Norte, a Lei Estadual nº 6.908, sancionada em 01.07.1996, regulamenta o uso da água e a proteção dos mananciais. Cabe a todos conhecê-la e cumpri-la.

Muitas das atividades, aqui sugeridas, poderiam ser implementadas com a criação de um Fundo Rotativo mantido com um percentual fixo das receitas municipais. Além desses recursos, seriam agregados valores resultantes da evolução dos empréstimos feitos a famílias de baixa renda em insumos agropecuários. Não fica descartada, também, a possibilidade de obtenção de recursos, os mais diversos de programas sociais de instituições estaduais, nacionais e estrangeiras, governamentais ou não.

Convém assinalar que o sucesso de qualquer atividade a ser desenvolvida dependerá necessariamente da área de

motivação e de capacitação do produtor rural e sua família. Disto se conclue ser indispensável uma assistência técnica e social específica e sistemática. E isto implica na necessidade de uma equipe de profissionais de Ciências Agrárias e Sociais, com dedicação exclusiva e comprometida com a nobre causa de produção de alimentos e, especificamente, de combate à fome.

Cada prefeitura deveria ter sua secretaria de agricultura com profissionais específicos de Ciências Agrárias - Agronomia, Veterinária e Zootecnia - que teriam como meta coordenar e dinamizar ações de apoio à agropecuária e à agroindústria.

Essas ações de caráter local incluem, evidentemente a interação com instituições públicas e privadas de Assistência Técnica e extensão Rural, Pesquisa, Fomento, Crédito, Associativismo e Comercialização, nos limites municipais e fora deles.

Duas linhas de ação municipal poderiam ser estabelecidas com a base na interação dessas instituições:

. Apoio permanente à agropecuária e agroindústria, no âmbito da própria unidade produtiva, no campo e na cidade;

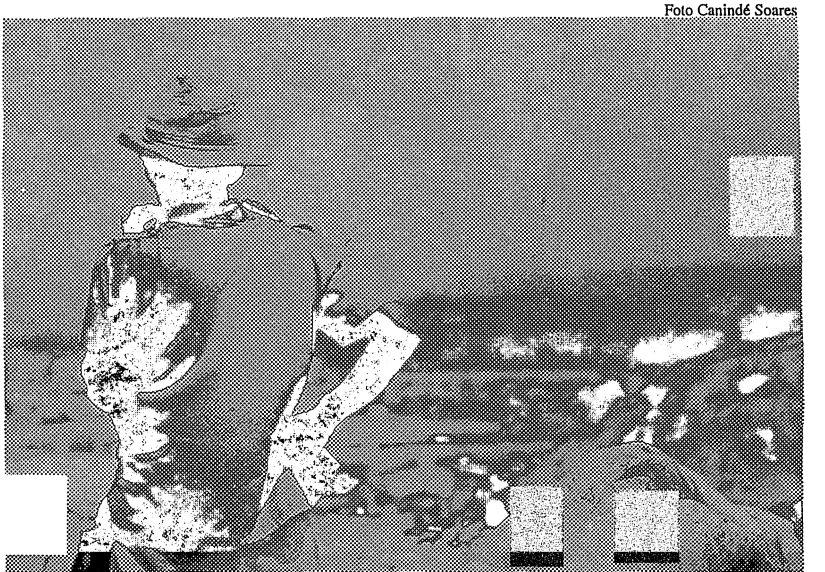
. Planejamento e realização de eventos anuais, de incentivo à agropecuária e agroindústria - Exposições/Feiras Agropecuárias e Agroindústrias, Torneios Leiteiros, Dias de Campo, Encontros, Cursos, Treinamentos, etc.

Eventos dessa natureza contribuem, fortemente, para a difusão de informações técnicas, divulgação de atividades produtivas, interação de instituições e pessoas, em benefício, sobretudo, do município sede da promoção.

Convém salientar que é possível e desejável a realização desses eventos, também congregando municípios de uma ou várias regiões. Isto, sem dúvida, é uma excelente estratégia para viabilizar essas promoções, com custos bem menores para cada município.

É possível eliminar a fome crônica, desde que haja consciência e esforço conjunto de lideranças e comunidades. Não é fácil a tarefa, mas certamente, não é impossível erradicar a fome; condição primeira para elevar o homem ao patamar da cidadania.

Foto Canindé Soares



Por falta de trabalho e alimento na zona rural - o homem vem para a cidade, fazer a coleta do lixo e morar nas favelas

Direito

O Poder Regulamentar e a Democracia

Carlos Alberto de Miranda Gomes*

Num determinado momento histórico, Montesquieu, buscando reduzir a concentração de poder nas mãos dos soberanos, legou ao mundo a sua teoria tripartida, dividindo o comando do Estado através da ação dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário:

> "Montesquieu, partindo da premissa de que quem detém o poder tende a cometer abusos e, visando justamente coibi-los - retomou e desenvolveu a engenhosa teoria aristotélica da *separação dos poderes*, dando-lhes as três regras de ouro que, adotadas pela maioria dos países ocidentais, ensejaram o nascimento dos modernos Estados democráticos. São elas: 1) quem faz as leis não deve nem aplicá-las, nem executá-las; 2) quem executa as leis não deve fazê-las, nem julgar de sua aplicação; e 3) quem julga, sempre de acordo com as leis, não deve nem fazê-las, nem executá-las. Com esta verdadeira separação de funções" (a *Legislativa*, a *Administrativa* e a *Judiciária*) disciplinou-se o exercício do poder público (que é um só), estancando-se, o quanto possível, as milenares fontes do despotismo e do arbítrio." (nota de rodapé **in** O Regulamento no Direito Tributário Brasileiro, ed. RT, de Roque Antônio Carrazza).

Contudo, na trajetória histórica da teoria, essas funções passaram a compor a nova concepção, de que todos os poderes possuem as três funções, embora cada um com preponderância, respectivamente, de editar as leis, executá-las e velar pelo controle da legalidade, tudo nas condições determinadas no Pacto da Cidadania e nas leis infraconstitucionais.

Essa faculdade, no entanto, vem trazendo atropelos para o resguardo da democracia, com riscos de quebra do equilíbrio que deve nortear a vida do Estado, mercê dos abusos

*Professor dos cursos de direito da UFRN, UnP, ESMARN, CEAF

cometidos na usurpação de competências, notadamente pelo Poder Executivo, quando sob a justificação de uso do Poder Regulamentar, na maioria das vezes, ultrapassa as peias e restrições condicionantes da permissibilidade, ao ponto de haver merecido de Roque Carrazza, na obra antes invocada, o desabafo: "O limite puramente formal da separação dos poderes, em que Montesquieu tanto confiava, já não é mais suficiente para afastar o arbítrio."

O problema agrava-se, sobremaneira, nas repúblicas sul-americanas, onde remanesce a lamentável tradição de hipertrofia do Poder Executivo, como se denota das constituições forjadas pelo casuísmo ideológico, sem o consentimento do povo, contaminando o Poder Legislativo, em muitas oportunidades - presa fácil dos detentores do governo e fragilizando o Poder Judiciário, mediante sonegação dos meios de sua autonomia.

Tais vícios são responsáveis pelo progressivo declínio do verdadeiro direito, aprisionado pelo direito legislado, nem sempre fiel à sua origem filosófica e, por isso , longe de ser bálsamo para os reclamos da sociedade, mas tão só da vontade dos governantes.

Já se disse, que no silêncio dos gabinetes, normas jurídicas têm sido urdidas em profusão e sem critério nem compasso, sob a égide de sua imprescindibilidade para a salvaguarda do interesse público.

Exemplos claros desse abuso são as Medidas Provisórias, as Leis Delegadas e os Regulamentos. Aqui é cedida a soberania universal da lei em favor da falacidade da "conveniência" do Executivo.

Os Regulamentos, em particular, possuem diretrizes meramente internas, não lhes cabendo quaisquer injunções no direito substantivo, que somente se subordina ao império da lei:

"Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de (Constituição Federal, art. 5°, inciso II).

O Regulamento, assim, é norma intermediária - liame entre a lei e a sua execução, daí não poder, sob pena de exorbitância, extrapolar os limites desta, cuja existência no mundo jurídico se faz notar através dos Decretos que os aprovam:

> "CTN, art. 99. O conteúdo e o alcance dos Decretos restringem-se aos das leis em função das quais sejam expedidos, determinados com observância das regras de interpretação estabelecidas nesta Lei".

Suas diretrizes, por conseguinte, em princípio, são cogentes no âmbito da própria Administração Pública, valendo enfatizar a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello, quando afirma que "A relação hierárquica é um vínculo de autoridade que une, através de graus sucessivos, todos os órgãos da Administração Central, subordinando escalonadamente os inferiores aos superiores". Vale repetir, encerra uma manifestação de vontade do Executivo, exteriorizada por Decreto.

Assim, sendo um manual de Conduta dos agentes da Administração, com características gerais e permanentes do funcionamento dos serviços públicos, sua validade *erga ommes,* isto é, também aos particulares, depende necessariamente da sua subsunção aos ditames da Lei, sendo inaplicável o excesso.

> "Os Regulamentos são regras Jurídicas gerais, abstratas, impessoais, em desenvolvimento da lei, referentes à organização e ação do Estado, enquanto poder público. Eles são emanados pelo Poder Executivo, mediante decreto." (Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, *Princípios Gerais de Direito Administrativo,* ed. Forense, vol. I, p. 303).

Machado, em seu já clássico Curso de Direito Tributário, ed. Malheiros: "Os regulamentos são editados pelo Chefe do Poder Executivo mediante decreto, com o fim de explicitar o modo e a forma de execução da lei, ou para regular situações não disciplinadas em lei, nem reservadas a esta. No primeiro caso diz-se que há *regulamento de execução*, e no segundo caso há *regulamento autônomo*".

Nesse sentido, precisamente, cabe a explicação quanto à validade dos regulamentos ao regerem deveres instrumentais, os quais, indissociavelmente, sob o pálio do *princípio da legalidade*, devem apenas disciplinar a maior compreensão da interpretação normativa ordinária, não auto-aplicável, senão serão tidas como inválidos.

A propósito, quando o Código Tributário Nacional, em seu art. 113,§ 2° declara: "A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.", mesmo que se compare com a expressão do art. 97, inciso III do mesmo Código, não significa que a autoridade executiva crie essas obrigações ao alvedrio da Lei. Na verdade, o que é válido , mesmo diante da imprecisão terminológica, é compreender que os atos administrativos são extensões e apenas detalham as exigências daquela.

Exemplifiquemos esse pensar, quando a lei exige a expedição de certidões ou determina a inscrição dos inadimplentes na dívida ativa, pode o regulamento, no cumprimento do mandamento legal, dispor sobre esse dever instrumental, explicitando o tempo e o modo de sua realização; também no caso de emissão de comprovantes fiscais oriundos da produção ou circulação de mercadorias ou prestação de serviços, é o regulamento quem determina os modelos e formas de expedição.

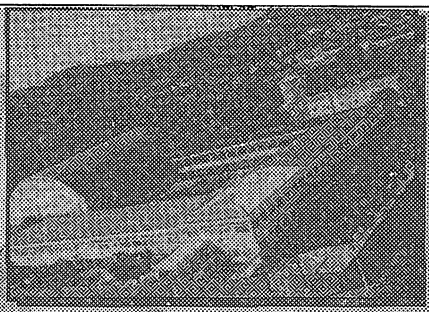
No entender de certa corrente - o regulamento tudo pode, em especial quando se trata de deveres instrumentais. Mas ao reverso, em essência, conflita com a própria democracia, por quebrar o equilíbrio da divisão das competências dos poderes. Outrossim, também não é a melhor interpretação de garantir o seu cumprimento somente pelos funcionários.

A estes, por excelência é claro, mas na condição de *normas complementares*, assim considerados pelo art. 96 do CTN, os regulamentos são leis em sentido amplo, mas, igualmente, de cumprimento obrigatório pelos cidadãos, desde que se destinem a completar os textos das leis não auto-executáveis, em sentido estrito. Não podem, por conseguinte, trazer qualquer inovação ou modificação ao texto da norma que complementam - é da teoria da pirâmide de Kelsen.

Nestas apressadas linhas, nos impele a vontade de obter adesões dos operadores dos Direito, no sentido de que velemos pela democracia, impedindo o caminhar tranqüilo dos que clamam pela liberdade e igualdade, porém usando as armas da opressão.

Seja aqui, por enquanto, um alerta, um grito, uma convocação, para o que invoco a expressão do pranteado jurista pátrio Geraldo Ataliba, no prefácio da obra de Carrazza:

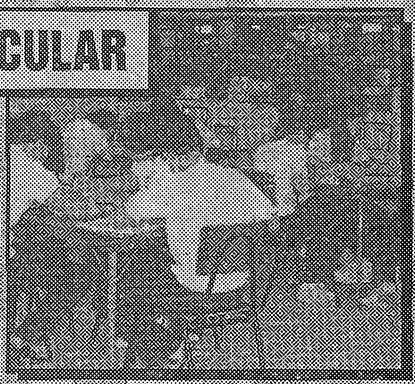
> "Não pode a classe jurídica persistir permitindo a destruição do sistema , nas suas bases. Cada advogado, cada juiz, cada procurador ou assessor jurídico deve fazer de sua banca, de sua mesa, de sua tribuna, de seu gabinete, uma trincheira de seus escritos, uma arma no combate aos abusos da faculdade regulamentar, altamente comprometedora do equilíbrio dos poderes e dos direitos individuais."(Geraldo Ataliba)



Instituto Maria Auxiliadora

Av. Hermes da Fonseca, 603 - Petrópolis - 59015-001
Natal - RN - Tel. (084) 211-4350 - Fax(084) 211-4825

ESTRUTURA CURRICULAR



CURSOS OFERECIDOS:

Pré-Escolar	-Maternal
	-Jardim I
	-Jardim II
	-Alfabetização
1º Grau	-1ª à 8ª série
2º Grau	-1ª à 3ª série
Curso Noturno	-1º e 2º grau

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Coral GRD e Aeróbica
Escolinha de Esporte - Vôlei, Basquete, Salão, Natação, Karatê, Judô, Xadres
Torneio e competições esportivas
Excursões culturais e recreativas
Teatros e festivais
Jornadas de reflexão
Palestras e debates
Cursos livres: datilografia, informática, flauta
Projeto Ciência e Cultura

A Biblioteca

Jurandir Navarro

Segundo a conceituação corrente é a Biblioteca a experiência vivida e registrada.

É afirmação aceita ter sido em Alexandria implantada a mais famosa Biblioteca da antiguidade. E a primeira coleção considerável de volumes escritos, a de Aristóteles. Persistrato e o trágico Eurípides também as possuiram. Assim como Polícrates de Sarmos. A Biblioteca presenteada a Cleópetra por Marco Antônio teria pertencido aos reis de Pérgamo. Em Antióquia, havia outrossim uma Biblioteca régia. Possuiram-na os gregos nos seus Ginásios esportivos. Numa delas Ptolemmaion recebeu a visita de Cícero, tendo igualmente Pausânias consultado seus volumes.

Em Roma havia bibliotecas particulares. Tiveram-nas Emilio Paulo, Sula e Lúculo, que foram despojos de suas guerras. A primeira biblioteca pública foi criada por Asínio Pólio, ao tempo de Augusto, nela continham livros helenos e latinos e era adornada com imagens dos autores, tendo sido instalada no Átrio da Liberdade. Augusto fundou a Biblioteca Otaviana e a Palatina. A Biblioteca Úlpia de Trajano era a mais famosa. Por seu turno, Júlio César criou a sua biblioteca pública.

No Museu Britânico foi instalada a Biblioteca Bodleiana de Oxford, fundada por Sir James Bodley, inaugurada em 1602.

Em Milão, 1609, têve a Biblioteca Ambrosiana, originária do Cardeal Borromeo. Na cidade de Florença floresceu a Biblioteca Laurenciana, conhecida também como Medicéia, proveniente das coleções particulares do Cósimo e Lorenzo de Médici, no século XIV, ampliada por iniciativa de alguns Papas, principalmente Nicolau V e Leão X. A Biblioteca de Veneza, notável por seus manuscritos de Homero. A Biblioteca de Paris instalada graças às conquistas de Napoleão em 1815. A de Viena era opulenta em textos clássicos, tal a de Munich e Madri.

LIVROS

No antigo Egito já havia, no terceiro milênio a.C., a arte da escrita. E também na Mesopotâmia. Eram manuscritos os poemas de Safo e Arquíloco. Na apresentação das tragédias os atores dispunham de material de escrita para a sua interpretação.

A escrita foi utilizada, naturalmente, por materiais antigos, como inscrições em pedras e metais, plaquetas de argila na Síberia, Mesopotâmia, Creta e o papiro no Egito.

Na Grécia o papiro (biblos) - biblion (livros). A comercialização de livros (rolos) data da época de Aristóteles (obra sobre dissecações). O sábio de Estagira foi quem organizou a primeira coleção manuscrita. Em Roma esse tipo de livro foi introduzido no século III a.C. Posteriormente, século I, com os epigramas de Marcial. Ático tinha copistas e foi editor de Cícero. Terêncio Varro divulgou **Hebdomades** - coleção de imagens de gregos e romanos célebres, com um epigrama em

EVOLUÇÃO DO LIVRO

O codex, ou seja, o livro composto de uma espécie de cadernos com costura de folhas dobradas e do papiro por velo. A Bíblia era consultada por esse formato. O codex predominou no século II d.C. Havia também livrinhos de plaquetas que eram escritos com um **stilo,** o lápis da época.

O Museu Britânico exibe alguns tipos de instrumentos de escrita: stilo, apenas de caniço ou de bronze e tinteiros romanos.

Depois surgiu o velo ou pergaminho. Eram mais duráveis. As principais obras, os bibliónimos, foram sendo transformados do papiro para o pergaminho. Passados do rolo de papiro para os códices de velo. Neste século IV a.C. apareceram pela primeira vez os grandes códices de velo, contendo a Bíblia em grego e outros documentos pagãos datam daí. Nos livros suntuosos o velo era tingido de púrpura. O papiro não desapareceu existindo manuscritos dele nos séculos IV, V e VI. Conservou-se a forma do rolo na Idade Média para documentos oficiais e que durou até hoje. O uso do papel foi trazido da China para o Ocidente pelos árabes no século VIII d.C., generalizando-se muito depois.

IDADE MÉDIA

Embora bibliotecas pessoais e institucionais fossem características da cultura greco-romana, nenhuma sobreviveu à dissolução do Império Romano. As Igrejas européias, comunidades monásticas tinham pequenas coleções de livros básicos.

As verdadeiras bibliotecas, de coleções consideráveis e conservadas, datam de Carl Magno, século XVII. Pertenciam a Catedrais e Abadias. Tinham elas de duzentos mil a quinhentos mil exemplares.

Por essa época as Bibliotecas já eram catalogadas. Tais coleções serviam a em relação aos consulentes. Já havia a iniciativa das doações.

As instituições identificavam a propriedade de seus livros, uma inscrição **ex-libris,** seguida por um severo anátema contra furto, roubo ou dano. A evolução trouxe as estantes ou leitoris. As publicações eram presas com correntes.

O progresso social e intelectual mudou o desenvolvimento das bibliotecas - séculos XIII e XV. A primeira mudança foi o crescimento das universidades. Os franciscanos no século XIII criaram o primeiro "catálogo unificado", arrolando autores e obras, bem como a indicação de bibliotecas monásticas onde poderiam ser encontradas, usando-se para tanto um sistema numérico e uma explicação.

As universidades criaram as suas bibliotecas especializadas, em colégios constituintes, sendo o mais antigo em Paris - a Sorbone, depois Oxford (Merton College) século XIII. A segunda influência era a manifestação do **status** social.

Reis e príncipes adquiriam pequenas coleções de livros devocionais para uso pessoal ou de exemplares edição-luxo, que recebiam de presente. As mais famosas - os reis de França e dos duques de Borgonha e de Berry. Em áreas influenciadas pelo humanismo, norte da Itália, príncipes mercadores possuiam consideráveis bibliotecas. A biblioteca do Convento de São Marcos, em Florença, 1444, fundada por Niccolo Niccoli e Cósimo de Médici, foi a primeira biblioteca da Europa que realizou empréstimos públicos.

Dos séculos IX a XV, os livros básicos das bibliotecas institucionais mantiveram-se razoavelmente constantes: as obras dos grandes padres latinos e uma coleção de clássicos pagãos. Depois, adicionaram-se obras técnicas como de direito, medicina, teologia e outros temas de interesse local tais

instituição e do país. Novo material - livros bíblicos, obras de Aristóteles e seus comentadores. Obras de humanistas italianos somaram mais clássicos latinos e pela primeira vez escritos gregos, tanto pagãos como cristãos. O público leitor em latim era de número reduzido . O livro era dispendioso, razão pela qual a procura à biblioteca era constante. Foi, assim, muito importante para a disseminação dos conhecimentos a existência dessas bibliotecas abertas ao público. Ao passo que o intercâmbio desempenhado por livros de propriedade privada foi insignificante antes do século XIV.

Livros de Horas - Eram livros pessoais de Oração encomendados por aristocratas leigos e produzidos pelos melhores calígrafos e iluminadores da época. Sua função básica: fornecer uma série de orações adequadas às horas canônicas em que o dia estava dividido. As Horas da Virgem, etc. As Cortes francesa e borgonhesa patrocinavam artistas para esse oficio especial de produção de livros.

Livros Manuscritos - Diversos aspectos dos manuscritos eram usados para determinar suas datas e origens. Dentre eles, os mais importantes eram a paleografia e o estudo arqueológico dos materiais técnicos e pessoal envolvidos na produção de um manuscrito, desde a formação de cadernos até a decoração, ilustração e encadernação (codicologia), tendo a datação e localização...

Nos séculos V e VI, a produção de livros no Ocidente superou as expectativas, notáveis pelos elevados padrões. Textos pagãos para clientes senatoriais, foram transmitidos aos **escriptoria** ligados a mosteiros ou basílicas. Os **documentos** eram ainda em **papiro,** e a maioria dos livros em **pergaminho.**

O **códice,** forma original dos livros cristãos substituiu o **rolo.** O texto, de uma ou duas colunas, o formato era quadrado e os cadernos numerados na última página. Os páginas com letra ampliada sendo as linhas iniciais com tinta vermelha e eram decorados os títulos dos capítulos com floreados a bico de pena, como os livros de romance lidos na nossa adolescência. As iniciais desenhadas e pintadas tiveram orígem na Itália no século VI. Eram produzidos manuscritos ilustrados gregos e latinos (Virgílio, Homero, Terêncio e da Bíblia (Gênesis, Reis, Evangelhos).

Nos **scriptoria** dos séculos VII e VIII os livros tornaram-se mais coloridos em virtude do desenvolvimento das iniciais e dos títulos pintados em versais. Os irlandeses nunca abandonaram completamente as formas simples do **layout** e titulação, mas suas inovadoras iniciais, eram decoradas com motivos de orígem céltica e seguidas por várias letras de tamanho decrescente, influenciando toda a Europa até o século XIII.

Na Renascença Carolíngea livros em minúscula carolina realizaram uma impressionante síntese entre **layout,** titulação e ilustração naturalista baseada em modelos antigos tardios, e iniciais de inspiração insular (anglo-saxônica). A magnificência dos manuscritos litúrgicos produzidos para Carlos Magno e Carlos, o Calvo, nunca foi suplantada. Uma versão revista do caderno antigo foi introduzida em Tours em oitocentos e trinta e tornou-se praticamente universal até mil cento e cinquenta, embora as **chamadas** da página tivessem substituido os números nos cadernos.

Depois de mil e duzentos os livros saiam das tipografias associados à universidades (Paris, Oxford, Bolonha). Vinte anos após, as folhas foram pautadas de ambos os lados em ponta de bico e mais tarde em tinta e as páginas numeradas.

O papel, uma invenção chinesa, que chegou ao conhecimento dos arábes no século VIII, foi usado pelos gregos no século IX e manufaturado na Itália em mil duzentos e trinta. No ocidente, de inicio, foi usado apenas

instituição e do país. Novo material - livros bíblicos, obras de Aristóteles e seus comentadores. Obras de humanistas italianos somaram mais clássicos latinos e pela primeira vez escritos gregos, tanto pagãos como cristãos. O público leitor em latim era de número reduzido . O livro era dispendioso, razão pela qual a procura à biblioteca era constante. Foi, assim, muito importante para a disseminação dos conhecimentos a existência dessas bibliotecas abertas ao público. Ao passo que o intercâmbio desempenhado por livros de propriedade privada foi insignificante antes do século XIV.

Livros de Horas - Eram livros pessoais de Oração encomendados por aristocratas leigos e produzidos pelos melhores calígrafos e iluminadores da época. Sua função básica: fornecer uma série de orações adequadas às horas canônicas em que o dia estava dividido. As Horas da Virgem, etc. As Cortes francesa e borgonhesa patrocinavam artistas para esse oficio especial de produção de livros.

Livros Manuscritos - Diversos aspectos dos manuscritos eram usados para determinar suas datas e origens. Dentre eles, os mais importantes eram a paleografia e o estudo arqueológico dos materiais técnicos e pessoal envolvidos na produção de um manuscrito, desde a formação de cadernos até a decoração, ilustração e encadernação (codicologia), tendo a datação e localização...

Nos séculos V e VI, a produção de livros no Ocidente superou as expectativas, notáveis pelos elevados padrões. Textos pagãos para clientes senatoriais, foram transmitidos aos **escriptoria** ligados a mosteiros ou basílicas. Os **documentos** eram ainda em **papiro,** e a maioria dos livros em **pergaminho.**

O **códice,** forma original dos livros cristãos substituiu o **rolo.** O texto, de uma ou duas colunas, o formato era quadrado e os cadernos numerados na última página. Os copistas começavam os parágrafos ou as páginas com letra ampliada sendo as linhas iniciais com tinta vermelha e eram decorados os títulos dos capítulos com floreados a bico de pena, como os livros de romance lidos na nossa adolescência. As iniciais desenhadas e pintadas tiveram orígem na Itália no século VI. Eram produzidos manuscritos ilustrados gregos e latinos (Virgílio, Homero, Terêncio e da Bíblia (Gênesis, Reis, Evangelhos).

Nos **scriptoria** dos séculos VII e VIII os livros tornaram-se mais coloridos em virtude do desenvolvimento das iniciais e dos títulos pintados em versais. Os irlandeses nunca abandonaram completamente as formas simples do **layout** e titulação, mas suas inovadoras iniciais, eram decoradas com motivos de orígem céltica e seguidas por várias letras de tamanho decrescente, influenciando toda a Europa até o século XIII.

Na Renascença Carolíngea livros em minúscula carolina realizaram uma impressionante síntese entre **layout,** titulação e ilustração naturalista baseada em modelos antigos tardios, e iniciais de inspiração insular (anglo-saxônica). A magnificência dos manuscritos litúrgicos produzidos para Carlos Magno e Carlos, o Calvo, nunca foi suplantada. Uma versão revista do caderno antigo foi introduzida em Tours em oitocentos e trinta e tornou-se praticamente universal até mil cento e cinquenta, embora as **chamadas** da página tivessem substituido os números nos cadernos.

Depois de mil e duzentos os livros saiam das tipografias associados à universidades (Paris, Oxford, Bolonha). Vinte anos após, as folhas foram pautadas de ambos os lados em ponta de bico e mais tarde em tinta e as páginas numeradas.

O papel, uma invenção chinesa, que chegou ao conhecimento dos arábes no século VIII, foi usado pelos gregos no século IX e manufaturado na Itália em mil duzentos e trinta. No ocidente, de inicio, foi usado apenas para correspondência epistolar, registros

notariais e livros contábeis, no entanto, livros mais baratos em papel, especialmente em vernáculo, foram comuns no século XV.

Na Itália, a produção de livros humanistas, principalmente, teve em Petrarca o seu iniciador, transcrevendo textos para uso pessoal e outros humanistas do século XV seguiram-no o exemplo.

No alvorecer do século XV, a escrita e iluminação dos luxuosos volumes procurados por governantes e eclesiásticos para suas bibliotecas de textos clássicos e humanísticos, eram organizados por livreiros, como Vespasiano da Bisticci, de Florença, ou por bibliotecários, como em Roma e Nápoles, Paggio Braciolini copiou de modelos italianos do século XII, não só a **litera antiqua** mas a pautação com ponta dura e a decoração com ponta de videira branca. A maior parte das iluminuras humanistas, e em especial o estilo paduano que dominou em Roma, diferiu de modo considerável da decoração gótica tardia dos livros litúrgicos da época.

No meado do século Quinze, quando o mercado clássico foi inundado de edições impressas, os copistas humanísticos remanescentes tiveram que contar, para sobreviverem, com raras encomendas especiais ou com o emprego de professores de caligrafia.

Caligrafia - Diferentes tipos de composição literária e documental foram usados em todos os períodos: um **saltério** seria escrito mais formalmente do que comentários nas margens de um texto clássico; uma **Bula** papal ou Cartas régias mais decorativamente do que um **registro notarial** ou uma **epístola** particular.

Na Itália (1500), os livros litúrgicos e a correspondência comercial ainda eram em caligrafia gótica e os documentos dos Cartórios na semigótica. A escrita gótica sobreviveu até o século Dezoito, e, na Alemanha, ate mil novecentos e quarenta e cinco!

(Esboço de um Estudo sobre Biblioteca)

O Movimento Trovadoresco no Rio Grande do Norte

Monografia apresentada como pré-requisito básico à conclusão do Curso de Letras da Universidade Potiguar pela acadêmica Ivana Moreira de Aguiar dos Santos - 3.8.98, na UnP.

Possivelmente, o Movimento Trovadoresco no Rio Grande do Norte foi iniciado na década de 1920, quando um conjunto de pessoas dos melhores e mais caracterizados boêmios e poetas da cidade do Natal, dentre eles: Damasceno Bezerra; Jaime dos Guimarães Wanderley; Otoniell Menezes; Ezequiel Wanderley; Luiz Maranhão; Augusto Coelho; Aurélio Flávio; Lucas Wanderley; Waldemiro Moreira Dias; Abelardo Bezerra; João de Amorim Guimarães; entre outros, reunia-se ao lado de Jorge Fernandes, em um salão chamado "Café Majestic", de propriedade deste poeta, para suas brincadeiras e tertúlias, que tanta vida emprestavam aos privilegiados da cidade, que já evoluíam social e literariamente.

Surgiu a Diocésia daquelas reuniões, que têm, a começar pelo nome, seus segredos. E suas histórias.

José Laurindo, o cidadão de cujo ambiente dos poetas gostava de freqüentar e que apesar dos poucos estudos, era prezado por suas boas qualidades, estando, certa vez, no salão, viu penetrar um indivíduo de bom aspecto, mais discretamente embriagado, que logo tornou-se inconveniente, querendo tumultuar a reunião, dos poetas.

Sentindo a necessidade da retirada do estranho e insolente indivíduo, o poeta Jorge Fernandes teve que atuar. José Laurindo pediu ao intruso para se retirar amigavelmente, no entanto o intruso não atendeu ao pedido, e naquele momento, José Laurindo, sendo forçado a revelar sua força, o pegou pela gola do paletó e o empurrou porta afora, dizendo "Nesta Diocésia quem manda sou eu".

Naquela ocasião, José Laurindo, com a sua "sublime ignorância", batizava, solenemente, o local das reuniões, que até então, não tinha nenhuma denominação. O nome que José Laurindo tinha, na verdade, a intenção de dizer era Diocese, mas o seu pouco conhecimento dos vocábulos, o fez criar um neologismo, terminando o nome ficando mesmo em Diocésia.

Com o desaparecimento de Jorge Fernandes (1887-1953), morreu também, a sua Diocésia. Decorreram-se muitos anos sem que os poetas e intelectuais se deleitassem dos momentos festivos e culturais da terra potiguar, terminando-se por apagar aquela fase agradável.

O jornalista João Carlos de Vasconcelos, num almoço cordial na sua residência no dia 25 de dezembro de 1964, resolveu restaurar a antiga "Diocésia de João Carlos".

Os fundadores da nova Diocésia foram: Monsenhor José Alves Landim, poeta, professor, escritor e, sobretudo Ministro de

Deus.

Antônio da Rocha Fagundes, orador, educador, escritor didático, com livros publicados.

Cosme Lemos, poeta, declamador impressionante, orador fluente e estudioso da História Mitológica.

João Carlos de Vasconcelos, jornalista e trovador.

O número de associados da "Academia Diocésia", cuja sede era na Rua Mipibu, 440 aumentou em pouco tempo. Além dos fundadores, foram sócios dessa associação cultural: Luís da Câmara Cascudo, Mariano Coelho, Wilson Correia Dantas, José Amaral, Antídio de Azevedo, Jaime dos G. Wanderley, Luiz Rabelo, Minervino Wanderley, Celso Caldas, Arlindo Castor de Lima, José Revoredo Netto, Gumercindo Saraiva, Sebastião Soares, entre outros.

Circulou o primeiro número do jornal "A DIOCÉSIA" no dia 25 de dezembro de 1965, tendo sido composto e impresso por João Carlos de Vasconcelos, na oficina tipográfica existente no quintal de sua casa, sendo publicado até 25-12-78, o modesto e dinâmico "Porta Voz".

Foram 13 anos difundindo trovas, poemas, sonetos, notícias, crônicas, levando as mensagens dos intelectuais potiguares a quase todos os recantos da nossa Pátria e, também, de Portugal.

No artigo "Nossa Despedida" da edição N.º 20, o editor confessou:

"a cada momento esperávamos, compungidos, a solução definitiva. Este será o último número deste jornal. Com a alma despedaçada o declaramos. Por maior que seja a nossa boa vontade, temos de ceder, impelidos por circunstâncias adversas. Não é possível trabalhar de lente em punho. Além da visão, existe, também a dificuldade de audição. Em horas sombrias de meditação, concluímos que somos compelidos a suspender a publicação deste jornal, pelo predomínio de circunstâncias que promovem a incapacidade do homem especialmente quando esse homem ultrapassa a casa dos oitenta anos".

O fundador de A Diocésia II, como valioso testemunho do trabalho e dedicação do jornalista, transcrevemos trecho da Carta do Mestre Câmara Cascudo, publicada no dia 25/12/1978 no jornal a Diocésia N.º 20.

"Ao passar pela Ulisses Caldas, que não via desde dezembro do ano passado, notei o chão deserto onde se erguera a tradicional POTIGUARÂNIA, depois o inolvidável CAFÉ MAJESTIC, onde a DIOCÉSIA fora fundada com a sonora festividade da nossa boêmia risonha e pobre. João Guimarães sempre vivo, historiou essa fase imaginável do Natal literato. A DIOCÉSIA revive, culturalmente, no solar da rua Mipibu, 440, sob a munificência de DOM JOÃO CARLOS DE VASCONCELOS, Bispo "in partibus", generoso e acolhedor. Sendo 'Diocésia" histórico, não poderia deixar de informar a quem de direito o desaparecimento da sede inicial, onde conversou e bebeu a dinastia miraculosa dos Poetas, Escritores, Jornalistas da época. Ali disseram versos Mário de Andrade e Manuel Bandeira, atores em trânsito, aviadores resplandecentes. Revi no edifício o sótão onde jogavam dominó o capitão Lustosa, Madureira e Tarquínio, campeão. Agora todos os atributos sentimentais convergem e reúnem-se sob as sombras das árvores da Mipibu, 440, fiéis à evocação realizadora e tenaz de João Carlos de Vasconcelos - o admirável. Um abraço do tamanho do Xingu deste seu Luís da Câmara Cascudo".

CLUBE DOS TROVADORES POTIGUARES

Foi fundado, o clube dos trovadores Potiguares, com a presença de intelectuais, jornalistas, poetas, trovadores e simpatizantes da trova. Em sessão realizada no dia 12 de

novembro de 1965, às 20 horas, no auditório do Palácio do Comércio, na cidade do Natal/ RN.

A mesa da sessão estava composta pelo historiador e folclorista Luís da Câmara Cascudo, pelo poeta Luiz de Carvalho Rabelo", pelo Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte Dr. Enélio Lima Petrovich, pela poetisa Letícia Galvão, pelo jornalista Aluízio Menezes de Melo, pela senhora Maria das Dores Rabelo, pelo senhor Luiz Gonzaga Meira Bezerra, o representante da "Gazeta" Esportiva", e pelo poeta Antônio Antídio de Azevedo.

A finalidade da reunião era fundar o clube dos trovadores potiguares; o Sr. Luiz G. M. Bezerra, simpatizante da trova, afirmou que não era trovador e estava ligado por laços de amizades a "Gazeta Esportiva' e ao "Clube dos Estados", Organizações do Estado de São Paulo, promotora de um concurso nacional de trovas. O seu desejo era que os trovadores do Rio Grande do Norte também participassem desse concurso.

Com esse intuito, Sr. Luiz G. M. Bezerra conversou com o poeta Luiz Rabelo, que se entusiasmou com a idéia e também com a possibilidade da fundação do clube dos trovadores potiguares.

Jornalista, poeta e escritor, o Dr. Rômulo Chaves Wanderley, aplaudiu a idéia, pedindo ao presidente da Sessão que se declarasse oficialmente fundado o "Clube dos Trovadores Potiguares", o que foi aceito sob uma salva de palmas.

Representante da "Gazeta Esportiva" de São Paulo, o jornalista Aluízio Menezes sugeriu que a eleição da Diretoria, em caráter provisório, fosse por aclamação. Aceita por Unanimidade, ficou constituída por: "Presidente - Luiz de Carvalho Rabelo, Vice-Presidente - Jaime dos Guimarães Wanderley, Orador - Rômulo Chaves Wanderley, 1° Secretário - Augusto Dourado, 2° Secretário - Antônio Antídio de Azevedo, Tesoureiro - João de Amorim Guimarães, Bibliotecário - Genar Wanderley".

Depois, nos seus improvisos, declamaram trovas de sua autoria e de outros trovadores os poetas Evaristo de Souza e Carlos Siqueira.

Luiz Rabelo, o Presidente eleito, propôs que se aclamasse Presidente de Honra do Clube dos Trovadores Potiguares, **o senhor Luiz Gonzaga Meira Bezerra, por ser homenagem justa a quem teve o interesse e a idéia pela fundação do referido Clube.**

No Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, a 12 de Novembro de 1966, em Sessão Magna do 1° aniversário do CTP, foi lançado o primeiro número do jornal "O trovador", órgão oficial do CTP, cuja responsabilidade era do trovador e jornalista João Carlos de Vasconcelos.

A Diretoria do CTP, na sessão de 11 de fevereiro de 1967, aprovou a proposta do trovador Wilson Dantas para a transformação do Clube dos trovadores Potiguares em academia de trovas do Rio Grande do Norte.

A Diretoria era: "Presidente José Amaral; Vice-Presidente - Luiz Rabelo; 1° Secretário - Jaime dos G. Wanderley; 2° Secretário - Antônio Antídio de Azevedo; Orador - Wilson Dantas; Tesoureiro - João Carlos de Vasconcelos; Bibliotecário - Geraldo de Morais Barbosa".

A Academia de trovas do Rio Grande do Norte em 1967, realizou o primeiro concurso de trovas. Com o tema **Mãe,** a trova de Wilson Dantas foi classificada em primeiro lugar.

Céu com três letras se escreve,
Mãe também se escreve assim,
e neste nome tão breve
existe um céu para mim.

Cascudo, Velho Amigo

Marcos Maranhão

Falar sobre Cascudo é evocar um nume tutelar da minha infância, adolescência e idade adulta. Cascudo, grande amigo do meu pai, Djalma Maranhão, mantinha com nossa família um contato constante. Minha mãe, Dária Cavalcanti Maranhão, fôra sua aluna no antigo Atheneu (gola azul), situação sempre lembrada afetivamente por Cascudo. Dona Dhália e minha mãe eram bem relacionadas e unidas pela presença constante de Ana Maria entre nós.

Quando meu pai, Djalma Maranhão, tribuno fogoso, jornalista exemplar, deputado estadual cafeista, venceu as eleições de 1955 em Natal, dando vitória a Dinarte Mariz, este, em sinal de gratidão, nomeou-o Prefeito de Natal.

Meu pai transformou Natal numa grande Pasárgada cultural. Restaurou todos os autos populares na autêntica reavaliação do folclore natalense. Para isso teve em Cascudo um incentivador e companheiro de todas as horas. Lembro-me, com que saudade, das festas com Cascudo e meu pai no Bambelô de Guedes, no Araruna de Mestre Cornélio, nas lapinhas de Caldas Moreira, nos índios de Bum-Bum. Entre fandangos, Pastoris, Naus Catarinetas, com Cascudo e Djalma Maranhão, passei minha infância e minha adolescência. Os pescadores das Rocas dançavam o Côco-de-roda na beira da praia e alí sentindo entre meus pés a areia como um ouro mágico e olhando a abertura de festa das estrelas, comecei a compreender, desde menino, a grandeza da alma brasileira, mantida nas suas tradições genuínas.

Cascudo, depois de decênios de incompreensões, vencera. Estava definida a era de prestígio do Folclore. A Era **Djalma Maranhão.**

Meu pai, dionisíaco e plural, líder e companheiro, ao lado de Cascudo promoveu vários congressos, regionais e nacionais, de folclore, praças de cultura, feira de livros, bibliotecas públicas, dando acesso ao povo e com ele compartilhando das fontes do saber. Trouxe a Natal grandes nomes da cultura nacional como Gustavo Barroso, Mauro Mota, Jorge Amado, Paulo Freire, Edson Carneiro, Mário Melo, José Condé, Umberto Peregrino, Antônio Vilela, Waldemar Cavalcante, Enio Silveira, Luiza Barreto Leite, Miercio Tati, Mário Jorge do Couto Lopes, Hildegarde Viana, Paulo Dantas, Edgar Proença, Eduardo Portela, Pierre Furter, Carlos Pena Filho, Barbosa Lessa, Bruno de Menezes, Théo Brandão, Manoelito de Ornelas, Dante de Laytano, Carlos Galvão Krebs, Eneida, Domingos Vieira Filho, Nunes Pereira, João Clímaco Bezerra, Mozart Soriano, Ascenço Ferreira, Júlio Dourado e Rômulo Argentiére entre outros.

Djalma Maranhão, no mais belo trabalho escrito sobre Cascudo publicado pela Prefeitura de Natal, em 1961 e republicado em 1984 pela Fundação "José Augusto", afirma: "No âmbito do folguêdo popular, da Música tradicional, o papel de Mestre Cascudo é de vigilância serena e de inesgotável colaboração. Dou o meu testemunho de sua

inacreditável capacidade auditiva e orientadora junto às entidades que o procuram. A autoridade de Câmara Cascudo está no ser erudito que ele é, mas igualmente no conhecedor e pesquisador infatigável, sempre pronto a perguntar e pedir, para todos os recantos do Brasil, elucidações e material. E também é o menos dogmático, o meos doutrinário e o mais ecessível dos Mestres. Costuma repetir a frase do Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos, no Senado do Império: - "Ninguém me manda! Todos se convecem!..." Sua autoridade indiscutível de primeiro Etnógrafo do Brasil e um dos Oito Grandes Folclorista do mundo, fundamenta-se no seu trabalho assíduo e na perseverança e cuidadosa atenção pelos documentos manejados".

Recordo entre tantos eventos, Caldas Moreira trazendo uma Nau Catarineita para as Rocas, nas festas juninas e Djalma Maranhão, Cascudo, Oswaldo de Souza, Newton Navarro, luminosamente juntos, ouvindo a canção da epopéia marítima: "Assobe, assobe gageiro, meu gageirinho real, vê se avistas terras de Espanha é tão lindas praias de Portugal..."

Cascudo sempre esteve ao lado de meu pai na defesa do folclore, pois os dois sabiam que, sem tradição, sem o culto da história, sem defesa das raízes do povo, não existe nenhuma Nação. Hoje, quando a globalização tenta destruir a soberania nacional, quanta falta faz Câmara Cascudo e Djalma Maranhão...

As águas de Ponta negra e a acolhedora casa de meu pai, receberam em inúmeros almoços as delegações de Folclore que chegavam a Natal, convidadas pelo seu Prefeito. Lembro a espontaneidade de Eneida, batizada em Natal, no Potengí, por Cascudo, o entusiasmo do gaúcho Carlos Galvão Krebs, a poesia de Mauro Mota, a literatura de José Condé, o sacerdócio de Paulo Freire, a bonomia de Jorge Amado e a "belle époque" daquela plêiade que juntava em flores as raízes do Brasil.

Costuma-se dizer em França que quem não conheceu Avignon na época dos Papas, não conheceu Avignon. Quem não conheceu Natal na Era Djalma Maranhão, ao lado de Cascudo, não conheceu Natal. O bulício de milhares de crianças na "Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a ler". As bibliotecas públicas volantes. O povo acorrendo às ruas para ofertar lápis, cadernos, material escolar para a Prefeitura alfabetizar os menos favorecidos. Palanques armados no Centro da Cidade e nos Bairros mais distantes, no Carnaval, com orquestras de frêvo, e no Natal, Ano Novo, reis e São João, na exibição de conjuntos folclóricos para garantir a perpetuação das danças e cantigas do passado.

Os que chegaram mais perto de Cascudo e de Djalma Maranhão sabiam que este imenso mergulhar lúdico não continha nenhum carreirismo, nem projeto pessoal egoísta. Era apenas o compromisso com o Brasil perfilhado por Mário e Oswaldo de Andrade.

Termino estas breves aprecissões sobre Cascudo, com as palavras de meu pai, Djalma Maranhão, no trabalho acima citado: "Quem conhece sabe como o Mestre Cascudo trabalha, cercado de livros, fotos, música, relatórios , notas. Permanentemente inquieto, consultando, perguntando, voltando dez vezes ao mesmo ponto no plano de alicerce. Este é o Luis da Câmara Cascudo, Professor de Direito Internacional Público na Faculdade de Direito, de Etnografia Geral, na Faculdade de Filosofia, Consultor Geral do Estado, Diretor do Instituto de Antropologia da Universidade, Historiador Oficial da minha Cidade, patrimônio Cultural e humano do Rio Grande do Norte, Mestre do Folclore brasileiro".

Duas Palavras Sobre Sylvio Pedroza

Nilson Patriota

Tento falar sobre Sylvio Pedroza, a quem conheci ainda moço, pois tinha 33 anos quando começou a governar o Rio Grande do Norte. Meu último contato pessoal com ele foi há dois anos, aproximadamente, por ocasião memorável de sua posse na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. Como poucos, Sylvio Pedroza realmente foi soberano de sua integridade moral, sem disso fazer alarde. Era um homem de valor que não necessitava do estímulo de ninguém para dar o melhor de si às coisas que fazia. E, embora sensível aos testemunhos da gratidão, não carecia, como em geral carecem os governantes, de bajulações e elogios para se sentir recompensado.

Amante de sua terra, das tradições e costumes de seu povo, teve a dita de passar a maior parte de sua profícua existência longe do Rio Grande do Norte, sentindo-se distante, porém jamais ausente ou desligado. Prendia-o ao berço natal os laços afetivos, as lembranças queridas, o afago das amizades que soube conservar no transcorrer do tempo. Era homem íntegro, educado, sem arroubos nem exageros. Dedicado ao dever, voltado para o trabalho, não poderia dizer jamais, como filósofo, que "a antinomia de sua vida estava na liberdade de viver sem profissão, sem mulher nem filhos, sem amigos, sem sociedade, sem pátria e sem fé; na liberdade de viver quase sem amor nem ódio". Ao contrário disso, viveu como um homem sociável, um ser participativo e carismático, um indivíduo com os pés firmados no solo. Não foi um vivente débil, um instrumento de abstrações.

Nos últimos anos de sua vida, Sylvio Pedroza andava por demais saudoso do Rio Grande do Norte. Falava do passado com emoção. Não há dúvida de que amou intensamente suas raízes. Nunca esqueceu seus conterrâneos, os amigos pelos quais sempre teve especial carinho. Resta agora saber se foi, como ser humano e homem público, devidamente compreendido pela mentalidade de sua terra e se valeu a pena dar de si o que pôde para alimentar os laços que o entrelaçavam ao Rio Grande do Norte, que teria gostado, não há dúvida, de ver florescer em progresso, em compreensão e em beleza.

Sei que ainda é cedo, mas espanta-me o silêncio em torno dessa figura notável de amigo, de humanista e governante. Espanta-me e desgosta-me, porque além das notícias e notas acerca de seu falecimento, e das opiniões de políticos em campanha, como as de José Agripino, Garibaldi Filho, Geraldo Melo e Fernando Bezerra, poucos foram os que agora se pronunciaram a seu respeito. E Sylvio Pedroza tinha muitos amigos! Sei que ainda é cedo, repito, mas já se fazem tardar os juízos, as opiniões e as análises retratando a realidade do homem de grande envergadura que ele foi em relação ao *tempo* em que viveu e à História. Suas imensas qualidades, assim como os seus inevitáveis defeitos, precisam ser postos às claras. Calar não é certo. O silêncio jamais serviu de referencial àqueles que se caracterizam por suas obras meritórias, suas qualidades morais e o procedimento ético adotado perante os homens e a existência. E não há como negar que Sylvio Pedroza teve,

como poucos em nossa terra, uma existência construtiva e dedicada aos interesses do Estado e do País.

Nascido em Natal, a 12 de março de 1918, desde cedo recebeu instrução aprimorada, cursando o Mort-clair School, da Inglaterra e o Colégio Santo Inácio, no Rio de Janeiro. No Rio também se formou em Direito, em 1939. Homem culto, sempre em busca do conhecimento, Sylvio Pedroza pertencia ao seleto grupo dos graduados honorários da Universidade de Princeton, dos Estados Unidos da América. Esse traço superior de intelectualidade distinguia-o em nosso Estado como uma das grandes esperanças políticas de seu tempo, e também o ligava, de forma especial, ao melhor da inteligência norte-rio-grandense. No passado, a homens de cultura como Câmara Cascudo, Américo de Oliveira Costa, Alvamar Furtado de Mendonça, Veríssimo de Melo, Antônio Pinto Medeiros, Oriano de Almeida e muitos outros que constituíram ou, de algum modo, participaram de seu *staff* administrativo, quando de sua experiência como Prefeito de Natal (1946-1950) e Governador do Estado (1951-1956); e no presente, à maioria daqueles que integram os quadros da imprensa, da Universidade, da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, dos Conselhos de Cultura do Estado e do Município, do Instituto Histórico e Geográfico do Estado e das mais instituições culturais de nossa terra.

O ex-governador Silvio Pedroza

Sabe-se que Sylvio Pedroza foi administrador dedicado e dinâmico, jamais se afastando da ética política norteadora dos princípios da Democracia. Fácil, portanto, é constatar sua importância, não apenas em relação ao Rio Grande do Norte, mas sobretudo ao cenário nacional, onde maior foi o seu desempenho no exercício dos cargos que ocupou, muitos dos quais na esfera internacional. "Nenhum pássaro - sentenciou o poeta - se eleva demasiado alto sem voar com suas próprias asas".

Aristocrático, Sylvio Pedroza governou com serenidade e tolerância, sem atos de perseguição nem baixeza. Fez da cordialidade um traço de sua presença, não um requinte esnobe, mas a própria marca de sua vida pública e privada. Tanto na Prefeitura do Natal como à frente do Estado, realizou obras sem as quais a nossa capital teria estagnado. Assim como Palumbo, Omar O'Grady, Djalma Maranhão, parece que não foi por todos entendido.

Preocupa-me o morno silêncio em torno de seu nome, porque sei o arrefecimento do culto da admiração aos homens de valor, que tiveram uma vida dedicada, em sua maior parte, ao bem comum, traz em seu bojo uma semente de decadência.

Sylvio Pedroza faleceu pela manhã do dia 19 do corrente, no Rio de Janeiro, onde residia. Foi sepultado no cemitério de São João Batista. A meu ver, será sempre um referencial de virtudes a revelar o Rio Grande do Norte.

O Sangue Depõe

Pe. Luiz Monte

Para o homem o futuro é-lhe sempre uma esfinge caprichosa. Atrás do horizonte que limita o raio visual do presente, alapardam-se ameaçadores os fantasmas do temor, da inquietação e da incerteza.

A incerteza do porvir assume, porém, uma feição tétrica e medonha, quando vista através do prisma heterogêneo da doutrina filogenética.

Inconscientemente, embora, os evolucionistas fazem-se de sibilas fatídicas, anunciando para a humanidade o mais torvo dos futuros.

Que a ciência, pela **voz do sangue,** seja a portadora do horóscopo terrível.

Os processos citológicos responsáveis pelas diferenciações hereditárias dos grupos sanguíneos, são submetidos à função bipolar da seriação: lei da disposição binominal de Quetelet e lei dos erros acidentais de Gaus. Entrevista por Ottenberg e Hubener, a teoria da hereditariedade dos aglutinógenos na família e na raça, recebeu de Lattes e Bernstein plena conformação experimental. A **voz do sangue,** que já oferece às decisões médico-legais um corpo de doutrina tão exato e preciso, é que chamamos, hoje, a depor contra as previsões involuntárias da doutrina onto-filogenética.

Weinert, alargando o campo de pesquisas sobre os tipos sanguíneos dos diversos grupos raciais humanos, tem a feliz lembrança de torná-las extensivas ao sangue dos grandes antropóides. De seus acurados trabalhos conclui-se que os representantes dos grandes macacos - gorila, chimpanzé e orango-tango, se limitam aos grupos sanguíneos **Oab** e **Ab;** enquanto que os exemplares asiáticos possuem ainda o tipo **ABO.**

Aplicando o quadro das previsões da Hirszfeld aos nossos pseudo ancestrais, decorre que nenhuma raça humana portadora dos tipos Ab, Ba e ABO pode haver evoluído dos grandes símios africanos. É que, das combinações possíveis dos aglutinógenos dos grandes antropóides da África. **O-O, A-A** e **A-O** não resultam combinações procriadoras em relação aos tipos **Ab, Ba** e **Abo.**

Entretanto, as características sangüíneas dos símios asiáticos poderiam dar origem a combinações procriadoras que justificassem a evolução de todos os grupos raciais humanos. Seria isto argumento decisivo em favor dos filogenistas, se a ciência não chamasse para depor contra eles a **voz do sangue.**

É que na raça humana há um predomínio flagrante do grupo **A** sobre **B.**

Tal predominância constitui mesmo um dos caracteres diferenciais das raças superiores.

Nas raças ditas inferiores **B** domina **A.** Donde se infere que, segundo as leis que regem a derivação parental, os brancos estão mais próximos ao símio do que os negros! A evolução teria se efetuado segundo o esquema:

Símio - branco - negro, omitidas as pretensas formas intermediárias. O que se opõem formalmente ao dogma evolucionista: **símio - negro - branco.**

Estamos diante de premissas que nos permite conclusões alarmantes.

Se a evolução filogenética é um fato científico, entre o **branco** e o **macaco** ancestral deve haver medeado o **negro.** Concomitantemente, não é menos científico que os tipos sanguíneos dos antropóides mais se identificam com os grupos característicos das raças superiores do que com os tipos dominantes nas raças inferiores e primitivas.

O que em boa lógica equivale a dizer que o **branco** não é o termo final da evolução do primata: apenas uma forma evolutiva intermediária entre o **macaco** e o **negro.**

Verdades polarmente opostas, como conciliá-las?

Existe uma única forma conciliadora.

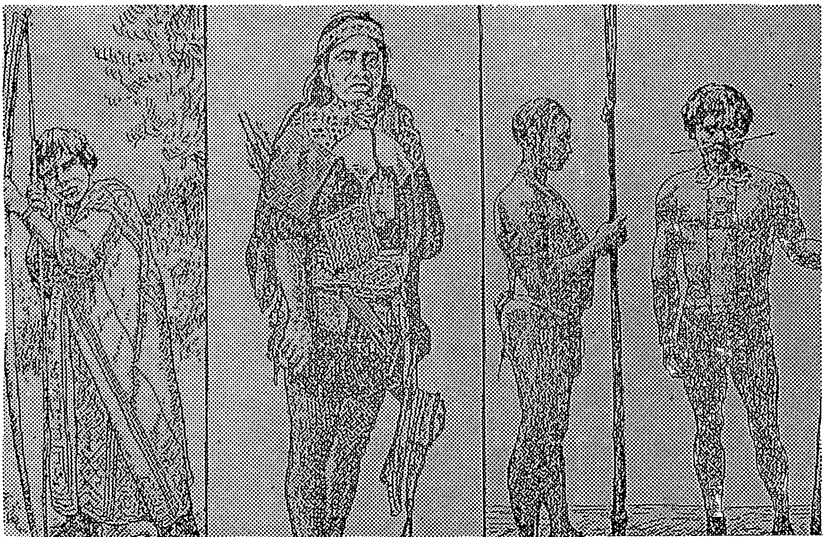
A evolução filogenética não se teria processado em linha divergente, rampante, na ânsia do aperfeiçoamento indefinido. Contrariamente, se teria efetuado em trajetória curva, tendendo para o ponto de origem.

Nesta hipótese, o **branco** haveria, com efeito, evoluído do primata e ocuparia o estágio máximo do aperfeiçoamento filogenético. O **negro** seria uma forma evoluída do **branco,** razão porque os aglutinógenos dos grupos raciais brancos mais se aproximam das características sangüíneas dos antropóides. As raças atuais, em conseqüência, representariam estágios intermediários e sucessivos dessa degenerescência étnica. Assim, em progressão decrescente, iriam fatalmente se diluindo os traços morfológicos pertinentes às raças humanas, à proporção que fossem emergindo os caracteres somatológicos do primata, já obliterados à custa da evolução filogenética. É de maior evidência, que a reversibilidade gradativa às formas atinentes ao plano estrutural do macaco reservaria um desfecho alarmante à civilização futura:

Dentro de alguns séculos todos os habitantes da Terra seriam representantes da raça negra; e num futuro remoto, toda a população do planeta seria constituída de antropóides!

Os homens teriam voltado a ser macacos. Trágico epílogo da comédia evolucionista. É que o sangue depõe contra **eles.**

Extraído da Antologia do Pe. Monte, vol, I.



A história e a arqueologia ainda não sabem - se os índios tiveram sua origem na

Equipes Estrangeiras Contra Clubes Norte-Riograndenses

- Primeiras tentativas
- As vitórias potiguares
- Clubes e seleções

Procópio Neto*

As notas esparsas publicadas nos jornais na primeira década do século XX, mostram que o futebol natalense teve como ponto de partida o ano de 1904 com o surgimento do Sport Club Natalense, fundado por Fabricio Gomes Pedroza, o mesmo que no ano anterior havia trazido da Inglaterra, onde estudava com seus irmãos, a bola anterior da Inglaterra, onde estava com seus irmãos Fernando, a bola de futebol por eles utilizada durante os jogos naquele país, onde sua prática dominava o Velho Mundo.

Enquanto isso, os navios mercantes e de guerra dos países europeus, espalhavam sua divulgação nas cidades litorâneas onde aportavam, fazendo jogos das equipes de tripulantes contra times locais nos descampados existentes nas proximidades dos portos, e também para aprimorar a forma física após longos períodos no mar.

Não poderia ter sido diferente em natal, a exemplo do que acontecera em Rio Grande, Avaí, Santos, Rio, Salvador, Recife. Esses encontros futebolisticos com equipes de navios foi fundamental para o desenvolvimento e interesse pelo futebol em todas as regiões, como registra o mais hábil pesquisador esportivo brasileiro - jornalista Paulo Várzea, no trabalho publicado na Gazeta Esportiva do dia 4 de agosto de 1942, atribuindo aos tripulantes e marinheiros a implantação e o gosto pelo futebol por onde passaram.

Natal possuia, no distante 1910, apenas dois clubes em atividades, vez que o primeiro - Sport Club Natalense tivera efêmera existência. O Natal Foot-Ball Club, sucessor da sociedade cultural-desportiva denominada Natal Club (A República 19.5.1910). e o Potyguar Foot-Ball Club, fundado por Paulo de Castro em 2 de maio daquele ano. Esses clubes escolheram um local para um campo de futebol, o "ground" ou "field" costumava chamar. Os trabalhos para dotar o campo das condições de jogos estão registradas na "Notas Esportivas" de "A República" em 11 de maio daquele ano nos seguintes termos:

> "FUTEBOL - sob a direção dos senhores Nizario Gurgel e Alberto Roselli, começaram há dias, os serviços de

aperfeiçoamento do ground da Praça Pedro Velho, - com assentamentos dos goals, etc, sendo organizado entre os melhores elementos desta cidade em homenagem ao 13 de maio"

Naquele ano, um navio inglês estava sendo esperado em novembro para descarregar no porto primitivo dos Guarapes (Macaíba), os trilhos para a construção da ferrovia Great Western, e que deveria carregar açúcar para os portos britânicos. Os dirigentes do Natal FC decidiram solicitar do comando do mercante, a presença do time para um jogo amistoso, que seria o primeiro encontro internacional do nosso futebol. Os jornais não perdem tempo, denominando de "English Team" a equipe visitante.

Os preparativos para o esperado jogo internacional começaram, efetivamente, na tarde de 13 de maio de 1910, com as festas inaugurais dos melhoramentos do campo, sendo substituídas as traves de bambú, por madeira solida, e um gramado ralo mas em condições de jogo. O mais importante da tarde esportiva. É que do encontro entre o Natal e o Potyguar, seria apontado como adversário dos ingleses a equipe vencedora.

O jogo foi dirigido pelo "referee" Paulo Moreira, elegantemente trajando terno branco, gravata borboleta, e colete sob o paletó, enquanto as equipes o posavam para as fotos, utilizando o sistema do goleiro entre os backs, em pé, a linha media ajoelhada e os cincos atacantes sentados.

TIMES - Natal F.C - Valdomiro, Paulo Barreto e Chanteclair; Diogenes, J. Lira e P. Oscar; Nizario, Alvario, Deoclecio, Brito e Vital.

Potyguar F.C - Virgilio, Borges e Simonetti; Garopa, China e Manoel; Marinho, Apolinario, Meira, Paulo China e Francisco.

O Natal venceu por 2x0, gols marcados por Nizario, e garantiu presença no jogo. Só que, para decepção da torcida, o navio que chegou na data prevista, levantou ancora logo após descarregar os trilhos, deixando a torcida frustada. Era o primeiro "bolo" levado pelos natalenses, de uma série que continuaria anos depois. A ocorrência foi assim registrada pela República de 9 de novembro de 1910, em sua 2ª página sob o titulo "Notas Esportivas".

"Em vista de não ser possível ante-hontem o match internacional entre o English Team e o Natal Foot-Ball Club, os rapazes do Potyguar resolveram enfrentar o Natal às 4 e meia da tarde".

POSTERIDADE
O Natal Foot-Ball Club preparou-se para disputar, no distante 1910, aquele que seria o primeiro jogo contra uma equipe estrangeira, que sofreria também a decepção de um "bolo" inesperado. Os atletas posaram no intervalo de um dos treinos, integrando a foto o técnico, dirigentes, referee (árbitro) e bandeirinha, todos elegantemente trajados com paletó, gravata e chapéu, enquanto na frente, a

Mais uma decepção anos depois como a de 1988, quando um desconhecido empresário anunciou a presença em Natal da equipe suiça do F.A. Aarau, da cidade do mesmo nome, e participante do campeonato helvético, para enfrentar o time do ABC. Um laconico telegrama, às vésperas da data prevista, liquidou o jogo.

A credibilidade do natalense foi colocada à prova mais uma vêz , quando outro "empresário", desta vez colocando à frente da promoção um orgão da ONU, anunciou a realização de um torneio internacional, com o sugestivo nome de Torneio da Paz, dele participando as duas maiores equipes da cidade, além do Botafogo F.R e da equipe paraguaia do Cerro Porteño, trazendo como atração o goleiro Chilavert. Durante quinze dias os empresários ofereceram a desavisados cronistas, almoços e jantares nos hotéis da cidade, ocupando os horários dos programas radiofônicos com farta (e gratuita) publicidade. E nada de confirmação das anunciadas chegadas dos visitantes. Alguns foram até o aeroporto recepcionar os paraguaios que, não deram notícias. Foi outro grande "bolo", sem direito a reclamações.

OS JOGOS CONTRA ESTRANGEIROS

O primeiro jogo de uma equipe natalense contra os estrangeiros aconteceu há 68 anos, quando o América, presidido por José Gomes da Costa, e tendo no comando da Liga Norteriograndense de Desportos Terrestres o dr. José Gurgel do Amaral Valente conseguiram concretizar o primeiro jogo internacional no R.G. Norte. Aconteceu no dia 10 de agosto de 1930 contra a equipe do cruzador britânico HMS Delhi de passagem por Natal. Com a interferência do cônsul britânico Eric Gordon, o almirante H. Staith, daquela belonave de guerra, liberou seus marinheiros, alguns integrantes de clubes ingleses, a representar o pais num match amistoso em Natal. Foi uma festa excepcional como registram os jornais da época, contando com as presenças do Governador Juvenal Lamartini e todo seu secretariado, acompanhado das esposas, além do próprio cônsul inglês e sua esposa, a quem coube a honra do ponta-pé inicial sob os acordes da banda de música do Batalhão de Caçadores. O jogo terminou igual (1x1), com Pimenta marcando o gol do América e Mc Dowh o gol de empate, cobrando um pênalti, marcado pelo referee, um oficial do navio. O cronista Salomão Filgueira contou a festa na República para seus leitores, citando a formação do América, com o goal-keeper Milton, os full-backs Canuto e Barnabé; os half Raimundo, Teixerinha e Baltazar; e os forwards Pinheirinho, Praça, Hemetério, Pimenta e Júlio Meira. Seis anos depois, foi a vez do ABC fazer o seu "batismo" internacional ao enfrentar uma equipe formada por marujos ingleses do cruzador britânico HMS Scarborough que aportara para reabastecimento. O convite para o jogo foi feito pelo presidente do ABC - dr. José Tavares da Silva indo ao barco em companhia dos diretores Salviano Gurgel e Vicente Farache para aquele fim. O jogo presenciado por uma grande e entusiasta torcida, terminou sem abertura de placar, tendo o ABC alinhado Edgard, Dorcelino e Nezinho; Mário Crise, Acácio e Adalbeto; Walter, Simão, Xixico, Hermes e Humberto.

Caberia ao time suburbano do Alecrim F C, a honra de enfrentar, pela primeira vez, um clube estrangeiro, o Rampla Junior, participante do campeonato uruguaio de futebol, e também conquistar uma vitória pela contagem mínima, gol assinalado por Rui. O Alecrim não esquece a façanha de 1968 no estádio Juvenal Lamartini. Aquele ano foi marcante, também para o ABC, que enfrentou a seleção nacional da Romênia, que

excursionava em treinamentos para disputar as eliminatórias do mundial de 1970. Com o velho JL lotado, com luminárias restauradas, os romanos dera um espetáculo de futebol, impressionando os torcedores, que viam atuar pela primeira vez a seleção de um país do leste europeu, vencedora por 4x1. Detalhe interessante, é que aconteceu uma revanche deste jogo em pleno estado nacional de Bucarest, no dia 15 de setembro de 1973, durante a excursão do alvinegro natalense pelo Velho Mundo, e um resultado surpreendente de 1x1, graças ao gol de Jorge Demolidor.

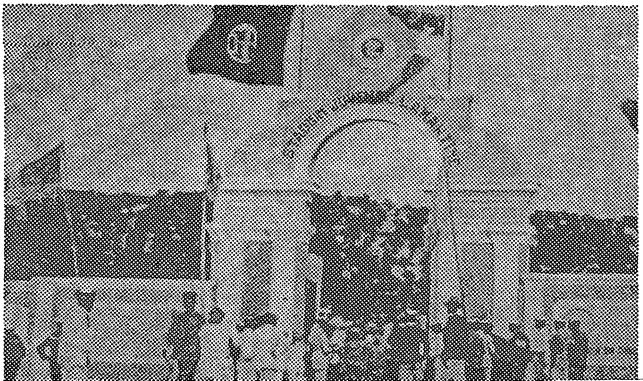
SELEÇÕES VS. SELEÇÕES

Logo após a inauguração do Estádio Pte. Castelo Branco, em Lagoa Nova, o público teve oportunidade de conhecer algumas das seleções estrangeiras que disputaram os jogos de uma sub-sede da Copa Independência, popularmente conhecida como Mini-Copa, e com elas seus melhores atletas, como Jaime Graça, Luiz Henrique, então o melhor goleiro da Europa, e Euzébio, o artilheiro da Copa da Inglaterra como Portugal, sem esquecer Spencer, Stupinaz, Noriega e Camaso, da seleção do Equador; o goleiro John Kelly, titular do Liverpool, além do O'Connors e Lech pela seleção da Irlanda; e os chilenos Vallejos (goleiro), Arias, Valdez, Folieux e Crysoiso, titulares no país andino.

Entretanto o grande momento foi reservado para a primeira presença da seleção do Brasil, com Socrátes, Zico, Falcão, sob o comando de Telê Santana, aqui enfrentando no dia 26 de janeiro de 1982 a seleção da Alemanha Oriental, no último jogo antes do embarque para o mundial da Espanha. O estádio recebeu maior público desde a inauguração, e transmissão de TVs para o mundo.

OUTROS CLUBES ESTRANGEIROS

No mês seguinte - dia 11 de fevereiro - caberia ao América realizar o primeiro jogo internacional inter-clubes no novo estádio, contra a equipe portenha do Argentino Júnior, a quem bateu por 2x1, utilizando Sombra; Odimar, Cláudio, Djalma e Cosme; Chico Nunes e Gonçalves; Almir, Bagadão e Gilson Porto. Ainda no mesmo ano, mas na segunda quinzena de dezembro, o ABC ao retornar da turnê comemorou a inédita façanha enfrentando a seleção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas com quem empatou de 2x2, gols de Alberi e Jorge



AMÉRICA EM FESTA

Dois anos depois da *sua festiva* inauguração, os portões do "Stadium Juvenal Lamartini" abriram para acolher um grande público, que presenciaria o primeiro jogo internacional, reunindo o América Futebol Clube e uma equipe do cruzador HMS Delhi, da Marinha Britânica, de passagem por Natal. Alguns dos jogadores, integravam equipes que disputavam o campeonato inglês. O jogo teve a presença do Cônsul Britânico e do

Demolidor, justamente os artilheiros na excursão. Após este jogo, o ABC somente voltaria a cumprir compromisso internacional em 1988 quando enfrentou o F C Breitenbach, da Suíça, que trouxe equipes de juniores e titulares, com dupla vitória natalense de 4x1 nos titulares, gols de Genilson 2, Silvio e Henrique. O último jogo internacional do ABC foi contra a equipe portuguesa do Rio Ave, da 1ª divisão da Liga lusitana, trazendo como principais atrações, os jogadores Baica, ex-América, Sérgio China, ex-ABC, radicados naquele país. O ABC venceu por 2x1 marcando Sérgio Alves e Tercy.

A HORA E A VEZ DO INTERIOR

As cidades de Caicó e Mossoró tiveram seus jogos internacionais. A equipe de Pan-African, da Tanzania que jogou na capital, prosseguiu sua excursão ao interior no primeiro semestre de 1979. Sua formação-base com Juma (Bonga) Jafari, M. Hasmin, J. M'Tanga e L. Tanga; H. Richadi, K'Manarch e Kitawana; G. M'Pango, Salin e B'Mukii, deixando loucos os locutores em serviços nas transmissões. Depois de Caicó, os africanos foram a Mossoró, sendo ali goleados pelo Potiguar (3x0) que marcaram com Odulon, Chico Alves e Guilherme na tarde de 20 de junho, com arbitragem de Nehemias Cunha. A segunda partida internacional dos mossoroenses, foi contra a seleção chinesa de futebol, no dia 21 de fevereiro de 1987, causando reboliço na cidade. Os chineses venceram por 2x0 com trabalho redobrado dos locutores na transmissão do acontecimento.

O jornalista Olismar Medeiros Lima, no seu livro "Sumulas" (Coleção Mossoroense) da os detalhes do jogo, inclusive a formação oriental, com Tang, San Kuchin, Kao Chang, Xing e Chinxuang; Xao Chuan, Ma Y Tay e Lin Hui; Ma Ling, Duan Jú e Tu Ling. Marcaram para os chineses Tu Bing e Ma y Tay. O Potiguar jogou com Ivanaldo, Tiquinho, Onezimar, Emilson e Asterio; Luciano, Sanderson (Walter Lúcio) e Nivaldo; Odilon, Robertinho (Maranhão) e Biola. Este jogo, histórico para o próprio futebol norteriograndense foi dirigido pelo árbitro Gilberto Pimenta, que disse ter sido mais trabalho durante as substituições, devido as semelhanças:

- Esse cara não é aquele que saiu?...

Da Associação Brasileira de Cronistas Esportivos

HÁ 90 ANOS

Entre os anos 1905 e 1910 era costume dos clubes, antes de jogos oficiais, posarem para as fotos utilisando um posicionamento que identificasse as posições dos jogadores em campo. De pé, ladeado entre os backs direito e esquerdo, o goal-keeper. De joelhos o trio de halfs, com o center-half no meio. Sentados os cincos atacantes (forwards). Na frente utilizavam uma placa ou faixa com o nome do clube, ou uma bandeira.

AGRADECIMENTOS

Nesta edição de Século
reafirmamos os agradecimentos
ao Governador Garibaldi Alves Filho
pelo SEU APOIO
na impressão desta revista.

Temos o mesmo dever
com o Sr. Jairo Procópio de Moura
Universidade Potiguar
Instituto de Radiologia de Natal
Instituto Maria Auxiliadora
Escola Doméstica de Natal
em nome da
Fundação Cultural Padre João Maria

Editoração Eletrônica/Fotolito/Impressão/Acabamento Gráfico
Departamento Estadual de Imprensa - DEI
Av. Câmara Cascudo, 355 - Fone 221-2240 - Ribeira - Natal/RN